



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (POSGRAP/UFS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PROHIS/UFS)

**OS CAIXEIROS DE SERGIPE ATRAVÉS DO JORNAL A CLASSE:
REPRESENTAÇÕES E ASSOCIATIVISMO (1920-1930)**

Ailton Rodrigues Rocha Santos

São Cristóvão
Sergipe – Brasil
2020

AILTON RODRIGUES ROCHA SANTOS

**OS CAIXEIROS DE SERGIPE ATRAVÉS DO JORNAL *A CLASSE*:
REPRESENTAÇÕES E ASSOCIATIVISMO (1920-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração Cultura e Sociedade, na linha de pesquisa Relações Sociais e Poder.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Célia Costa Cardoso.

São Cristóvão

Sergipe – Brasil

2020

AILTON RODRIGUES ROCHA SANTOS

**OS CAIXEIROS DE SERGIPE ATRAVÉS DO JORNAL A CLASSE:
REPRESENTAÇÕES E ASSOCIATIVISMO (1920-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração Cultura e Sociedade, na linha de pesquisa Relações Sociais e Poder.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Célia Costa Cardoso.

Prof.^a Dr.^a Célia Costa Cardoso (UFS)
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias (UFS)
Examinador Interno

Prof. Dr. Wilson Roberto de Mattos (UNEB)
Examinador Externo à Instituição

Aos meus genitores, Evanira e José Ailton,

dedico essa dissertação.

AGRADECIMENTOS

Concluir essa etapa acadêmica não foi uma ação solitária. Por mais que o meu nome assine a autoria dessa dissertação, muitas pessoas contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse projeto e não seria justo deixar de agradecê-las. Ao bom Deus quero dedicar a minha gratidão, porque ele me proporcionou saúde e força necessárias para todos os momentos dessa caminhada.

A minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Célia Costa Cardoso, gostaria de agradecer por ter acolhido as minhas ideias, pelo incentivo na elaboração do projeto de pesquisa que resultou nessa dissertação e por cada correção efetuada nos textos que a enviei durante esses anos. Também estendo as minhas considerações aos membros das Bancas de Qualificação e Defesa, Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias e Prof. Dr. Wilson Roberto de Mattos, por terem contribuído para o amadurecimento da pesquisa ao proporem a reorientação conceitual e a verticalização do objeto a ser analisado.

Aos meus familiares, especialmente aos meus genitores (Evanira e José Ailton), as minhas irmãs (Clara Regina e Sara), a minha sobrinha (Lyvia Nicolly) e aos meus avós (Maria José e José Rodrigues) eu gostaria de externar a minha gratidão por todo o apoio, carinho e auxílios emocional e material que me possibilitaram concluir o mestrado. Cito-os nominalmente, mas reconheço que estou esquecendo de outras pessoas importantes que cooperaram para a minha formação humana como tias, tios, primas e primos, os quais foram importantes nessa caminhada. A vocês todos o meu amor e o meu muito obrigado.

A minha namorada, Keline, eu reservo um parágrafo único pelo fato dela ocupar uma posição que é única em minha vida. Ela foi e é uma das responsáveis por esse projeto se concretizar, pois sempre me apoiou e esteve ao meu lado, mesmo quando eu achava que cursar o mestrado era algo distante e inviável. A você, meu amor, agradeço por ter estado comigo tanto no dia da prova escrita, naquela manhã de 30 de outubro de 2017, quanto em cada momento em que expressei a você as minhas angústias e os meus medos. Se eu conseguir perceber a relevância dessa pesquisa e enxerguei que podia ir além foi por conta do seu interesse e das questões que você suscitava durante as nossas conversas. A você eu dedico o meu amor como forma de agradecimento.

Externo a minha gratidão ao Programa de Educação Tutorial (PET/História), na figura do seu ex-tutor, Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard, por ter me encaminhado

ao projeto de digitalização “Escrevendo em nome da fé e diante das vicissitudes históricas: imprensa cristã e artigos de cristãos nos jornais laicos sergipanos”, coordenado pelo Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa, no qual pude ter contato com o jornal *A Classe*. A ambos eu ofereço o meu agradecimento.

Também quero agradecer ao Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS/UFS) e a sua coordenação pela oportunidade de concluir a pós-graduação em uma instituição pública, gratuita e de qualidade, como a Universidade Federal de Sergipe. Ademais, agradeço aos colegas da turma 2018.1 que iniciaram e estão terminando essa empreitada em tempos tão difíceis para a produção do conhecimento, em particular a Amanda e a Éden Felipe, por terem contribuído no achado de algumas fontes que integram essa dissertação.

RESUMO

A profissão de caixeiro era exercida em várias cidades brasileiras no século XX e tinha uma importante contribuição na diversificação da engrenagem comercial dos centros urbanos, sendo numerosos e diversificados os empregados que a exerciam. Em Sergipe, mais especificamente em Aracaju, os caixeiros atuavam em vários ramos do comércio local e compunham uma parcela dos trabalhadores urbanos. Por esse motivo, esta pesquisa investiga a trajetória desses trabalhadores em Sergipe e recorre ao jornal *A Classe*, órgão da Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS), para melhor compreendê-los durante as décadas de 1920 a 1930. Examina-se o periódico levando-se em consideração o seu caráter institucional e o quanto obedece às leis e aos padrões do campo jornalístico, os quais influenciam na forma e no conteúdo de suas edições. Além disso, busca-se compreender como o jornal *A Classe* forjou representações sociais sobre os caixeiros sergipanos e a forma como os empregados recorriam à imprensa escrita para a divulgação das suas reivindicações. Por conseguinte, a pesquisa sustenta-se tanto nos aportes teóricos e historiográficos quanto nas tipologias documentais, dentre as quais: jornais, imagens, relatórios institucionais, mensagens governamentais, legislação trabalhista e código comercial.

Palavras-chave:

Sergipe; Primeira República; Caixeiros; Jornal *A Classe*; Associativismo.

ABSTRACT

The clerk profession was practiced in several Brazilian cities in the 20th century and had an important contribution to the diversification of the commercial gear of the urban centers, being numerous and diversified the employees who exercised it. In Sergipe, more specifically in Aracaju, the clerks worked in various branches of local commerce and comprised a portion of urban workers. For this reason, this research investigates the trajectory of these workers in Sergipe and uses the newspaper *A Classe*, an organ of the Association of Employees in Commerce of Sergipe (AECS), to better understand them during the 1920s and 1930s. Journal taking into account its institutional character and how much it obeys the laws and standards of the journalistic field, which influence the form and content of its editions. In addition, it seeks to understand how the newspaper *A Classe* forged social representations about Sergipe clerks and the way employees used the written press to publicize their claims. Consequently, the research is based on theoretical and historiographical contributions as well as on documentary typologies, including: newspapers, images, institutional reports, government messages, labor legislation and commercial code.

Key words:

Sergipe; First Republic; Clerks; *A Classe* newspaper; Associativism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOS

Foto 01: Armazém Teixeira Chaves & Cia.....	40
Foto 02: Prédio da firma Fontes Irmãos & Cia.....	40
Foto 03: Prédio da firma Vasconcelos Junior & Cia.....	41
Foto 04: Primeiro exemplar do Jornal <i>A Classe</i>	54
Foto 05: João Domingues dos Santos Herval.....	60
Foto 06: Godofredo Diniz.....	60
Foto 07: José Domingues Ludovice.....	61
Foto 08: Ildefonso Cardoso de Campos.....	61
Foto 09: Sede da Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe.....	61
Foto 10: Propaganda da Drogaria Legey.....	67
Foto 11: Propaganda do Lloyd Sul Americano.....	67
Foto 12: Propaganda do Café São João.....	68
Foto 13: Propaganda da Loja Curvello.....	68
Foto 14: Edição ilustrativa.....	68

ORGANOGRAMAS

Organograma 01: Principais cargos da Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe.....	60
Organograma 02: Níveis hierárquicos da profissão de caixeiro.....	85

TABELAS

Tabela 01: Edições do jornal <i>A Classe</i> publicadas em 1921.....	69
Tabela 02: Edições do jornal <i>A Classe</i> publicadas em 1922.....	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I – ONDE E QUANDO OS CAIXEIROS LABUTAVAM?.....	22
1.1-SERGIPE NO CONTEXTO DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1920-1930).....	22
1.2- ECONOMIA E SOCIEDADE: OBSERVAÇÕES DO CASO SERGIPANO.....	31
1.3- URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMERCIAL EM SERGIPE.....	34
CAPÍTULO II- JORNAL A CLASSE: A “VOZ” DOS CAIXEIROS SERGIPANOS.....	47
2.1-A IMPRENSA BRASILEIRA NOS ANOS 1920: ENTRE A OFICINA E A EMPRESA.....	47
2.2- JORNAL A CLASSE: FUNDAÇÃO E CARACTERÍSTICAS.....	54
2.2.1- PROPRIEDADES FÍSICAS DO JORNAL.....	64
2.2.2- DIVERSIDADES NOS CONTEÚDOS VEICULADOS.....	73
CAPÍTULO III- O QUE QUERES DE MIM: AS REIVINDICAÇÕES DOS CAIXEIROS SERGIPANOS.....	82
3.1- OS CAIXEIROS SOB O OLHAR DA HISTORIOGRAFIA	83
3.2- OS CAIXEIROS FORJADOS PELO PERIÓDICO A CLASSE.....	90
3.3- O QUE ALMEJAVAM OS CAIXEIROS DO COMÉRCIO SERGIPANO?.....	104
3.4- A LUTA DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO: LEGISLAÇÃO E REGULAMENTOS PARA A PROFISSÃO.....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
REFERÊNCIAS.....	141
A-FONTES.....	141

B- BIBLIOGRAFIA.....	148
-----------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Quem eram os caixeiros atuantes no comércio de Sergipe no início do século XX? Essa foi a indagação que nos conduziu a essa pesquisa e nos apresentou os limites e as possibilidades em se procurar uma resposta plausível para tal questão. Possibilidades, porque a profissão de caixeiro, também conhecida como empregado no comércio, era comumente praticada nos centros urbanos e perpetuou-se em vários lugares do Brasil. Limitações, pelo fato desses trabalhadores não serem lembrados pela forma como eles atuavam antigamente, o que acaba gerando vários silenciamentos ao seu respeito.

Movido por saber quem eram os caixeiros de um modo geral e, particularmente, os que trabalhavam no comércio de Sergipe busquei possíveis respostas para os questionamentos anteriores e manifestei o meu interesse em trabalhar com essa temática, mesmo ciente das dificuldades em encontrar informações sobre os caixeiros no plano local. A atenção pelo tema surgiu através da atuação como pesquisador-voluntário no projeto “Escrevendo em nome da fé e diante das vicissitudes históricas: imprensa cristã e artigos de cristãos nos jornais laicos sergipanos”, coordenado pelo professor Dr. Antônio Lindvaldo Sousa em parceria com a biblioteca pública Epifânio Dória, entre 2014 e 2016. Nesse projeto, exerci atividades de digitalização dos jornais sergipanos que veicularam matérias relativas ao pensamento cristão, como também digitalizei alguns que não eram desta vertente e foi na segunda categoria que concentrei o meu trabalho. Interessando-me pela imprensa de cunho trabalhista obtive acesso ao jornal *A Classe*, fonte de suma importância para compreender a atuação dos caixeiros em Sergipe.

A experiência no projeto proporcionou o contato direto com a fonte, mas foi cursando a disciplina História do Brasil República que esta pesquisa ganhou seus contornos iniciais. Como requisito avaliativo, apresentei naquela ocasião o artigo “O jornal *A Classe* e a representatividade caixeiral em Sergipe (1921-1922)”, que resultou no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado de “Os caixeiros em Sergipe através do jornal *A Classe* (1921- 1922)”, ambos sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Célia Costa Cardoso. Mediante as conversações em torno desses textos surgiu a empatia com o tema e o desejo de aprofundar-me nos estudos relativos a essa vertente do mundo do trabalho, bem como no desenvolvimento desta proposta de dissertação.

Considerando-se as inúmeras possibilidades de análises, a pesquisa focou na relação

existente entre os empregados no comércio e a imprensa escrita, tendo em vista que eles recorreram amplamente a esse meio de comunicação, sobretudo ao jornal impresso. Verifica-se como o jornal *A Classe*, órgão informativo da Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS), foi utilizado por esses trabalhadores para expor as suas reivindicações e forjou um discurso homogeneizante a respeito dos caixeiros. Em outras palavras, busca-se compreender, por meio das edições selecionadas, como o periódico representou os empregados no comércio de Sergipe e o quanto essa representação estava em consonância com os princípios defendidos pelos responsáveis do órgão do informativo.

Opta-se em investigar esses trabalhadores colocando em primeiro plano a produção jornalística e a importância que o jornal *A Classe* exerceu para o grupo. Uma vez que “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2003, p.535-536), a recorrência ao periódico leva em consideração a sua institucionalização e a correlação com os parâmetros do campo jornalístico. Refletir sobre essas questões, possibilita-nos encarar o jornal enquanto instituição comunicativa que possui função social e contribui para a formação de uma opinião pública, elementos responsáveis por sua sustentação e pela especificidade institucional reconhecível entre os agentes sociais.

Lavina Madeira Ribeiro (1998) nos ajuda a entender o caráter institucional da imprensa ao especificar que as instituições comunicativas se estabeleceram como uma estrutura *sui generis* e “têm como pressuposto necessário e fundamental de existência, a manipulação de recursos materiais, o domínio de técnicas e habilidades que conferem uma particular materialidade às suas manifestações.” (RIBEIRO, 1998, p. 03-04). Em sintonia com esse pensamento, vê-se que os jornais são instituições que se assentam em aparatos técnicos, discursivos e em ideias que influenciam a esfera social e são por ela influenciadas.

Reconhecer a especificidade institucional dos jornais impressos permite-nos investigá-los não somente como fonte, mas também enquanto objeto da pesquisa historiográfica. (LUCA, 2008, p.141). Levando-se em consideração o *status* documental do jornal *A Classe* e a possibilidade de analisá-lo sob diversas perspectivas, considera-se as informações editoriais, a diagramação do órgão informativo, o estilo de escrita, a natureza dos conteúdos e, em última instância, a materialidade do periódico. Além disso, são averiguadas as correspondências que o jornal mantinha com os parâmetros do campo jornalístico, as intencionalidades dos seus idealizadores, os objetivos da sua veiculação e a sua interferência na opinião pública.

As informações extraídas da fonte possibilitam traçar um quadro quantitativo do jornal, haja vista o levantamento geral de suas edições. O mapeamento fornece dados estatísticos que evidenciam o tempo em que o periódico se manteve ativo, as regularidades de suas publicações, o conhecimento a respeito de quem foram os seus idealizadores e a formulação de problemáticas inerentes aos empregados que o dirigia. Fonte primordial na pesquisa, o jornal *A Classe* também é o objeto a ser perscrutado na medida em que ele visibiliza os empregados no comércio de Sergipe e orienta os recortes temático e espaço-temporal do estudo.

As particularidades da fonte demonstram a necessidade de refletir sobre como os jornais, ao comporem o repertório documental das pesquisas historiográficas, noticiam os fatos ocorridos no cotidiano das sociedades e proporcionam uma análise fundamentada em evidências empíricas. (LUCA, 2008, p. 111-155). Seguindo essa perspectiva, esse estudo especifica a atuação dos empregados no comércio de Sergipe, especificamente em Aracaju, partindo do pressuposto de que existiam diversificações sociais na capital do estado. Tais mudanças foram proporcionadas pelos desenvolvimentos econômico, urbanístico e demográfico e contribuíram para dinamizar as relações sociais que ocorriam na capital sergipana (DANTAS, 2016, p. 18), o que nos faz incluir os empregados no comércio sergipano em uma problemática mais ampla.

Os caixeiros eram agentes sociais e institucionais que vivenciavam as circunstâncias de uma sociedade em transformação, pois desenvolviam as suas atividades laborais em uma Aracaju que se modificava com o advento do século XX. Formular a hipótese, segundo a qual o jornal *A Classe* contribuiu para construir a representação social dos caixeiros sergipanos, guarda relação com as vicissitudes destes trabalhadores no contexto em que estavam. Não obstante as diferenciações existentes entre as frações que compunham o grupo trabalhista, procurou-se entender como o periódico forjou características que particularizavam os empregados e o quanto o discurso que construiu a imagem social dos caixeiros era homogeneizante e imposto por uma fração específica destes trabalhadores.

Ao lidar com estes pressupostos considera-se o conceito de representação em sintonia com as definições estipuladas por Pierre Bourdieu (2011). O autor considera que as representações fazem parte de um processo mais amplo e encontra-se permeadas por tudo aquilo que compõem o mundo social¹ e especifica que existem dois tipos de representações

¹ Pierre Bourdieu (2011) define o “mundo social” como sendo um ato de representação e vontade, e o existir socialmente é condicionado ao ser percebido enquanto distinto. (BOURDIEU, 2011, p. 118)

que convergem para uma mesma finalidade. Segundo ele, há representações mentais que são “constituídas por atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses”, como também existem representações objetais que “são estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros têm destas propriedades e de seus portadores.” (BOURDIEU, 2011, p. 112).

Essa perspectiva teórica-metodológica nos possibilita incluir as representações dos caixeiros sergipanos, através do jornal *A Classe*, em um campo extremamente variado e permeado por “relações de força que se exprimem nos sistemas simbólicos.” (BOURDIEU, 2011, p. 14). Nessa acepção, o jornal *A Classe* e os enunciados produzidos sobre os empregados no comércio de Sergipe fazem parte de uma tentativa de se construir o mundo social por meio de atos de distinção. Muito mais do que veicular um periódico no qual se especificava assuntos vinculados ao ramo comercial, os caixeiros lançavam mão do órgão informativo com o intuito de defender os interesses do grupo trabalhista, evidenciar quem eram os prepostos desse grupo e, em última instância, representar a imagem social dos empregados no comércio.

Por intermédio das informações extraídas do jornal examinamos as vivências dos caixeiros em Sergipe e levamos em consideração as informações biográficas dos dirigentes da Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS), as prováveis motivações que geraram as suas reivindicações por meio da imprensa escrita, bem como as causas que contribuíram para eles se organizarem por meio do associativismo. Também interessa-nos expor as particularidades do jornal *A Classe*, tanto em seu aspecto material quanto em seu conteúdo, e avaliar a forma como os caixeiros utilizavam o órgão informativo em favorecimento do grupo trabalhista. Tendo em vista os objetivos propostos, é útil realizar um levantamento das produções acerca do tema e perceber as similitudes e diferenças entre o que propomos e o que já foi dito sobre os caixeiros.

Ao realizar o levantamento bibliográfico observa-se uma relativa escassez de trabalhos acadêmicos que tratam sobre a relação entre os caixeiros e a imprensa escrita e uma maior inclinação em se estudar esses trabalhadores urbanos sob outras perspectivas. Tomando como parâmetro o estado de Sergipe não há nenhuma pesquisa historiográfica sobre o tema em questão, muito menos sobre a vinculação desses trabalhadores com a imprensa local. No caso das investigações que priorizam as trajetórias dos caixeiros em outras unidades Federativas há estudos acadêmicos que se debruçam sobre o tema com

enfoques e recortes espaço/temporais diversificados, sendo os especialistas vinculados às ciências humanas e sociais, em particular sociólogos e historiadores, os que mais dedicam atenção a temática.

Uma interessante análise sobre a atuação dos caixeiros é o livro *Casa e balcão: os Caixeiros de Salvador (1890-1930)*, escrito por Mário Augusto da Silva Santos (2009). O estudo de Santos (2009) traz em seu bojo algumas especificidades sobre a situação dos caixeiros na Bahia e esmiúça como eles se comportavam em meios às diferenciações sociais da cidade de Salvador, assim como as posições ocupadas por eles na sociedade baiana durante a Primeira República. O historiador da Universidade Federal da Bahia (UFBA) averiguou a composição e as condições nas quais os trabalhadores atuavam, o seu relacionamento com os patrões, bem como procurou enquadrá-los dentro de uma problemática significativa, em que se questiona sobre a classe social dos caixeiros e as suas intersecções na camada média local. Estabelecemos diálogos diretos com os pressupostos levantados por Santos (2009) e muito do que afirmamos sobre os caixeiros em Sergipe possui amparo nas investigações que ele efetuou em seu estudo de caso.

Os empregados no comércio também foram analisados por Osvaldo Batista Acioly Maciel (2011) em seu livro *A perseverança dos Caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917)*. Como o próprio título já evidencia, Maciel (2011) investigou a experiência mutualista dos caixeiros na capital alagoana durante o período recortado e faz menção às formas de organização trabalhista adotadas pelos caixeiros alagoanos. O autor discorre sobre a formação das Associações, os embates dentro da própria categoria e a solidariedade construída pelos empregados no comércio alagoano, além de dissertar sobre a “Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió” e a “Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió”. Ao final, demonstra as particularidades das entidades e a sua importância para a compreensão do aspecto que mais as caracterizavam, isto é, o mutualismo.²

Os trabalhos evocados anteriormente estão delimitados em um tempo que abarca a última metade do século XIX e o início do século XX, além de investigarem as atuações dos caixeiros em cidades da região Nordeste do Brasil. Já a pesquisadora Lenira Menezes Martinho (1993) usou uma delimitação espaço-temporal diferenciada ao atentar para o

² Maciel (2011) entende o mutualismo como parte importante da tradição organizativa da classe trabalhadora, além de compor uma tradição associativa que contribui positivamente na construção de uma identidade de *ofício*, de *categoria* ou mesmo de *classe* para os trabalhadores que possuíam alguma colocação no mercado de trabalho. (MACIEL, 2011, p. 16).

papel político dos caixeiros durante o movimento da Independência do Brasil e no início da Regência. Em *Negociantes e Caixeiros na sociedade da independência*, a autora realizou um estudo do perfil social dos negociantes portugueses no Rio de Janeiro e da sua ação política durante as agitações da Independência, além de especificar as questões ligadas ao modo de vida dos caixeiros, tais quais: as hierarquias da profissão, as condições de trabalho nas casas comerciais e as relações entre eles e os patrões. O livro pode ser considerado um trabalho pioneiro tendo em vista o momento em que foi escrito (meados da década de 1970), o lugar institucional no qual a autora estava vinculada (Programa de Pós-Graduação em História Social da USP) e a abordagem metodológica unida com a sutilidade interpretativa consistente.

Revisitando as formulações propostas por Martinho (1993), Fabiane Popinigis (1998) trouxe em sua dissertação de mestrado, denominada *Trabalhadores e Patuscos: os caixeiros e o movimento pelo fechamento das portas no Rio de Janeiro (1850- 1912)*, um contraponto ao que foi postulado pela autora de *Negociantes e Caixeiros na sociedade da independência*. Diferentemente de Lenira Martinho (1993), Fabiane Popinigis (1998) enxerga os caixeiros enquanto agentes do processo histórico e problematiza a suposta aderência que eles tinham ao mundo do patrão, bem como a inexistência de uma consciência de classe por parte dos empregados no comércio.

Estas questões também são amparadas no artigo *Todas as liberdades são irmãs: os caixeiros e as lutas dos trabalhadores por direitos entre o Império e a República*, escrito pela mesma autora. Ainda que se concentre nas questões relacionadas à luta por direitos trabalhistas, não se pode perder de vista a importância do artigo, pois nele são levantadas questões que dialogam com as novas tendências da historiografia do mundo do trabalho. A análise consiste em discorrer sobre temas ligados às experiências de uma vasta categoria de trabalhadores urbanos, dentre os quais os caixeiros estavam inseridos, e perceber as pautas em comum entre eles. Assim, estão presentes na análise da autora as diversas formas de exploração do trabalho, as lutas por direito e cidadania e a organização dos trabalhadores.

Os caixeiros também labutavam no extremo sul do país e não passaram despercebidos no estudo de Paulo Cesar Borges Duarte (2001). Em sua dissertação *Despachando no balcão: Caixeiros de Pelotas e identidade social dos empregados do comércio do Rio Grande do Sul (1879-1904)*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), o autor investigou as vivências dos caixeiros na cidade de Pelotas/RS, entre o final do século XIX e

o início do XX, e considerou como as reivindicações encabeçadas por esses trabalhadores urbanos contribuíram para a construção da identidade do grupo trabalhista.

Na relação entre os caixeiros e a imprensa escrita, o trabalho que mais se aproxima da nossa proposta é o de Kleber Barbosa de Moura (2015). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), ele nos oferece um trabalho cujo título é *Caixeiros na imprensa dos trabalhadores de Manaus: discursos e ideologias (1908-1911)*, em que mescla esses dois elementos e tenta captar a visão de mundo do grupo profissional. Tendo o objetivo de analisar, por meio da imprensa, o discurso dos empregados no comércio em Manaus, o autor reporta-se aos jornais dos caixeiros que circularam no início do século XX para compreender as suas aspirações e reivindicações em uma sociedade marcada por transformações políticas, econômicas e urbanas.

Sabe-se que as pesquisas aludidas anteriormente não esgotam a bibliografia sobre o tema. Explanou-se sobre os estudos que abordam os caixeiros em suas diversificações temáticas e espaço/temporais, mas eles integram um campo de estudo mais amplo e que merece ser considerado. Torna-se necessário discorrer sobre algumas produções vinculadas à historiografia do mundo do trabalho, uma vez que o objeto de análise se insere nesse campo do conhecimento histórico que se caracteriza por sua amplitude e diversificação. Tendo em conta a vastidão de abordagens, é essencial agir com prudência e optar pelas análises que procuraram evidenciar as renovações metodológicas e conceituais que ocorreram na citada historiografia, ainda que essas investigações tenham sido produzidas em momentos distintos.

Iniciamos recorrendo ao professor Cláudio Henrique de Moraes Batalha. A relevância que o autor possui é resultante de sua vasta experiência no assunto e da realização de diversas avaliações sobre a historiografia do trabalho, e um dos estudos com esse teor é o artigo *Os desafios atuais da história do trabalho*. Batalha (2006) chama a atenção para o desenvolvimento recente dessa historiografia, mas pondera a respeito da sua insuficiência em preencher as lacunas geradas pela imperícia metodológica das pesquisas.

Ao destacar este aspecto, Cláudio Batalha (2006) sugere alguns procedimentos analíticos a serem utilizados nas abordagens que investigam temas do mundo do trabalho, sendo o método comparativo uma possível solução para auxiliar o investigador na elaboração de hipóteses explicativas e distinguir os traços gerais dos específicos no estudo de um dado fenômeno. Além dessa sugestão, o autor oferece releituras essenciais no

tocante ao que seriam os objetos da área e em relação aos conceitos outrora negligenciados nas análises. Segundo Batalha (2006), o pesquisador do mundo do trabalho não deve considerar apenas as ações do operariado fabril, porque isso representa uma visão reducionista sobre os objetos de análise e relega outras categorias trabalhistas (trabalhadores livres e não-livres, urbanos e rurais) a patamares inferiores. Ademais, Batalha (2006) demonstra ser temerário apegar-se à noção de classe social como sendo o único conceito possível no campo de estudo em questão, sendo prudente integrá-lo a outras definições, por exemplo, etnia e gênero.

As contribuições de Batalha (2006) são imprescindíveis pelo fato de realizarem um panorama sobre a historiografia do mundo do trabalho e por oferecerem pistas metodológicas e conceituais aos interessados nesse campo de estudo, entretanto outras interpretações sobre a área podem ser vislumbradas nos escritos de Emília Viotti da Costa (1982). No artigo *A nova face do movimento operário na Primeira República* (1982), Viotti (1982) não discorre sobre a história do mundo do trabalho propriamente dito, mas procede de maneira a esmiuçar a história do movimento operário e as suas diferenciações internas. Para tanto, reporta-se às coleções *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*, escrita por Edgar Carone e *A Classe operária no Brasil (1889-1930)*, elaborada por Paulo Sérgio Pinheiro em coautoria com Michael M. Hall.

As coleções ofereceram o material necessário para a historiadora encontrar outras problemáticas sobre a história do movimento operário e suscitar questionamentos referentes às afirmações dadas como absolutas até aquele momento. Um exemplo disso são as objeções a respeito da suposta hegemonia dos anarquistas no controle do movimento trabalhista, especificamente em São Paulo. Ao cotejar as informações das obras consultadas e as explicações vigentes, ela demonstra que os anarquistas não constituíam o único grupo representativo dos operários, pelo fato dos sindicalistas, socialistas e católicos também possuírem influências no movimento, a depender da categoria profissional em foco.

Especificar as discussões em torno da historiografia do mundo do trabalho é relevante, porque nos permite fazer uma distinção essencial. Não obstante a recorrência às produções que tematizam as relações trabalhistas a partir da experiência operária, o nosso trabalho não versa sobre um grupo de trabalhadores que se insere nessa classificação. Com o aprofundamento das discussões será possível observar que os caixeiros faziam parte de uma gama variada de trabalhadores urbanos, entretanto não podem ser entendidos como integrantes do operariado (tomado em seu sentido estrito). Lidamos com um grupo de

trabalhadores que atuavam no comércio da capital sergipana e, no momento em que recorremos aos escritos daqueles que estudaram o movimento operário, buscamos aproximações ou semelhanças entre uns e outros e não convergências. Nesse sentido, os caixeiros estão inclusos no mundo do trabalho, mas não no movimento operário.

Além das pesquisas citadas, a historiografia do trabalho também foi contemplada em âmbito local. Sem adentrar nas querelas em torno da contraposição entre o local e o nacional, torna-se crucial citar algumas investigações que tem como enfoque a história do trabalho em Sergipe. Inicialmente, ressalta-se o livro *Imprensa Operária em Sergipe (1891-1930)* de autoria do cientista político José Ibarê Costa Dantas (2016). Sustentando-se em um acervo documental composto por jornais editados pelos trabalhadores locais, a exemplo do *O operário* e *A voz do operário*, Dantas (2016) discute questões inerentes ao surgimento da imprensa operária e as transformações sociais que proporcionaram tal advento.

Vale destacar que a importância da análise de José Ibarê Costa Dantas (2016) é perceptível tanto na investigação sobre a formação da classe operária em Sergipe quanto no procedimento para se chegar aos resultados do estudo. A metodologia empregada por ele é amplamente utilizada em nossos textos, tendo em vista que analisa cada jornal enfocando nos objetivos dos periódicos, como a luta pela conquista dos direitos trabalhistas e o fortalecimento da classe trabalhadora. O zelo metodológico e o manuseio das fontes evidenciam a importância do autor para a historiografia do trabalho em Sergipe.

Além do estudo anterior, uma análise recente sobre a história do trabalho em âmbito local é a dissertação de mestrado *O paraíso termina quando o trabalho começa: cotidiano operário e poder disciplinar na fábrica têxtil Confiança (Sergipe, 1943-1957)*, apresentada por Wagner Emmanoel Menezes Santos (2014) no Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS/UFS). Em seu trabalho, Santos (2014) averiguou o surgimento das fábricas têxteis em Sergipe, especificamente a fábrica Confiança, e examinou as condições de trabalho dos operários no estabelecimento, o cotidiano dos trabalhadores, bem como as condições de subsistência, isto é, alimentação, moradia, vestuário e lazer. Ao final, o autor fornece uma investigação que narra as formas de disciplinarização dos operários (dentro e fora da fábrica) e os seus hábitos comuns.

As pesquisas comentadas anteriormente nos ajudam a entender uma parcela das relações trabalhistas existentes em Sergipe, mas passam ao largo quando inquiremos sobre presença dos caixeiros nessas tramas sociais. As únicas obras consultadas e que tratam, direta ou indiretamente, sobre as relações comerciais em terras sergipanas foram os livros

História de Sergipe: República (1889-2000), escrito José Ibarê Costa Dantas (2004), *Álbum de Sergipe (1820-1920)*, de Clodomir Silva (1920), e a obra da professora Maria Nely Santos (1996), intitulada *Associação Comercial de Sergipe: uma instituição centenária (1872-1993)*. Guardadas as devidas proporções, os dois primeiros livros apenas esboçam algumas características do comércio em Sergipe durante a Primeira República, mas não esmiúçam os pormenores do setor nem se referem aos agentes que atuavam nas trocas comerciais.

Por outro lado, Maria Nely Santos (1996) foi mais longe em sua análise e nos ofereceu um panorama da instituição representativa dos comerciantes sergipanos. Ainda que o seu objetivo não seja o de versar sobre a história do comércio local, a autora nos permite conhecer quem eram os sujeitos envolvidos na Associação Comercial e, conseqüentemente, traz importantes dados sobre o desenvolvimento do setor em diferentes períodos da história local. O trabalho de Maria Nely Santos (1996) é utilizado com o intuito de investigar o desenvolvimento comercial no estado e perceber como o patronato sergipano se organizava em torno da entidade que cuidava dos seus interesses.

Ainda que se apoie nas contribuições oferecidas pela maioria das obras citadas na revisão bibliográfica, o estudo que fizemos dos caixeiros em Sergipe possui diferenciações tanto no recorte espaço-temporal quanto no objeto da análise. As escolhas objetivas e subjetivas levaram em consideração o quanto as pesquisas sobre a história do trabalho em Sergipe não deram o devido tratamento aos caixeiros e não os incluíram como objeto de investigação, o que resultou na escassez de análises direcionadas a tratar exclusivamente sobre esses trabalhadores em âmbito local. De modo comparativo, em Sergipe não há estudos sobre as vivências dos empregados no comércio como há no Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Rio Grande do Sul e em outros estados.

O intuito em investigar os caixeiros que atuavam no comércio de Sergipe leva em consideração as transformações ocorridas em âmbito nacional, durante os anos de 1920 a 1930, e o quanto as modificações nos âmbitos político, econômico e social influenciaram na configuração da realidade local. Nesse sentido, investiga-se as relações sociais desenvolvidas na capital sergipana na primeira metade do século XX, para se compreender quais eram as diversas formas de atuação dos caixeiros em um cenário urbano que se alterava de acordo com novos padrões.

Delimitadas as diferenciações entre a investigação que propomos e as demais análises, algumas indagações se sobressaem e proporcionam uma ampliação do tema,

dentre elas: Qual o interesse dos caixeiros em veicular um periódico? Por que se organizaram sob a égide do associativismo? Diante destas e outras questões, a pesquisa buscou contribuir no sentido de oferecer uma análise sobre um tema ausente na historiografia sergipana, mas que dialoga com os interesses da historiografia do mundo do trabalho. Esse estudo proporciona o conhecimento de algumas características (dentre as inúmeras) apresentadas pelos caixeiros que trabalhavam no comércio de Sergipe, ou mais especificamente, no setor comercial de Aracaju.

O jornal *A Classe* é quem nos permite ter acesso às informações sobre os caixeiros, porque ele próprio caracterizou estes trabalhadores. Evidenciando a organização coletiva e as reivindicações trabalhistas dos empregados no comércio de Sergipe, o periódico distinguia os caixeiros dos demais empregados que não estavam sob a tutela do associativismo, o qual foi fundamental para a organização dos caixeiros sergipanos e era uma necessidade imposta pela sociedade civil, em que, dada a sua fragmentação e a afirmação de uma ideologia liberal, optou por auto organizar-se através do fortalecimento das associações de ajuda mútua. (VISCARDI, 2008, p. 118).

No mundo associativo existiam diversas formas de organização formais e informais dos trabalhadores, dentre elas as Sociedades Benéficas, as Mutuais, as Filantrópicas, os Montepios, as Irmandades e outras instituições. Com respeito ao nosso objeto de estudo, percebemos que o associativismo foi importante para a consolidação dos caixeiros sergipanos enquanto grupo trabalhista e, por intermédio da Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS), uma parcela destes trabalhadores fortalecia os seus laços de solidariedade e demarcava-se socialmente.

No tocante às reivindicações dos empregados no comércio de Sergipe, levamos em consideração a forma como a imprensa escrita (jornal) expunha algumas queixas dos trabalhadores, servindo como importante fonte para a compreensão dessa vertente do estudo. Nesse entremeio, situamo-nos no debate sobre a relação entre história e imprensa, bem como no detalhamento da metodologia a ser utilizada para buscar sistematizações a respeito da natureza das reivindicações encabeçadas ou apoiadas pelos empregados no comércio sergipano.

Sabendo que a veiculação de um determinado meio de comunicação pode ser abordada sob diferentes perspectivas, aderimos à explicação que percebe a imprensa escrita, mais especificamente o jornal, como sendo uma instituição comunicativa dotada de espaço próprio de existência, o qual é organizado sob uma estrutura particular que contém

recursos materiais, normatizações e regras de discursividade com a sociedade, com o seu público. (RIBEIRO, 1998, p. 04). Corroboramos com essa ideia pelo fato da imprensa escrita possuir características que a demarcaram enquanto uma instituição socialmente legitimada, no Brasil.

Esta legitimação pode ser visualizada no próprio limiar da imprensa oficial, pois se destinava a informar sobre as ações da família real e, posteriormente, foi eficaz nas querelas políticas envolvendo a Independência do Brasil. Com o advento da República, os jornais tornaram-se cada vez mais influentes na opinião pública e isso foi possibilitado pela legitimação social conferida à imprensa e tanto os aspectos materiais quanto os discursos proferidos por ela evidenciaram a sua sedimentação no plano institucional.

Considerando o exposto, situamos o objeto de estudo, isto é, os caixeiros de Sergipe representados no jornal *A Classe*, no âmbito das abordagens que investigam o mundo do trabalho e as multiplicidades de seus agentes. Assim sendo, a pesquisa tencionou prestar uma contribuição para que seja possível refletir sobre a heterogeneidade dos trabalhadores urbanos, dentre os quais os empregados no comércio faziam parte.

Atingimos esses objetivos não somente com a inspiração dos aportes teóricos como também pelos recursos analíticos que balizam a investigação das fontes que compõem o repertório documental do trabalho. A princípio, observa-se as publicações do jornal *A Classe* tomando de empréstimo as orientações fornecidas por Maria Nazareth Ferreira (1988), com respeito aos pontos de vista pelo qual se deve avaliar os enunciados de um determinado meio de comunicação, no nosso caso o jornal. Consultamos algumas matérias do órgão informativo dos caixeiros sergipanos e observamos o periódico sob a perspectiva do emissor e da mensagem (conteúdo). Além disso, o manuseio da fonte registra as denominadas propriedades físicas do periódico, isto é, as edições, números de páginas, local onde era impresso, dentre outras características qualitativas e quantitativas.

O jornal *A Classe* é de suma importância para o nosso estudo, mas a consistência da análise também se deve a outras tipologias documentais que subsidiam as discussões propostas. Aliando-se ao periódico, outros documentos contribuem para a nossa investigação, sendo dignos de nota o *Codigo Commercial do Imperio do Brazil*³, relatórios

³ BRASIL. **Lei nº 556, de 25 de junho de 1850.** Institui o Codigo Commercial do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro: Publicada na Secretaria d'Estado dos Negocios da Justiça em 1º de julho de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM556.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%20556%2C%20DE%2025%20DE%20JUNHO%20DE%201850.&text=Art.,1%20%2D%20Podem%20comerciar%20no%20

institucionais, mensagens governamentais, legislação trabalhista e outros jornais. Essas fontes são úteis para entendermos o *status* profissional dos empregados do comércio e as diversificações em seu campo de atuação.

Desse modo, tais considerações expõem os caminhos percorridos, as opções teórico-metodológicas, a análise das fontes e estruturam os capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Onde e quando os caixeiros labutavam?”, discutimos algumas questões ligadas ao contexto em que os caixeiros sergipanos assumiram uma importante função na engrenagem do sistema econômico e social, destacando-se o quanto esse cenário urbano era permeado por intensas transformações.

O segundo capítulo, “Jornal *A Classe*: a ‘voz’ dos caixeiros sergipanos”, analisa a veiculação do jornal *A Classe* na sociedade sergipana e como os caixeiros de Sergipe atuavam para que o periódico pudesse ser publicado, além de versar sobre as motivações que impulsionaram os caixeiros a fundarem o jornal. No terceiro capítulo “O que queres de mim: as reivindicações dos caixeiros sergipanos”, percebemos como o jornal *A Classe* prefigurava o perfil dos caixeiros sergipanos, a partir das informações biográficas dos trabalhadores que estavam envolvidos na redação do periódico e nos meandros da AECS. Ademais, a investigação considera os aspectos reivindicatórios dos empregados e como eles utilizavam a imprensa escrita para expor as suas queixas. Interessa-nos perceber como valiam-se do jornal *A Classe* para reivindicar direitos inerentes ao grupo e a forma como o periódico representava os caixeiros.

CAPÍTULO I – ONDE E QUANDO OS CAIXEIROS LABUTAVAM?

A pesquisa se propõe a investigar a trajetória dos empregados no comércio de Sergipe ao longo dos anos 1920. Também denominados de caixeiros, estes trabalhadores urbanos atuaram de forma sistemática em alguns ramos do setor comercial de Aracaju e as suas atividades estavam em sintonia com as mudanças ocorridas na cidade, sobretudo, durante a primeira metade do século XX.

Os caixeiros assumiram uma importante função na engrenagem do sistema econômico e social, principalmente porque contribuíam para a circulação do capital e para a diversificação das relações trabalhistas. Entretanto, esse protagonismo somente foi assumido por conta das transformações engendradas na sociedade em que estavam inseridos que lhes permitiram vivenciar a conjuntura na condição de agentes de suas próprias histórias e integrantes de um grupo trabalhista que os distinguiu de outros segmentos laborais.

Assim sendo, nessa seção, deu-se prioridade aos elementos contextuais, com vistas a situar o espaço e o tempo vivenciados pelos caixeiros. De acordo com essa perspectiva, recorreremos à bibliografia para compreender as peculiaridades política, econômica e social do estado de Sergipe e, especificamente, da capital Aracaju. Tal procedimento se justifica pela necessidade de compreender a atuação dos caixeiros no plano local, embora não desviemos o nosso olhar das suas vivências em outras unidades Federativas.

1.1- SERGIPE NO CONTEXTO DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1920-1930)

Analisar o Estado Sergipe em outros momentos da sua história traduzia-se em observar as relações de dependência e disputas com alguns setores políticos da Bahia. Nada mais comum, considerando-se que a capitania baiana foi a responsável pela administração política, religiosa e administrativa da capitania de Sergipe d'El Rey e somente perdeu esse domínio no início do século XIX, quando “a autonomia da capitania de Sergipe em relação à capitania da Bahia foi concedida por D. João VI em 1820, como resultado do desenvolvimento de uma política reformista do espaço colonial, de natureza administrativa.” (ANTONIO, 2011, p. 193).

Aliado à Independência, outro acontecimento significativo na história sergipana foi a mudança da capital da jovem província. A decisão de transferir a sede provincial de São Cristóvão para o povoado Santo Antônio do Aracaju engendrou críticas e reações contundentes por parte dos opositores a esta decisão. Tinham-se, de um lado, os defensores da permanência da capital em solo sancristovense e, do outro, os interessados em transferi-la para o lugarejo, sendo demonstradas as disputas pelo poderio político e econômico.

Ainda que nosso objetivo não consista em aprofundar as querelas em torno da transferência, vale a pena ressaltar os objetivos defendidos pelos interessados na fundação de Aracaju e expor os fatores determinantes para que o projeto da mudança fosse concretizado. A transferência da capital guardou relação com os interesses econômicos dos proprietários de engenhos, porque estes senhores exigiam uma maior potencialidade no escoamento dos gêneros primários e projetavam a criação de um porto nas margens do Rio Sergipe que viabilizaria os seus negócios. Na ótica dos interessados isso era perfeitamente possível se o pequeno povoado fosse transformado em Capital.

Outro ponto a ser destacado no processo de mudança da capital foi a participação de dois políticos que encabeçaram a elaboração e a concretização do projeto de transferência. Sem o envolvimento do Barão de Maruim (1809-1890) e do presidente da província, Inácio Joaquim Barbosa (1821-1855), dificilmente a mudança da capital ocorreria naquele momento. Influente político e ligado ao partido conservador, o Barão pleiteou a mudança junto ao governo imperial, pois, além de possuir divergências com os políticos liberais, visualizava ganhos econômicos com a intensificação das exportações do açúcar produzido em suas propriedades. (LOUREIRO, 1983, p. 49-50).

A atuação do Barão de Maruim foi crucial, mas não menos importante foi a participação de Inácio Barbosa. Não obstante as críticas de seus adversários políticos, ele traçou a meta de modificar a natureza administrativa do pequeno povoado Santo Antônio do Aracaju, localizado nas terras da futura capital da província. A Resolução 413, de 17 de março de 1855, teve a finalidade de elevar este povoado à categoria de vila e passou a ser denominado de cidade do Aracaju (CRUZ, 2016, p. 37), concretizando-se o desejo dos que queriam a mudança.

Os acontecimentos dissertados anteriormente, embora tenham se desenrolado na primeira metade do século XIX, foram cruciais para o desenvolvimento da sociedade sergipana. Evidentemente, avaliar as transformações ocorridas em Aracaju no início do século XX requer a consideração desses fatos (Independência da província e Transferência

da capital), porque muitas atribuições impostas à capital provinham da sua fundação. Como considerar as ações dos que governaram o estado durante a década de 1920 sem refletir que algumas adversidades eram derivadas dos anos anteriores? Decerto que com o advento da República surgiram novos impasses, mas velhos problemas estruturais ainda permaneciam no cotidiano dos sergipanos e escancaravam o quanto as permanências andavam de mãos dadas com as mudanças.

Os mandatos de José Joaquim Pereira Lobo (1918-1922) e Maurício Graccho Cardoso (1922-1926) foram os exemplos mais notáveis, dentre as administrações públicas que tentaram resolver os problemas existentes em Aracaju, desde a sua fundação. Não que a consideração das ações encabeçadas pelos chefes de Estado seja autossuficiente para explicar as tramas sociais em sua totalidade, mas incluir a política nas esferas mais amplas do social nos fornece subsídios para compreender o impacto das diligências governamentais na vida dos agentes sociais.

Dessa forma, corroboramos com as ideias de René Rémond (2003) quando sugere a aproximação do político aos demais âmbitos da vida em sociedade. Defensor da nova história política, Rémond (2003) defende a necessidade de diálogo entre os assuntos da alçada política/institucional com os outros domínios da vida coletiva e pontua as reorientações analíticas efetuadas na área (história política). Assim, ao analisar os governos dos presidentes de Sergipe, entre 1918 a 1930, não perdemos de vista que “o político [...] tem relações com outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. [...] não constitui um setor separado, é uma modalidade da prática social.” (RÉMOND, 2003, p. 35-36).

Considerando o exposto, é necessário averiguar até que ponto as decisões do poder institucionalizado interferiram no cotidiano dos munícipes, além de perceber como tais resoluções incidiam em outros domínios e eram influenciadas por eles. Com a recorrência às bibliografias disponíveis, observou-se que houve maior nível de influência nas ações efetuadas durante o tempo em que Pereira Lobo (1918-1922) e Graccho Cardoso (1922-1926) estiveram à frente da pasta, como também foi possível verificar o quanto os seus sucessores foram cerceados pela conjuntura política desfavorável que lhes impediu de serem efetivos no desempenho de suas funções.

Durante a governabilidade do presidente José Joaquim Pereira Lobo (1864- 1933) a cidade de Aracaju foi palco de consideráveis transformações. Militar de formação, Lobo esteve inserido na política partidária sergipana desde o final do século XIX, quando fora

eleito deputado estadual. A experiência foi reforçada pelas vivências nos cargos de vice-presidente no governo de Martinho Garcez, entre 1896 a 1898, e de Senador da República nos anos de 1914 e 1917⁴. Os conhecimentos dos meandros político-institucionais contribuíram para que Pereira Lobo pudesse dirigir o estado de Sergipe em um mandato que recobriu o período de 1918 a 1922 e agisse em consonância com as necessidades mais prementes da população. As suas primeiras medidas visavam, sobretudo, à urbanização da capital e o combate às endemias que afetavam a saúde dos cidadãos.

As remodelações urbanísticas promovidas pela gestão Lobo demonstravam o quanto alguns problemas de infraestrutura persistiam na capital. Mesmo que Aracaju tenha deixado de ser uma região inóspita e irrisoriamente povoada, tornando-se o centro político-administrativo do estado, isso não gerou um efeito positivo e automático em todos os setores sociais. Exemplo disso eram as reclamações feitas pela população, em decorrência do não atendimento às necessidades básicas, como pode ser visto no seguinte informe:

Diversos consocios pedem-nos que levemos ao conhecimento da Inspectoria de Aguas, a falta deste precioso liquido, que vem se notando em diversos pontos da cidade, mormente para os lados da praça Pinheiro Machado, ruas de Itabaiana, de Laranjeiras e de S. Christovam⁵,

A falta de abastecimento de água tão corriqueira em alguns pontos da cidade na contemporaneidade era um problema também presente na vida dos aracajuanos de outrora. O reclame transcrito do jornal *A Classe* apresentava um dos desafios com os quais Pereira Lobo e a sua equipe deveriam lidar no tocante à infraestrutura urbana. Aliado a isso, havia a necessidade de calçar e remodelar algumas ruas, construir praças, promover aterros e reformar prédios públicos. Por esse motivo, Lobo abraçou o projeto modernizador da capital e interviu na estrutura urbanística da cidade.

Não pretendemos, neste espaço, esmiuçar cada ato da administração em relação às melhorias urbanas da cidade, mas listamos alguns melhoramentos em um rol exemplificativo. No âmbito das reformas, as remodelações das ruas e avenidas ganharam destaque, porque agregavam um efeito estético e uma função de salubridade pública e foi

⁴ CALMON, Cláudia.; MONTALVÃO, Sergio. **Pereira Lobo**. In: CPDOC FGV. [Rio de Janeiro]. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LOBO,%20Pereira.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.

⁵ FALTA d'água. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 11, 09 de outubro de 1921. p. 02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

com esse intuito que o setor de obras promoveu alterações significativas na Avenida Rio Branco, antiga Rua da Aurora, e na Avenida Barão de Maruim.

Além das reformas das ruas e avenidas, a gestão efetuou reparos em praças e prédios públicos. Nesses casos, as ações também obedeciam a critérios de estética e higienização, mas a intenção do governante consistia em demarcar a sua autoridade em espaços como a Praça Benjamin Constant (atual Olímpio Campos) e no Palácio do Governo. A referida praça era vista como ponto de convergência dos três poderes e a intenção do governista era inscrever a sua marca em um espaço onde ocorriam diversas sociabilidades. O mesmo ocorria com relação ao Palácio, já que era a residência oficial do chefe do Executivo estadual e de onde emanavam as decisões que afetavam a coletividade de um modo geral.

Ao mesmo tempo em que as obras encabeçadas pelo governo objetivavam embelezar a cidade elas também promoviam a saúde da população e combatiam as moléstias que afetavam a saúde dos munícipes. Contra as doenças, o governo tentou montar uma estrutura de combate efetiva, indo desde as medidas de urbanização até as ações de teor administrativo, como nos é evidenciado pela seguinte mensagem presidencial:

Hygiene e Saude Publica

Departamento importante da publica administração, este merece do meu governo inteira atenção [...]. A condição sanitaria do Estado não é das mais lisonjeiras, força é dizer, pois que sendo endemico, como é, o impaludismo, em diversos pontos, desenvolve-se maiormente na quadra invernosa, fazendo victimas, sinão em grande numero, consideraveis, contudo. Alem do impaludismo e seus decorrentes, registraram-se ainda [...] outras molestias que merecem [...] o olhar detido do Governo. Foram ellas: o alastrim, molestia muito approximada da varíola, - e a influenza espanhola. Comissionado para este fim o dr. Carlos Menezes, deu prompto desempenho a sua incumbência⁶.

Os problemas envolvendo os surtos de moléstias eram corriqueiros e de longa data. Quando o coronel assumiu o governo visou combater estes males promovendo a construção de aterros, a campanha pela desinfecção, o serviço de combate à influenza, além de montar uma equipe com a finalidade de cuidar da saúde da população. Entretanto, como aconteceu em relação a outras áreas, a gestão Pereira Lobo “não conseguiu de forma satisfatória controlar os problemas relativos à saúde pública” (CRUZ, 2016, p. 60), legando ao seu

⁶ SERGIPE. Presidente (1918-1922: José Joaquim Pereira Lobo). **Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 13ª Legislatura**. Aracaju, 07 set. 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873632&PagFis=0> Acesso em: 03 jun. 2019.

sucessor a incumbência de tratar desses e outros assuntos. O projeto modernizador sofrera limitações e escondia contradições, pois em uma cidade que se projetava à modernidade e tinha as suas praças, avenidas, ruas e prédios remodelados, as necessidades básicas ainda estavam longe de serem satisfeitas. Foi este o cenário encontrado por Maurício Graccho Cardoso ao assumir a chefia estadual entre 1922 a 1926.

A jovem e pequena capital ainda engatinhava em muitos aspectos, mesmo que já tivesse se transformado no centro econômico e administrativo do estado. Foi justamente naquilo que ainda faltava aos sergipanos que Graccho Cardoso canalizou os seus esforços e empreendeu a “administração mais modernizadora do século XX em Sergipe.” (DANTAS, 2004, p. 39). O entusiasmo em relação ao mandato de Graccho se justifica pelas transformações ocorridas nos anos de seu governo (1922 a 1926) e o quanto elas atingiram os diversos estratos sociais. Isso pode não ter sido imaginado pelos que acompanharam o pleito eleitoral que o conduziu ao poder, porque a sua vitória deu-se em meio aos arranjos oligárquicos locais, como era corriqueiro durante a Primeira República.

Na realidade, as relações oligárquicas eram uma constante na vida do advogado, tendo em conta a sua vinculação ao grupo dos Accioly quando esteve no Ceará e a sua aproximação de figuras influentes no Rio de Janeiro. Em Sergipe, a sua vitória deu-se por meio da vinculação com a máquina partidária local encabeçada pelo Partido Republicano Conservador⁷, que colocou no poder um sujeito pragmático e com uma visão direcionada às necessidades cruciais para o conjunto dos cidadãos. Diferentemente do seu antecessor, conseguiu concluir ações públicas e promoveu uma verdadeira mobilização em sua equipe de governo, pretendendo oferecer aos sergipanos os serviços ainda inexistentes ou que eram ofertados de modo precário e insuficiente.

O presidente movimentou vários departamentos sob a sua competência e acabou tornando a sua gestão atenta a diversas problemáticas. Beneficiado pela ampliação na arrecadação pública e pelo estreitamento dos laços com o setor privado, Graccho Cardoso pôde comandar empreendimentos que mudaram a face de Aracaju e melhoraram o quadro de diversos municípios interioranos, realizando-se novos aterros, calçamentos com a utilização de paralelepípedo e o replanejamento do sistema de esgoto, iniciado na gestão de Siqueira de Menezes (1911-1914). (DANTAS, 2004, p. 39). Além disso, a administração

⁷ Sobre as relações político-partidárias durante a Primeira República em Sergipe, Ver: DANTAS, José Ibarê Costa. **Os partidos Políticos em Sergipe (1889-1964)**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1989. p. 61-86.

Cardoso promoveu construções visando uma melhor adequação dos serviços de saúde e educação, a exemplo da criação do Instituto Parreiras Horta e do Instituto de Química, realizações feitas durante o quadriênio (1922-1926).

A seleção desses dois casos ilustra o esforço em emancipar Sergipe da dependência que possuía em relação a outros estados para a realização de pesquisas mais avançadas. No caso do Instituto Parreiras Horta a ação foi mais pontual ainda, tendo em conta que o estado passou a ter recursos laboratoriais para a prática médica e houve a possibilidade de construir o Hospital de Cirurgia, o qual superou o modelo dos hospitais de caridade (DANTAS, 2004, p. 40) e pode ser visto até os dias de hoje por quem transita na Avenida Desembargador Maynard.

Além dessas ações, outras foram promovidas e abrangeram áreas distintas. Vale mencionar a iniciativa de inaugurar, juntamente com o Ministério da Agricultura, as primeiras pesquisas sobre a possibilidade de existência de petróleo em Sergipe e a construção de três edifícios modelos para a época, a saber: uma imponente Penitenciária (localizada no atual Bairro América), o amplo Mercado e o Matadouro da cidade. (DANTAS, 2004, p. 40). Essas e outras transformações, a exemplo da substituição do bonde movido à tração animal pelo elétrico, afetaram diretamente o cotidiano dos sergipanos.

Os empregados no comércio de Sergipe acompanharam essas modificações e utilizaram do seu veículo de informação para informar o que estava ocorrendo em termos de mudanças estruturais, antes mesmo da governabilidade de Graccho Cardoso. Algumas matérias do jornal *A Classe* demonstravam que a capital sergipana recebia aprimoramentos dignos de uma cidade moderna, como pôde ser visto no seguinte fragmento:

Está passando por grandes melhoramentos a rêde telegraphica desta capital, cujo material já antigo e de zinco, está sendo agora substituído por novo e de cobre, facilitando desta maneira, mais perfeição na transmissão das palavras pelo Telegrapho. Os seus postes que eram pela rua de Itaporanga, estão agora pela rua de Maroim, afim de melhorar ainda mais aquelle engenhoso serviço.⁸

Informando aos leitores sobre as reformas efetuadas no telégrafo da cidade, a notícia é um nítido exemplo das modernizações oferecidas aos aracajuanos. O sistema de

⁸ REDE Telegraphica. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 10, 04 de dezembro de 1921. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

comunicação agora contava com uma aparelhagem mais bem equipada e que proporcionava encurtar as distâncias por meio do envio e recebimento de correspondências pessoais. Os caixeiros ligados ao jornal *A Classe* não somente noticiavam esse acontecimento como também eram beneficiados pelos melhoramentos por conta da maior circulação das informações e a utilização da rede telegráfica em benefício da Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS).

A cidade se modificava e os caixeiros participavam desse cenário. Qualquer ato, por parte dos administradores, que visasse à modernização da urbe era uma oportunidade para que os empregados pudessem vislumbrar uma melhor condição de desempenhar as suas atividades laborais. Não por acaso tendiam a apoiar os agentes políticos que agiam com propósitos modernizadores e que eram sensíveis às demandas do setor comercial com um todo e as dos caixeiros em particular. Essa era uma das razões pela qual os caixeiros sinalizavam em favor de Maurício Graccho Cardoso, antes mesmo dele ser presidente do estado, e referiam-se a ele apontando as suas qualidades de homem público que se sensibilizava com os interesses dos empregados no comércio.

Pelo exposto nas folhas do jornal *A Classe*, Graccho era generoso com as necessidades do setor comercial desde os tempos em que fora deputado federal e senador da República. Durante o exercício parlamentar, apresentou um projeto em favor dos empregados no comércio atuantes em todo o país e recebeu as seguintes lisonjas dos caixeiros sergipanos:

O dr. Graccho Cardoso, illustre e muito esforçado representante de Sergipe na Camara dos Deputados, acaba de apresentar á consideração daquella casa de congresso longo e substancioso projecto, melhorando consideravelmente a situação dos empregados no Commercio do Brasil [...] para qual chamamos a attenção de todos os caixeiros, para que a classe inteira, cohesa e num só movimento de reconhecida gratidão, veja em s.ex. o perfil de um optimo amigo, cheio, pelo que parece, das melhores intenções.⁹

A boa relação entre Cardoso e os agentes do setor comercial era alicerçada nas ações do parlamentar que visavam beneficiar aos caixeiros. Graccho agiu dessa maneira enquanto deputado federal e esta postura perdurou durante o tempo em que esteve pleiteando a vaga ao Senado, a julgar pelas lisonjas dirigidas pelos empregados no comércio quando da sua

⁹ EMPREGADOS no Commercio- Um projecto do deputado Graccho Cardoso. *A Classe*. Aracaju. Ano I, n. 22, 25 de dezembro de 1921. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

chegada em Sergipe regressando do Rio de Janeiro. Os caixeiros sergipanos não faziam nenhuma questão de negar o quanto tinham respeito e admiração pelo “dr. Graccho Cardoso, que se mostra amigo dos empregados do Commercio, conforme a apresentação de um seu substancioso projecto, há tempos, á Camara dos Deputados, em benefício da classe [...]”.¹⁰ Em outro momento, veremos os detalhes do projeto apresentado pelo parlamentar e o quanto ele beneficiava os caixeiros, o que resultava no amplo apoio dos trabalhadores do setor comercial a esse agente político.

Mesmo sendo um administrador competente, Graccho Cardoso lidou com diversos problemas quando foi presidente do estado, especialmente porque enfrentou insatisfações da oligarquia da qual fazia ao tentar promover mudanças em áreas sensíveis aos grandes proprietários, como foi o caso da regularização das propriedades fundiárias. O racha fora intenso e gerou o rompimento entre Graccho e os políticos que o colocaram no poder, além de causar a fragmentação do Partido Republicano Conservador, dominante no cenário político durante a Primeira República em Sergipe.

O final do governo Graccho Cardoso tinha tudo para representar o início de uma era de continuidades nas ações encabeçadas por ele e a sua equipe, mas a conjuntura iria jogar ao limbo tal expectativa. Aos próximos presidentes do estado restaria lidar com as turbulências nos níveis local e nacional que se intensificaram entre o final dos anos 1920 e o início da década de 1930. Nesse caso, é praticamente impossível dissociar os acontecimentos em nível nacional dos que estavam sucedendo em Sergipe, porque o desenho político era igual na forma e nos contornos modificando-se somente em relação aos representantes.

As contestações ao regime liberal-oligárquico sacudiram tanto a capital federal quanto a capital sergipana, sendo a ação dos tenentes comandados por Augusto Maynard Gomes uma clara demonstração da insatisfação com o sistema. Não é de se estranhar, portanto, a fugacidade e inoperância dos mandatários que sucederam as gestões de Lobo e Cardoso, tendo em vista que governaram em um momento de transição do regime de um modo geral.

Em retrospecto, percebe-se que os governos de Ciro Franklin de Azevedo (1926) e Manoel Correia Dantas (1927-1930) foram infrutíferos por causa das circunstâncias assinaladas e por razões específicas. O primeiro, visto como um substituto neutro em meio

¹⁰ VIAJANTES. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 31, 19 de fevereiro de 1922. p. 02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

à sucessão turbulenta de Graccho Cardoso, morreu antes mesmo de completar o primeiro ano de mandato. Com relação à governança de Manoel Correia Dantas¹¹, pesou contra ele tanto a indisposição que possuía com os opositores quanto a sua inabilidade em lidar com as dívidas herdadas das gestões passadas e as divisões no cerne do Partido Republicano Conservador.

Por esse ângulo, o final do mandato de Manoel Correia Dantas não representou apenas o fim de uma gestão. Percebemos, ao analisar as intrigas em torno da escolha de seu sucessor, que a crise do sistema oligárquico emitia fortes sinais também em Sergipe, até porque tranquilidade e unanimidade na escolha dos representantes dos grupos dominantes já não eram palavras comuns aos envolvidos nesse tipo de decisão. A maior evidência disso foi o constrangimento a que Francisco de Sousa Porto foi submetido, pois nem chegou a tomar posse de seu mandato como sucessor de Manoel Correia Dantas e foi deposto em decorrência da Revolução de 1930.

Em largos traços, assim foi constituída a cena política durante os dez anos finais da Primeira República em solo sergipano. Decerto que as decisões emanadas do palácio do governo foram importantíssimas e alteraram, para o bem ou para o mal, a vida cotidiana de pessoas não necessariamente participantes do processo político formal e integrantes dos diversos segmentos sociais existentes no estado. Foi assim que pretendemos investigar as ações dos homens de governo, todavia sabemos que essas informações não são suficientes para darmos conta das complexidades e das diversificações sociais. Diante disso, somos impelidos a investigar outras vertentes da realidade local.

1.2.- ECONOMIA E SOCIEDADE: OBSERVAÇÕES DO CASO SERGIPANO

As querelas políticas tanto em âmbito nacional quanto em nível local demonstraram o quanto as ingerências governamentais interferem na coletividade. Contudo, para termos uma visão em conjunto das relações sociais, é fundamental compreender cada nuance do contexto histórico e é dessa maneira que as relações produtivas, econômicas e sociais são visualizadas nessa pesquisa, isto é, sem se desgarrarem do que já foi exposto e em estreita ligação com as demais informações.

¹¹ Governou Sergipe entre 1927 e 1930.

Em um primeiro momento é necessário pontuar o desenvolvimento das relações econômicas em Sergipe, no início do século XX, sem perder de vista a posição ocupada pelo Brasil no contexto do capitalismo internacional. Apesar da complexidade em cristalizar os estágios deste sistema econômico, percebe-se que a sua fase monopolista estava em pleno dinamismo no decurso do período estudado e estabelecia as funções desempenhadas pelo país no mercado mundial, dentre elas a de produzir artigos especializados.

Considerando que a dinâmica do capitalismo internacional exigia que as potências econômicas conquistassem mercados consumidores e exportadores, o Brasil se notabilizou em participar do mercado externo na condição de fornecedor de produtos primários. Segundo Paul Singer (2006), o país se destacou no fornecimento de matérias-primas e “uma série de manchas no mapa do país” (SINGER, 2006, p. 381) expunha as concentrações das zonas produtoras, além de demonstrar a predominância de alguns produtos nas pautas de exportações. Sustentando-se em dados estatísticos Singer (2006) destaca que a cafeicultura foi a responsável por inserir o Brasil na divisão internacional do trabalho e contribuiu tanto para a dependência em relação às potências consumidoras quanto para o desenvolvimento econômico do país.

A explicação referida anteriormente reforça as teses que apontam para a condição agrário-exportadora da nação, ainda mais quando verificada a participação da agricultura, especificamente do café, no Produto Interno Bruto (PIB) do país em 1920, estimada na ordem dos 38,1 %. (ABREU, 2006, p. 328). Isso reforça e evidencia a importância que o setor cafeeiro exercia para a economia brasileira no início do século XX, mas não podemos achar que o mérito de um produto pode ser medido apenas pela sua relevância nas pautas de exportações.

A contribuição da economia cafeeira era evidente e a sua influência notável, mas os grãos não eram cultivados em todos os lugares. Se considerarmos as “manchas no mapa do país” veremos que as atividades produtivas eram diversificadas e predominavam em determinadas regiões. No quadro traçado por Singer (2006) vê-se como os itens de exportação eram distribuídos geograficamente: a cafeicultura era “comprimida no Vale do Paraíba e dele transbordando para o Oeste Paulista, as zonas açucareiras no litoral nordestino e na área de Campos, no Estado do Rio, ou os seringais que pontilhavam a imensidão da floresta Amazônica.” (SINGER, 2006, p. 381-382). Acrescente-se a isso o

fato de existir, em cada região, relações produtivas que estavam à margem das atividades dominantes e que contribuíam para a diversificação da economia local.

Situamos o estado de Sergipe nessa rede de negociações entre produtores locais e nacionais que agiam para atender, direta ou indiretamente, as demandas do capitalismo internacional. No plano geral, as atividades econômicas, durante a Primeira República, eram realizadas seguindo a lógica das exportações especializadas e os interesses dos proprietários e políticos eram canalizados em um produto. Política e economia se intercambiavam de modo a garantir o sucesso do produto mais cobiçado internacionalmente (no período em questão, o café), ainda que para isso fossem necessários concessões, incentivos fiscais e controle da taxa de câmbio. Evidentemente, a participação de quem estava no comando político ou pertencia à oligarquia agrário-exportadora era importantíssima para a proteção do produto mais exportado e no fortalecimento de sua hegemonia nas pautas de exportações. Isso também acontecia em solo sergipano, modificando-se apenas o produto a ser protegido e as tramas políticas realizadas.

Dominante nas pautas de exportações durante o período colonial e por algumas décadas do século XIX o açúcar foi declinando e, na primeira metade do século XX, ficou em uma posição menos prestigiosa. O mesmo açúcar que participou com mais de 30% nas receitas de exportação, entre 1821 a 1830, teve a sua contribuição rebaixada para menos de 4% durante a Primeira Guerra Mundial. (SINGER, 2006, p. 387). A queda foi brusca, mas não devemos agir com precipitação e afirmar que o gênero perdeu a sua importância em sua totalidade.

No que pese ter declinado nas cifras das exportações, o setor açucareiro continuou a ser importante para os estados nordestinos que cultivavam a gramínea. Tomando por base o caso de Sergipe, vemos que a produção açucareira, em plena década de 1920, ainda era a responsável por ser “a principal fonte de riqueza, em face dos lucros proporcionados aos proprietários, dos impostos arrecadados aos cofres públicos e dos empregos que geravam.” (DANTAS, 2004, p. 49). O setor primário-exportador continuou a ser a grande fonte de receita do estado, ainda mais se for levado em conta os incentivos fiscais e creditícios que recebia.¹²

¹² ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Fundamentos de uma economia dependente**. Petrópolis, Vozes, 1984. p. 241- 248.

Mesmo sendo o gênero privilegiado a cana de açúcar não era o único a ser cultivado no âmbito do setor primário. Concorriam com ele o cultivo do algodão e a pecuária extensiva, embora em menores proporções. A cultura algodoeira era cultivada por pequenos proprietários, especialmente em cidades localizadas no agreste e no sertão, e representava um relativo dinamismo da economia local. Era realizada com vistas a atender a demanda dos mercados regionais e não estava fora da rota da exportação internacional (dependendo do período, convertia-se em um produto cobiçado pelos mercados interno e externo).

A pecuária também era praticada e se diferenciava das outras atividades econômicas em algumas características. As terras ocupadas tanto pelo complexo açucareiro quanto pelo cultivo do algodão impediam a criação dos bovinos, o que tornava a atividade agropastoril pouco expressiva no estado. Isso modificou-se a partir do momento em que os criadores conseguiram equacionar o problema da escassez das pastagens e proporcionaram uma maior absorção de mão de obra atuante no setor. Consequentemente, a importância econômica da pecuária aumentou e ela tornou-se a principal fonte de abastecimento das principais feiras livres do estado. (DANTAS, 2004, p. 49).

As atividades econômicas em Sergipe não se restringiam apenas ao setor primário. Não obstante a preponderância do setor açucareiro, determinante em termos financeiros e políticos, foi possível observar uma maior diversificação dos setores produtivos, dentre eles o setor comercial que se desenvolvia na capital. Muitos fatores contribuíram para que o comércio se desenvolvesse, mas aqui não será o espaço em que discutiremos sobre as transformações desse ramo.

No próximo item será possível vislumbrar outras especificidades da economia sergipana e as analisaremos em conformidade com as mudanças estruturais ocorridas na sociedade local. Mais do que isso, interessa-nos perceber em que medida o desenvolvimento material, o crescimento populacional e as iniciativas políticas estavam atreladas às relações sociais.

1.3- URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMERCIAL EM SERGIPE

As últimas décadas da Primeira República se notabilizaram pelas consideráveis mudanças na sociedade local. Os anos 1920, que foram tão significativos em âmbito nacional por conta do surgimento de movimentos armados como o Tenentismo, da criação

do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e da organização da Semana de Arte Moderna em São Paulo, também foram marcados por inovações em solo sergipano. Em termos estruturais, observou-se alterações em vários níveis, incluindo-se a diversificação dos setores produtivos e o aumento demográfico/populacional do estado e da capital.

Sergipe, que atualmente conta com aproximadamente 2. 068. 017 (dois milhões, sessenta e oito mil e dezessete) habitantes¹³, vivera um *boom* demográfico no início do século XX. A partir dos anos 1920 ocorreu uma acentuada elevação populacional e as 477. 064 (quatrocentos e setenta e sete mil e sessenta e quatro) pessoas residentes no estado¹⁴ comprovavam esse aumento, principalmente se comparadas com os 310.000 (trezentos e dez mil) moradores que habitavam as terras sergipanas no final do século XIX. (DANTAS, 2004, p. 16).

Em termos demográficos, situação semelhante também ocorreu em Aracaju. Mesmo sendo a sede político-administrativa desde 1855, a cidade ainda tinha um quê de interior no final do século XX. Dantas (2004), baseando-se no censo de 1890, atestou que o município “ainda era pequena cidade de 16. 336 habitantes” (DANTAS, 2004, p. 18), evidenciando o caráter pacato e provinciano da jovem capital. Esta configuração social iria ser alterada com o crescimento vertiginoso da população, como atestam os dados do recenseamento de 1920, os quais demonstram uma duplicação no número de habitantes na capital sergipana.

Na década de 1920, o antigo povoado Santo Antônio do Aracaju já não era mais um tímido aglomerado e a sua população atingia o maior índice do estado com os seus 37.440 (trinta e sete mil quatrocentos e quarenta) moradores¹⁵. O crescimento populacional estava atrelado a ascensão de Aracaju enquanto centro político e administrativo do estado e a expansão das redes industriais e comerciais que atraíam pessoas das mais variadas origens sociais para a urbe. Não desconsideramos a importância de fatores como a alta taxa de

¹³ BRASIL/Sergipe. Panorama: População. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). [S.L] 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/panorama>. Acesso em: 14 jun. 2019.

¹⁴ RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920. População do Brazil, por Estados e Municípios, segundo o sexo, a idade e a nacionalidade. Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio (Directoria Geral de Estatistica), 1928. Vol. IV. Tomo II. p. 862. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=livro&campo=assunto¬qry=&opeqry=&texto=recenseamento%20de%201920&digital=false&fraseexata=>. Acesso em: 09 jul. 2020.

¹⁵ RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920. População do Brazil, por Estados e Municípios, segundo o sexo, a idade e a nacionalidade. Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio (Directoria Geral de Estatistica), 1928. Vol. IV. Tomo II. p. 830. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=livro&campo=assunto¬qry=&opeqry=&texto=recenseamento%20de%201920&digital=false&fraseexata=>. Acesso em: 09 jul. 2020.

natalidade e a diminuição da mortalidade no período (SILVA e BARBOSA, 200, p. 36), apenas queremos pontuar o quanto o crescimento demográfico guardou relação direta com o desenvolvimento material da cidade.

No que se refere ao surto populacional ocorrido em Aracaju, entendemos que ele foi proporcionado pelos índices de fecundidade, pela jovialidade etária dos munícipes¹⁶, e pelas migrações internas de pessoas que se deslocavam do interior rumo a melhores condições de vida na capital. No começo do século XX, a cidade tinha uma nova configuração urbana que estava vinculada ao desenvolvimento econômico ocorrido no período e os setores produtivos contribuíram para que essa dinâmica populacional fosse viabilizada.

No tópico anterior destacou-se a supremacia do açúcar e a sua importância para a economia local e evidenciou-se a prática de atividades ligadas ao setor primário que favoreceram a diversificação produtiva do estado, como o cultivo do algodão e a pecuária. Contudo, não foi possível analisar a participação dos setores secundário e terciário na organização econômica do estado e as relações trabalhistas geradas pelos dois ramos.

Começamos por destacar a importância que o setor secundário, especialmente a industrialização, exerceu na sociedade local. Nas terras sergipanas, o desenvolvimento industrial ocorreu no final do século XIX e as fundações das duas principais fábricas da capital ilustram essa situação. A Sergipe Industrial, fundada em 1882, e a Confiança, criada em 1907, demonstravam a ascensão das empresas ligadas ao setor, apesar da atividade açucareira predominar entre os ramos produtivos. Em sua grande maioria, os estabelecimentos industriais foram inaugurados por iniciativas individuais e tornaram-se fundamentais para a economia local, dentre outras razões por conseguirem atrair contingentes de trabalhadores que vendiam a sua força de trabalho. (SANTOS, 2014, p. 12).

Também chama a atenção o fato da industrialização ocorrida em Sergipe ter obedecido ao padrão nacional, isto é, destinava-se a atender às demandas internas e produzia bens de consumo não-duráveis. Nisso residia a razão de ser das principais fábricas sergipanas: converter os artigos provenientes do setor primário em gêneros de primeira necessidade que eram direcionados aos centros comerciais locais, ou quando muito, regionais. (SUBRINHO, 1987, p. 90).

¹⁶ *Op cit.*

As principais organizações industriais de Sergipe eram especializadas na transformação dos dois gêneros mais cultivados nas terras do estado, isto é, a cana de açúcar e o algodão. Tomando como exemplo as fábricas têxteis, a importância destas empresas para a economia local residia na maior ampliação do mercado de trabalho (mesmo que precário) e na consequente evolução das Receitas Públicas. Os números relativos a esses estabelecimentos evidenciam a sua capacidade de rendimento e de produção bruta e os dados do inquérito censitário de 1920 fornecem um panorama nacional sobre o ramo fabril. Segundo a amostragem, o total de estabelecimentos fabris aproximava-se dos duzentos e sessenta e seis, o capital investido era de quinhentos e setenta e nove mil réis, o valor da produção consistia em quinhentos e oitenta mil réis e a empregabilidade de operários correspondia a, aproximadamente, noventa e dois mil trabalhadores¹⁷.

Em Sergipe, o grupo das indústrias têxteis correspondia ao segundo maior segmento industrial em número de estabelecimentos, sendo superado apenas pelas casas especializadas em fundir cerâmica, pois as têxteis possuíam 55 instalações e as casas de cerâmica tinham 80 oficinas¹⁸. Razões para que essa situação ocorresse podem ser encontradas na natureza das atividades desenvolvidas pelas indústrias e na capacidade de operação de cada uma delas, porquanto as demandas exigidas na montagem e no funcionamento das têxteis diferenciavam-se em quantidade e qualidade do que era exigido na fundação das indústrias de cerâmica.

Prova maior do que falamos anteriormente foi encontrada quando analisamos a diferença na absorção da mão de obra. Por serem fábricas que exigiam uma estruturação complexa, as transformadoras têxteis superavam qualquer outro ramo da indústria sergipana na década de 1920, ainda mais se for levado em consideração o número total de trabalhadores em serviço. Nesse aspecto, as têxteis eram dominantes e era a única indústria

¹⁷ RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920. Industria. Modo de organização das empresas. Capital empregado e data da fundação. Força motriz e pessoal em serviço. Período de funcionamento das fábricas. Principaes despesas de custeio. Produção anual. Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio (Directoria Geral de Estatistica), 1927. Vol. V. p. 25. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=livro&campo=assunto¬qry=&opeqry=&texto=recenseamento%20de%201920&digital=false&fraseexata=>. Acesso em: 09 jul. 2020.

¹⁸ RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920. Industria. Modo de organização das empresas. Capital empregado e data da fundação. Força motriz e pessoal em serviço. Período de funcionamento das fábricas. Principaes despesas de custeio. Produção anual. Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio (Directoria Geral de Estatistica), 1927. Vol. V. p. 294. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=livro&campo=assunto¬qry=&opeqry=&texto=recenseamento%20de%201920&digital=false&fraseexata=>. Acesso em: 09 jul. 2020.

a ter um contingente de operários na casa dos milhares, sendo que as demais reuniam dezenas ou centenas de pessoas em ocupações¹⁹.

Evidentemente, a atuação das indústrias produtoras de tecido era fortemente concentrada na capital. Ao focarmos no desenvolvimento de Aracaju percebe-se que tanto as fábricas têxteis quanto os outros empreendimentos do setor industrial contribuíram para uma maior diversificação social da cidade. Pode-se dizer, de um modo geral, que o mundo das fábricas propiciou hierarquizações que punham em evidência as contradições existentes entre o trabalho e o capital, o patrão e o empregado, como também estimulou o fortalecimento do terciário urbano.

Ao analisar o setor terciário temos que ter o cuidado de especificá-lo dentro do contexto no qual ele se desenvolveu. Nesse sentido, a definição atual, por mais que pareça prática e objetiva, não permite uma maior compreensão de como esse setor era caracterizado nos anos 1920. O seu teor generalizante entende o setor terciário como aquele conhecido por abranger as atividades de comércio e prestação de serviço²⁰, mas não especifica os ramos comerciais e é insuficiente para compreendê-los no início do século XX.

Afastamo-nos das noções atuais e optamos em apenas utilizar o termo comércio. Essa atitude é mais prudente e coerente com a proposta por nós traçada, tendo em conta que as fontes consultadas e a bibliografia sobre o tema sequer utilizam a palavra “setor terciário” para se referirem às transações mercantis. Seguindo essa lógica, considera-se como atividades comerciais as que eram desempenhadas por manufatureiros, caixeiros, bancos (quando em transações de câmbio, seguro e comissões), entre outras.²¹

¹⁹ Em termos quantitativos, as três indústrias que mais empregavam eram a Têxtil, com um total de 4.234 operários, a Cerâmica, com um total de 401 trabalhadores, e os ramos ligados ao processamento de alimentos (especificamente dos insumos do açúcar) que absorviam 338 empregados. **Fonte:** RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920. Industria. Modo de organização das empresas. Capital empregado e data da fundação. Força motriz e pessoal em serviço. Período de funcionamento das fábricas. Principaes despesas de custeio. Produção anual. Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio (Directoria Geral de Estatistica), 1927. Vol. V. p. 295-296. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?acervo=livro&campo=assunto¬qry=&opeqry=&texto=recenseamento%20de%201920&digital=false&fraseexata=>. Acesso em: 09 jul. 2020.

²⁰ A IMPORTÂNCIA do setor terciário para a economia. In: Site do Ministério da Economia. [S.L.] [2019?]. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-servicos/a-secretaria-de-comercio-e-servicos-scs/402-a-importancia-do-setor-terciario> Acesso em: 17 jun. 2019.

²¹ Designação feita a partir das classificações profissionais descritas em: RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920, População do Brazil, por Estados e Municípios, segundo o sexo, a nacionalidade, a idade e as profissões. Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio (Directoria Geral de Estatistica), 1930. Vol. IV. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?acervo=livro&campo=assunto¬qry=&opeqry=&texto=recenseamento%20de%201920&digital=false&fraseexata=>. Acesso em: 09 jul. 2020.

Percebe-se, por meio desta enumeração, o quão complexa é a tarefa de especificar um ramo tão diversificado e que possuía variações internas. Essas idiossincrasias não estavam ausentes no comércio sergipano dos anos 1920, principalmente por ser um campo que tencionava expandir e conquistar mercados consumidores. Levando em consideração as redes comerciais estabelecidas em Aracaju verifica-se o quão multifacetado era o comércio local, podendo agregar desde o mais simples empregado até os sócios de firmas comerciais. Temos um quadro detalhado sobre o comércio aracajuano no início do século XX, no qual é possível vislumbrar um panorama positivo sobre o segmento, e devemos isso a Clodomir Silva, que em seu *Álbum de Sergipe (1820-1920)*, expõe o quanto:

Aracaju é mesmo o largo escoadouro por onde deflue e afflue a parcella maior do commercio de Sergipe. A capital conta cerca de 26 lojas de fazendas e armarinho; 128 armazens de seccos e molhados; 6 escriptorios de miudezas e fazendas; 8 pharmacias; além de innumeravel quantidade de quitandas e pequenos armazens dispersos; 37 escriptorios de commissões e consignações; 9 escriptorios de fazendas; 10 escriptorios de exportação de assucar e 17 de sal; 4 lojas de ferragens; 12 armazens de estiva; 1 exportador de couros ; 3 tabacarias; 3 lojas de calçados; uma de estiva e miudezas; uma fabrica de camisas; 3 livrarias-papelarias; duas saboarias; uma loja de modas; armazem de louças e vidros; 2 armazens de madeiras; 11 padarias; 3 padarias a vapor; 7 typographies; 5 casas de café. (SILVA, 1920, p. 146-148)

Mesmo que a descrição não seja específica em alguns pontos e mereça a nossa suspeição, em termos de rigor no levantamento dos dados e por compor uma obra encomendada pelo governo, ainda assim é um dos poucos relatos sobre a situação do ramo comercial aracajuano durante a década de 1920. Por meio da enumeração feita por Silva (1920) é possível identificar a existência de uma diversificação dos estabelecimentos comerciais, indo desde os que estavam vinculados às transações financeiras e controle de exportação até as casas de distribuição do produto final, precursoras das atuais lojas de varejo. A enumeração também expõe uma predominância de certas atividades sobre outras, como é o caso da proeminência do baixo comércio e dos armazéns de secos e molhados, espaços onde se comercializavam gêneros alimentícios e utensílios indispensáveis à subsistência.



Foto 01: **Armazém Teixeira Chaves & Cia.** In: *Cadastro Comercial, Industrial, Agrícola e Informativo do Estado de Sergipe*. Aracaju, 1933. p. 183.



Foto 02: **Prédio da firma Fontes Irmãos & Cia.** In: *Cadastro Comercial, Industrial, Agrícola e Informativo do Estado de Sergipe*. Aracaju, 1933. p. 458.



Foto 03: **Prédio da firma Vasconcelos Junior & Cia.** In: *Cadastro Comercial, Industrial, Agrícola e Informativo do Estado de Sergipe*. Aracaju, 1933. p. 466.

Tais informações denotam, ao mesmo tempo, o desenvolvimento e a limitação do comércio aracajuano nos anos 1920. Por um lado, era um ramo que se desenvolvia e se ampliava (principalmente se for comparado com a sua configuração em tempos idos²²) graças ao maior número de instalações de compra e venda. Em contrapartida, não há como perder de vista o fato dele ainda se manter com uma estruturação reservada a atender demandas pontuais e focada no suprimento de gêneros de primeira necessidade, algo totalmente verificável pela abundância de armazéns que vendiam alimentos para o consumo imediato.

O comércio exercido na capital se desenvolvia com as suas peculiaridades e os empregados que nele trabalhavam exteriorizaram as suas impressões sobre o setor. Os caixeiros, através do jornal *A Classe*, indicavam que o comércio aracajuano já não era tão limitado como antes e estava em sintonia com o desenvolvimento urbano da cidade que já “[...] não é mais a capitalzinha pobre, a cidadezinha obscura, vagamente perdida na

²² Em análise acurada, Maria Nely Santos (1996) descreve o comércio aracajuano, no final do século XIX, como sendo limitado e dependente das transações com as praças da Bahia e de Pernambuco. As análises da autora, sustentadas nos relatos do jornal *Diário Popular*, atribuem que as comercializações eram limitadas pelo baixo poder aquisitivo da população livre e pela concorrência de cidades como Maruim e Laranjeiras. Nesse sentido, a capital era reconhecida, comercialmente falando, muito mais por sua feira que era realizada semanalmente do que por possuir uma malha comercial ampla e estruturada. Ver:

SANTOS, Maria Nely. **Associação Comercial de Sergipe. Uma Instituição Centenária (1873/1993)**. Aracaju, 1996. p. 14-15.

superfície imensa de um país escassamente povoado.”²³ Muito pelo contrário, o setor agora tinha outra feição e o fato de Aracaju ser “[...] uma cidade que se agita, autônoma, consciente, laboriosa[...]²⁴ contribuía decisivamente para que isso pudesse acontecer.

As atividades mercantis estavam em plena ascensão e as notas do jornal *A Classe* destinadas a propagandear as ações dos estabelecimentos comerciais são um indicativo disso. Observando-se esses registros é possível distinguir os tipos de estabelecimentos comerciais, os responsáveis por eles, as atividades-fim, dentre outras características relacionadas ao comércio sergipano. Vejamos alguns relatos que ilustram esse fato:

Communicaram-nos, em circular de 17 deste mez, haverem constituído uma sociedade commercial de responsabilidade solidaria, sob a razão social de Rocha & Leite, os dignos srs. Heraclito Rocha e Manuel Alcides Leite, para o commercio de exportação, comissões, consignações, despachos e consignações de navios a vela e a vapor.²⁵

Da illustre directoria do Banco de Sergipe, nesta capital, recebemos um exemplar do minucioso Relatorio do referido Banco, apresentado pela mesma á Assembléa Geral de Accionistas, na reunião ordinaria deste anno. No alludido Relatorio vem escripto, com clareza, todo o movimento daquelle importante estabelecimento, no ano de 1921.²⁶

Não obstante a falta de informações mais precisas e o não detalhamento de questões importantes, a exemplo das especificações dos lucros dos estabelecimentos, o jornal nos informa sobre a existência de organizações ligadas ao alto comércio local²⁷ e a importância destas sociedades para investidores e credores. Paralelamente ao comércio mais especializado e ligado à financeirização, também existia àquele voltado às necessidades mais prementes da população e que se desenvolvia em um nível acelerado na malha comercial aracajuana. Os caixeiros deixaram vestígios sobre esses estabelecimentos e, através dos seus relatos, podemos entrar nas lojas que atualmente conhecemos como de varejo.

Uma dessas casas comerciais era a revendedora de água “Gazozas Cristallis”, propriedade dos irmãos Araújo Barros. Sobre esta empresa, o jornal *A Classe* fez questão

²³ ESPÍRITO de Classe **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 25. 15 de janeiro de 1922. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

²⁴ *Op cit.*

²⁵ PELO Commercio. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 27. 29 de janeiro de 1922. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

²⁶ RELATORIO. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 35. 19 de março de 1922. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

²⁷ Entendemos o alto comércio enquanto um ramo que englobava as atividades ligadas às transações financeiras das mercadorias e o controle de exportação e importação das mesmas, as quais exigiam maior aprimoramento dos trabalhadores.

de informar a sua localização na rua Divina Pastora, o que evidenciava a proximidade da Cristallis com as principais casas comerciais de Aracaju, e recomendava o produto por ela comercializado:

Desde sabbado passado que a mesma se acha funcționando naquella rua em predio confortavel e mais proximo do commercio. Visistamos o seu estabelecimento, conforme convite que tivemos do sr. José de Araújo Barros, um dos seus activos socios e ali fomos servidos de um copo de Cristallis, a qual asseguramos ao publico ser muito saborosa e suave.²⁸

Anúncios propagandísticos destinados a publicizar as casas comerciais e os produtos comercializados por elas integravam o periódico dos caixeiros sergipanos. O jornal *A Classe* era uma instituição de comunicação que tinha interesses comerciais e, por isso, era recheado de propagandas tanto das organizações ligadas ao comércio especializado e voltado às transações financeiras quanto das casas comerciais dos setores retalhistas que se destinavam a suprir às necessidades básicas dos consumidores. O que se sobressaía nessas notas propagandísticas era a diversidade que o comércio local apresentava naquela conjuntura, corroborando com o panorama que Clodomir Silva (1920) elaborou em relação ao setor.

Conjuntamente a esses aspectos, também é interessante notar a distribuição geográfica do comércio realizado na capital sergipana e o quanto ele foi determinante para o ordenamento territorial urbano da cidade. O centro da cidade, projetado com a finalidade de acolher as principais repartições políticas e administrativas da sede do estado, tornou-se, de maneira análoga, um espaço de intensas redes comerciais. A cidade que “começou no centro e evoluiu a partir do centro” (VILLAR, 2000, p. 3) contou com a generosa contribuição das comercializações efetuadas naquele espaço e, por intermédio do desenvolvimento das atividades comerciais, constituiu-se em uma cidade monocêntrica até a segunda metade do século XX.

Além da Rua da Aurora, outras sendas eram conhecidas por sediarem os estabelecimentos e as relações informais inerentes ao comércio. Nesse caso, as imediações mais conhecidas pelos sergipanos interessados em adquirir mercadorias eram as ruas João Pessoa, Laranjeiras, São Cristóvão e as que compunham a região do Mercado Municipal, inaugurado durante a gestão estadual de Maurício Graccho Cardoso (1922-1926). Essa conformação espacial demonstrava a centralidade da capital e da sua malha mercantil, o

²⁸ GAZOZAS Cristallis. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 40. 23 de abril de 1922. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

que acabava evidenciando uma relação de dependência entre o lugar e as pessoas que viam nele uma potencialidade econômica.

A supremacia do centro enquanto lugar de comércio era explicada pela incipiência da urbanização da própria cidade. Esse dado é relevante, ainda mais se considerarmos as compatibilidades entre os desenvolvimentos urbano e econômico na década de 1920. Admitimos que o comércio, tomado em seu sentido literal, era praticado em Sergipe antes mesmo do século XX, mas as indagações que se sobressaem são as seguintes: O que diferenciava o comércio praticado anteriormente do que era exercido nos anos 1920? Por que a ampliação comercial ocorrida nas primeiras décadas do século XX não acontecera anteriormente?

Devemos pontuar que, a partir de 1922, Sergipe esteve inserido na lógica de um sistema econômico mais moderno e dinâmico internamente, segundo o qual os padrões sociais e de consumo eram mediados pelas novas necessidades do sistema capitalista. (SANTOS, 1996, p. 24). O comportamento dos consumidores, em última instância, determinava o poder de compra de alguns grupos sociais e estimulava novos hábitos, muitas vezes influenciados por contatos externos, o que fazia o comércio ser impulsionado nesse momento e não anteriormente.

Vinculadas a essas peculiaridades, as condições para a constituição de um segmento comercial com uma nova roupagem vieram a ser atendidas nos últimos anos da Primeira República e guardou relação direta com as mudanças estruturais promovidas, principalmente, no governo de Maurício Graccho Cardoso (1922-1926). Não se nega a importância das realizações feitas pelos governos anteriores, mas foi mediante as atitudes de Graccho e da sua equipe que Aracaju (tomada de modo particular) ganhou ares de cidade moderna. As inúmeras construções e reformas, realizadas entre 1922 a 1926, foram importantes para o desenvolvimento das relações econômico-financeiras, tendo em conta o estímulo comercial que a urbe passou a oferecer e representou uma fase de mudanças concretas no centro comercial de Aracaju. (VILLAR, 2000, p. 07).

Área amplamente modificada para permitir a viabilidade econômica e o crescimento espacial o centro da cidade acolhia (como ainda hoje acolhe) o comércio e os seus atores sociais e demonstrava a relevância das transações que ali ocorriam. Também era possível notar o quanto a cidade começou a oferecer as condições essenciais para a instalação de um comércio mais equipado e ostensivo que atendia às demandas da população. A malha comercial expandia-se e era estimulada por novidades vinculadas às modificações no

ambiente urbano, mesmo que algumas limitações ainda persistissem e somente fossem dirimidas com a consolidação de Aracaju enquanto capital estadual²⁹.

As localizações de algumas casas comerciais são muito reveladoras do que afirmamos anteriormente. A “Lloyd Sul Americano- Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres”, localizava-se na Avenida Rio Branco (antiga Rua da Aurora), n.35.³⁰ A “Refinaria e Torrefação São João”, especializada em venda de café, tinha a sua sede instalada na Rua de Laranjeiras, n. 34.³¹ Na mesma rua, a loja “Fontes & Irmão”, uma das que trabalhavam com despachos, comissões consignações e conta própria, abria as suas portas.³² Isso sem contar os estabelecimentos que não foram amparados nas folhas do jornal *A Classe*, mas que estavam circunscritos nas ruas centrais da cidade.

O setor comercial se interligava com as transformações estruturais ocorridas na cidade e era determinado por elas. O comércio praticado na década de 1920 dava mostras de um nítido melhoramento em relação ao seu estágio anterior e a inserção da capital do estado em uma lógica moderna contribuiu para esse desenvolvimento. Por outro lado, existiam limitações ainda não superadas como, por exemplo, a concentração das atividades comerciais em determinados ramos (vide o caso dos secos e molhados). Isso era motivado pelo momento de transição que permeava a capital, tendo em conta que a sua configuração espacial e econômica foi alterando-se a cada momento de sua história. Desse modo, o comércio local espelhava a sociedade na qual estava inserido e encontrava-se entre o desenvolvimento e as dificuldades em sua estruturação.

Entremeados neste contexto estavam todos aqueles que participavam direta ou indiretamente das relações mercantis. Da mesma maneira que o desenvolvimento do setor secundário (por meio da criação de indústrias especializadas) proporcionou o adensamento das relações trabalhistas entre industriais proprietários e trabalhadores fabris, o comércio

²⁹ Segundo Diniz (2009), a consolidação e adensamento da malha urbana de Aracaju efetivou-se entre 1945 e o final dos anos 1960 graças a aceleração no desenvolvimento urbano da cidade e a expansão para além da região central. São exemplos desta nova configuração o surgimento dos bairros em outros sentidos da capital. In:

DINIZ, Dora Neuza Leal. **Aracaju**: a construção da imagem da cidade. Orientador: Prof. Dr. José Eduardo de Assis Lefèvre. 2009. 270f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2009.

³⁰ LLOYD Sul Americano- Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 25. 15 de janeiro de 1922. p. 04. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

³¹ O MELHOR Café. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 01. 31 de julho de 1921. p. 04. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

³² FONTES & Irmão. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 02. 07 de agosto de 1921. p. 03. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

também contribuiu para que o mundo do trabalho fosse diversificado. As funções desempenhadas pelos que trabalhavam no comércio local eram variadas e heterogêneas e ampliaram as relações sociais da cidade.

No sentido literal, eram parte integrante do comércio todos os que estavam envolvidos nas várias etapas do setor. Financistas, fornecedores, sócios majoritários ou minoritários, controladores alfandegários de mercadorias, donos de estabelecimentos - que podiam ter trabalhadores ou não - e empregados de um modo geral. Todos esses personagens eram agentes comerciais e compunham os estratos da sociedade da qual faziam parte.

Um desses agentes eram os caixeiros sergipanos que estavam inseridos nas tramas sociais e exerciam as suas atividades laborais. A múltiplas ações destes empregados demonstravam o quanto eles eram movidos por objetivos, sonhos e expectativas que se materializavam em ações específicas, como a organização trabalhista e a recorrência à imprensa escrita. Desse modo, a questão que nos guia é a de saber como esses trabalhadores, especialmente os dirigentes da Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS), souberam tirar proveito da veiculação do periódico *A Classe* e forjaram representações deles próprios e dos demais caixeiros.

CAPÍTULO II- JORNAL A CLASSE: A “VOZ” DOS CAIXEIROS SERGIPANOS

Os estudos historiográficos têm reconhecido a relevância dos meios de comunicação ao abordá-los sob diferentes perspectivas. É rico o número de trabalhos que focalizam ou citam a importância de se compreender os órgãos informativos e a sua historicidade, a exemplo das análises sobre o rádio, a TV e a imprensa escrita de um modo geral.

Tendo como escopo os jornais impressos, constata-se algumas especificidades ao atentarmos para os seus usos ou desusos. Se, por um lado, não restam dúvidas a respeito de sua importância nas pesquisas de cunho historiográfico, por outro, existem implicações que necessitam ser realçadas. O jornal, como qualquer outra fonte, possui peculiaridades que tanto clarificam quanto restringem as análises e demandam um maior cuidado do pesquisador ao lidar com o documento em questão.

Ciente destas condições, buscou-se analisar o jornal *A Classe*, órgão informativo da Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS), subdividindo o estudo da seguinte maneira. Em um primeiro momento, abordamos algumas características da imprensa brasileira, sobretudo as transmutações ocorridas nos âmbitos tipográfico e conteudista, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Por último, analisamos as características do jornal *A Classe* em termos da história do órgão informativo, de suas informações tipográficas, de suas propriedades físicas e as suas inter-relações com a sociedade em que era veiculado.

À vista disso, ressalta-se que temos como apoio amplas discussões concernentes aos estudos clássicos e contemporâneos sobre a imprensa brasileira e as análises sobre a relação entre a história e o jornalismo. Ademais, as fontes que integram este espaço são o jornal *A Classe*, o *Cadastro Comercial, Industrial, Agrícola Informativo*, imagens, entre outras.

2.1- A IMPRENSA BRASILEIRA NOS ANOS 1920: ENTRE A OFICINA E A EMPRESA.

Os resultados dos estudos sobre a imprensa brasileira não deixam dúvidas acerca das significativas alterações que foram efetuadas na estruturação dos jornais, entre o final do século XIX e o início do XX. Tanto nos aspectos tipográficos quanto em termos de diagramação e conteúdo, tornaram-se nítidos o desenvolvimento empresarial e tecnológico

da imprensa no Brasil e a crescente modernização desta indústria, mesmo que essas mudanças não representassem uma ruptura com os modelos anteriores, e sim uma continuidade com os seus primórdios.

Esta pesquisa compartilha a ideia do quanto há de complexo em afirmar que um novo modelo de imprensa fora estabelecido ao ponto de suplantarmos as diretrizes que vigoravam até então, ainda mais se considerarmos que estas normativas editoriais continuavam a influenciar na elaboração de diversos veículos de informação. De modo a se contrapor a ideia de ruptura, observamos que um novo padrão influenciou na edição dos jornais, mas teve que dividir espaço com o padrão anterior, podendo isto ser visualizado em duas características da imprensa: a materialidade dos jornais e os seus conteúdos.

Com relação aos aspectos tipográficos, assistiu-se à alteração nos moldes estruturais da imprensa, pois os jornais antes forjados sob a égide da elaboração artesanal passaram a ser veiculados obedecendo a configuração de uma imprensa com traços de empresa capitalista, padrão que emerge, no Brasil, durante os anos 1920. Este dado tem muito a nos dizer se observarmos as necessidades que foram criadas por essa nova lógica de estruturação, a qual impôs novas técnicas de produção.

Se estabelecermos um comparativo entre o paradigma artesanal e o industrial, torna-se perceptível o quanto os aspectos conjunturais foram importantes neste processo de transição. Nunca é demais recordar que a década 1920 foi permeada por crises internas advindas das disputas oligárquicas, como também dos acontecimentos econômicos gestados internacionalmente, por exemplo, o Crash da Bolsa de Nova York, em 1929. Acrescentam-se a estes fatos as consequências desastrosas da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), da qual a Europa ainda tentava reconstruir-se, e a simultaneidade a um dos períodos mais conturbados da história nacional, em que novos atores sociais surgiam nos cenários político e econômico do país.

O descontentamento de alguns setores da sociedade com o sistema político e a dependência desse para com as relações oligárquicas foram o estopim para a tentativa de modernização institucional do país. Contrapondo-se a este *modus operandi*, as camadas médias urbanas, em sintonia com parcelas das forças armadas, uniram-se com o intuito de promover mudanças na forma de escolha dos representantes e, sobretudo, na moralização da administração pública, por meio de levantes armados e de outras ações de blocos opositores.

No plano econômico, uma palavra definia as relações produtivas de um modo geral: agroexportação. Ainda que outras atividades econômicas mostrassem a sua relevância, principalmente para o mercado interno, o país tinha em sua pauta de exportação o café como o seu bastião-mor. Essa situação repercutia diretamente na escolha dos mandatários em âmbito nacional durante boa parte da Primeira República, sendo que as bases deste sistema eram alicerçadas em indicações dos grupos políticos formados, majoritariamente, por representantes vinculados a São Paulo e Minas Gerais.

Sem nos alongarmos neste panorama, o fato é que, após o crash da bolsa de Nova York, em 1929, o sistema político passou a ser questionado de forma mais frequente, tendo como causa imediata o decréscimo das exportações do café. Neste ponto, os novos atores apareceram novamente e os setores das camadas médias urbanas, burguesia comercial, exerceram um importante papel na contestação ao regime, culminando posteriormente na Revolução de 1930.

Paradoxalmente ou não, em meio a essas turbulências, a imprensa brasileira foi mais beneficiada do que prejudicada. Não obstante os fatores externos terem contribuído para o encarecimento de bens de produção, foi graças ao conflito mundial que inovações foram viabilizadas e incrementadas na edição de jornais e revistas. Paralelamente aos acontecimentos externos, a situação interna do país determinou a reorientação dos jornais e atribuiu-lhes a função de porta-vozes das classes sociais emergentes. O resultado dessas efervescências marcou a fase industrial e tal fato foi comprovado com o uso de novas técnicas incorporadas nas oficinas tipográficas.

Beneficiados pelos avanços das relações capitalistas, as quais proporcionaram o fortalecimento de uma classe média urbana e de um proletariado industrial, os jornais dos anos 1920 já não eram editados da mesma forma. Neste ponto, somos impelidos a concordar com Juarez Bahia (1990), quando afirma:

Depois de 1880, notadamente em fins do século XIX e começo do século XX, a imprensa está preparada para o estágio empresarial como ocorre em países mais avançados. [...] Desde logo a tipografia perde o seu caráter artesanal para situar-se numa linha de produção que exige aparelhamento técnico e manipulação competente. (BAHIA, 1990, p. 105)

O aparelhamento técnico foi enriquecido graças à introdução de prelos mais modernos. Antes da máquina de papel de Louis Robert (1798) e das prensas rotativas de Bullock (1865) e Marinoni (1866), a primeira inovação do final do século XIX e que

chegara ao Brasil para revolucionar a elaboração dos jornais foi a linotipo de Mergenthaler (1885). Apesar dos altos custos relacionados à aquisição desses equipamentos, os proprietários dos grandes jornais viram os seus lucros retornarem proporcionalmente aos investimentos. Essa lucratividade pode ser visualizada ao atentarmos no valor de uma rotativa Marinoni e na tiragem média de um periódico de grande expressividade, em que percebemos o investimento inicial na máquina (140\$ réis) gerando um montante correspondente a 318\$ réis anuais líquidos. (BAHIA, 1990, p. 154-155).

Outros exemplos da racionalização proporcionada pelos avanços tecnológicos da fase empresarial referem-se à própria tiragem e a distribuição dos periódicos. Na fase artesanal, os jornais eram forjados por máquinas rústicas e a sua entrega ficava sob a responsabilidade de carregadores montados em muares, quadro a ser alterado de modo significativo na etapa subsequente. Considerando que a rotativa de William Bullock foi a primeira máquina tipográfica a imprimir dos dois lados, e que a Hippolyte Marinoni revolucionou o processo de impressão, por ter a capacidade de imprimir 10.000 (dez mil) exemplares/hora contando com a gerência de apenas três operários, não é de se estranhar a alta circulação dos periódicos na primeira metade do século XX. Exemplo disso eram as veiculações de jornais de ampla aceitação, como *O Estado* e *Jornal do Brasil* (JB), os quais tinham uma circulação média em torno de 35 mil exemplares e 60 mil exemplares, respectivamente. (BAHIA, 1990, p. 155).

Para a alteração desse quadro de distribuição, o aperfeiçoamento dos sistemas de comunicação e de transporte também foram cruciais. O jornal que antes viajava literalmente a cavalo passou a ser condicionado por inovações, como o bonde elétrico, o serviço postal via telegrama e a substituição das rotativas e linotipos a gás pelas que eram acionadas por energia elétrica. As inovações citadas iam ao encontro das necessidades do mercado consumidor que demandava por mais informações e exigia dos responsáveis uma maior racionalidade e celeridade na elaboração de seus órgãos informativos.

Nesse seguimento, o parque gráfico conheceu, a partir do início do século XX, uma ampliação substancial, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo. Tomando apenas o jornal como exemplificação, vemos o quanto as próprias noções editoriais existentes nas oficinas foram repensadas e os empresários gráficos e editores tinham a consciência de que não bastava mais elaborar folhas literárias e políticas, pois havia uma demanda crescente por assuntos diversos e os leitores interessavam-se cada vez mais pelo imediatismo das

notícias. Daí a necessidade de incorporar charges, gravuras e, posteriormente, fotografias nas matérias.

Essas transformações nos conduzem ao segundo atributo da imprensa, isto é, ao conteúdo por ela veiculado. Justamente por manter uma relação direta com as técnicas tipográficas, o aspecto conteudista é aqui analisado tendo por base os interesses sociais que determinaram a sua reorientação e o quanto o aparelhamento das oficinas eram importantes na consecução de certos objetivos. Dito isso, atentemos nas possíveis discrepâncias inerentes aos assuntos veiculados nos jornais da fase artesanal para os da fase empresarial, bem como nos interesses dos leitores, e o quanto isso foi importante na reorientação citada.

À guisa de introdução, é necessário ponderar no quanto a imprensa do final do século XIX e início do XX estava consolidando-se na forma de empresa capitalista e beneficiava-se pelo estabelecimento da nova ordem social existente. Do trabalho escravo ao assalariado livre, da monarquia ao republicanismo, das poucas cidades povoadas ao *boom* populacional em algumas capitais. Essas foram algumas condições necessárias para que os periódicos alterassem não só as suas dependências tipográficas como também a forma e o conteúdo de suas folhas. O país estava em mudança e, conforme comentou Nelson Werneck Sodré:

A passagem do século, assim, assinala, no Brasil, a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura simples, [...] cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se é assim afetado o plano de produção, o de circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política e com os leitores. (SODRÉ, 1999, p. 275)

Por essa perspectiva é que assimilamos o quanto as demandas sociais, sobretudo da burguesia comercial cada vez mais influente, impunham a necessidade dos jornais se nortearem por um padrão ético específico. Nesse sentido, não há de se estranhar a substituição no paradigma conteudista: o caráter folhetinesco, que marcara as matérias das gazetas na fase artesanal, cedeu espaço ao fato noticiado, tornando os órgãos de comunicação mais informativos do que literários. Essa nova inclinação para as matérias pode ser explicada se atentarmos na consciência a respeito do papel da imprensa de um modo geral. Daquele instante em diante, mostrou-se insuficiente, socialmente falando, o que os donos das oficinas artesanais processavam, isto é, querelas partidárias, publicação de obras literárias (romances) e publicismos marcados por militância opinativa. Oposto a isso,

verificou-se um interesse geral de que “a imprensa deve situar-se num plano de interesse público, de identificação com os sentimentos de valorização da ordem jurídica, de aperfeiçoamento das instituições e de conquistas sociais voltadas para o indivíduo.” (BAHIA, 1990, p. 108).

Verifica-se, assim, a simbiose entre imprensa e sociedade, em que os anseios da segunda eram expressos pela primeira. Por conseguinte, nada mais corriqueiro do que observar as mudanças estruturais alterando as novas funções dos jornais, como era o caso da recorrência aos anúncios, à reportagem gráfica, às propagandas, além da criação de agências especializadas. Os interesses de uma sociedade marcada pelo desenvolvimento do capitalismo determinavam o que os jornais noticiavam e alguns acontecimentos foram responsáveis tanto para a expansão da empresa jornalística quanto para a ordenação de suas notícias, a exemplo do aumento populacional nos grandes centros urbanos, do surto industrializante (sobretudo da década de 1920 em diante) e das lutas políticas/partidárias.

A notícia que deixou de “viajar a cavalo” encontrou, não obstante o elevado grau de analfabetismo, leitores mais exigentes quanto a sua elaboração e estilo de escrita. Certamente, um jornal com aspecto arcaico, a exemplo da *Gazeta do Rio de Janeiro* (órgão oficial da família imperial), não exercia o mesmo fascínio no público-leitor dos anos 1920 como exercia no do século precedente. Quando colocamos que os jornais alteraram os seus conteúdos, queremos explicar que isso ocorreu pelo fato de ser preciso atender a uma nova demanda, movida por interesses diversos. Neste quesito, apoiamo-nos, novamente, nas investigações de Juarez Bahia, as quais sistematizam o que queremos pôr em evidência. Segundo o jornalista:

O século XX se abre para o jornalismo brasileiro com a consciência de que é a notícia a sua prioridade. [...] A informação diária se populariza com a divulgação dos sorteios dos bichos, [...] o destaque aos eventos policiais e esportivos. [...] O tímido registro de um acontecimento, manipulado pela restrição de opinião ou pelo rigor do critério de importância, dá lugar a procedimentos flexíveis, ágeis, dinâmicos que transformam ocorrências em reportagens e simples registros em detalhados relatos. Pouco a pouco as redações acolhem repórteres, noticiaristas e setoristas. (BAHIA, 1990, p. 131)

Por essas palavras, há a evidência de um dado muito importante, isto é, a consolidação de uma imprensa estruturada sob a lógica empresarial e que se destinava a clientes que compravam o seu conteúdo. Seguindo essa lógica, o público-leitor não

comprava pura e simplesmente o jornal físico, mas as suas recomendações propagandísticas, as tendências culturais, ou, em outros termos, a sua ideia.

Considerando o que foi descrito até o momento, sentimo-nos aptos em arrematar este tópico trazendo à baila uma distinção feita no início da discussão. Iniciamos considerando que ao invés de pensar em uma ruptura total entre a fase artesanal e a fase empresarial seria preferível considerar as linhas de continuidades existentes entre as duas fases. Assim, por mais que tenhamos esmiuçado algumas alterações advindas da fase empresarial, sobretudo as relacionadas com os aspectos tipográficos e conteudistas, não podemos afirmar que este quadro geral eliminou totalmente as características do período anterior. Não pensamos em termos de rompimento, pois acreditamos na circularidade das informações e no quanto elas são fluídas e estão sujeitas às condições materiais, por vezes ao dispor de uma geração e não de outra.

Seguindo a perspectiva abraçada por Nelson Werneck Sodré, sabe-se que havia uma coexistência entre uma grande e pequena imprensa e isso demonstrava as linhas de continuidades entre os dois estágios (artesanal e industrial). Se por um lado houve a consolidação das empresas jornalísticas, equipadas com as tecnologias mais avançadas e detentoras de capitais de giro elevados, por outro lado existiam os jornais de pequeno porte que demonstravam a permanência das práticas artesanais. Uma vez que os jornais editados sob a lógica empresarial se situavam, prioritariamente, nos grandes centros, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, o espaço reservado para a continuidade das práticas artesanais na imprensa ficava no interior do país. Para Sodré (1999), a imprensa de caráter artesanal:

[...] subsistia no interior, nas pequenas cidades, nas folhas semanais feitas em tipografias, pelos velhos processos e servindo às lutas locais, geralmente virulentas; nas capitais já não havia lugar para esse tipo de imprensa, nelas o jornal ingressara, efetiva e definitivamente, na fase industrial [...]. (SODRÉ, 1999, p. 275)

A questão da circularidade das informações e o espaço onde os jornais eram elaborados evidenciam as permanências entre as fases da imprensa brasileira. Não queremos afirmar, com essa observação, que inexistiram alterações estruturais nos jornais editados a partir do século XX, muito menos negar a influência das inovações tecnológicas, pois isso seria invalidar tudo o que expusemos anteriormente. Consideramos as continuidades com o intuito de nos desvencilhar de certas dicotomias que opõem o novo *versus* o velho, o arcaico *versus* o moderno.

Em vista das discussões propostas, torna-se útil perceber as correspondências diretas que essas ideias têm com o nosso objeto de análise, o jornal *A Classe*, órgão informativo da Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS). Desse modo, o leitor vai se deparar, daqui em diante, com questões específicas, tais como: sob qual lógica foi elaborado esse periódico, qual a sua historicidade e quais são os aspectos tipográficos mais evidentes.

2.2- JORNAL A CLASSE: FUNDAÇÃO E CARACTERÍSTICAS

Deixemo-nos levar ao dia 31 de julho de 1921. Era uma quinta-feira corriqueira na capital sergipana, mas longe de ser comum para os caixeiros que trabalhavam no comércio da cidade, visto que, naquele mesmo dia, ocorreu um acontecimento significativo para o grupo trabalhista. O jornal *A Classe*, órgão vinculado à Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS), vinha ao encontro do público-leitor por meio de sua primeira publicação e salientava o êxito alcançado pelos envolvidos.

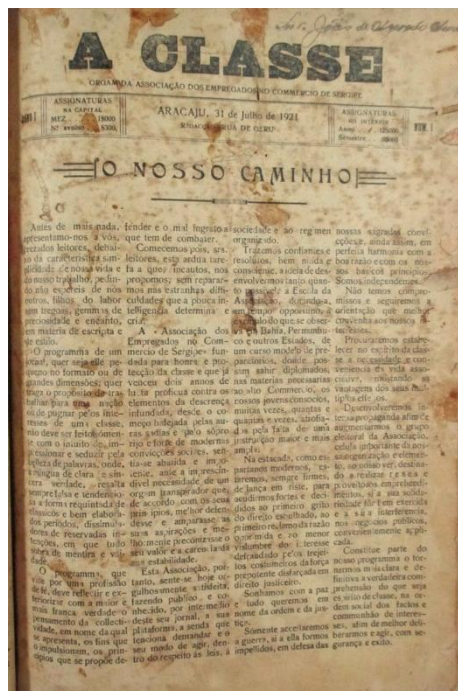


Foto 04: Primeiro exemplar do Jornal. *A Classe*. Aracaju, Ano I, n. 01. 31 de julho de 1921. p. 01.

As motivações que concorreram para a publicação do órgão são visualizadas quando consideramos as causas que cooperaram para a sua circulação. Em um primeiro momento, a ideia de criar o jornal estivera ligada à defesa dos interesses dos empregados no comércio, evidência que é constatada se levarmos em consideração que um dos objetivos do jornal se referia “a honra e protecção da classe [...]”³³, demonstrando o quanto os responsáveis pelo órgão informativo projetavam nele uma funcionalidade social e atribuíam-lhe a missão de ser o “paladino do grupo trabalhador”.³⁴

Certamente, esse era o objetivo principal dos fundadores do *A Classe*, pois a mensagem estampada em seu primeiro número o reforçava. Além desse aspecto defensivo, o semanário fora projetado com vistas a atingir outra meta que, embora fosse mais generalista, também estava contida no editorial de inauguração. O desejo de fundar um periódico estava ligado ao propósito segundo o qual os caixeiros pudessem ter uma compreensão mais clara a respeito da necessidade de união dos trabalhadores no comércio local, sendo este um dos princípios fundamentais para a conquista dos objetivos comuns à categoria e sustentado pelos discursos dos dirigentes do jornal.

Consideramos os dados informados pela fonte como de suma importância e acreditamos que tais objetivos permearam a veiculação da gazeta, entretanto não podemos negligenciar que possuir um jornal envolvia questões ainda mais profundas que eram influenciadas por referências do mundo social. Em outras palavras, os caixeiros sergipanos criaram um veículo de comunicação, pois estavam inclusos em uma sociedade composta por “[...] sistemas densos, complexos e elaborados, pelos quais a vida [...] social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão [...] na experiência humana comum.” (THOMPSON, 1981, p.189).

Seguindo essa lógica, o jornal resultou de interesses específicos do grupo e foi ordenado por questões mais amplas, o que nos faz encará-lo como uma instituição de

³³ O NOSSO Caminho. *A Classe*. Aracaju. Ano I, nº I. 31 de julho de 1921. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

³⁴ A iniciativa de fundar um periódico voltado aos interesses dos caixeiros antecedeu ao surgimento do *A Classe*, pois temos conhecimento da veiculação do jornal *O Caixeiro*, publicado por volta de 1880 em Aracaju-SE. Dirigido por José Leão dos Santos Filho, o órgão pretendia ser literário, noticioso e crítico, além de ser consagrado à classe caixeiral. Muito embora as edições sejam limitadas e descontínuas, percebe-se que o periódico tencionava reivindicar direitos que eram negados aos caixeiros em uma conjuntura marcada pela transição do trabalho escravo para o livre. Em linhas gerais, a existência desse jornal demonstra o quanto o grupo trabalhista atuava em Sergipe mesmo antes do século XX e era integrante da estrutura social existente. Vale ressaltar, também, o quanto muitas queixas como a regulamentação do descanso aos domingos estava presente nas edições do jornal. In: *O Caixeiro*. Aracaju. Anno I, n. 01. 01 de agosto de 1880. p. 1-4. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=734730&pesq=> Acesso em: 10 jul. 2020.

comunicação, que funciona como uma instância ativa no processo de redefinição de expectativas globais sobre novas necessidades e satisfações. (RIBEIRO, 1998, p. 11). Nesse sentido, tais expectativas nada mais são do que os anseios dos empregados do comércio sergipano atrelados a institucionalização da imprensa, os quais forjaram a criação do semanário em meio a um conjunto de transformações graduais e sucessivas. Assim, o tripé fundador do *A Classe* era formado pelas seguintes necessidades: lucros financeiros, influência opinativa e vontade de ter seu espaço reservado nas instâncias sociais.

Em referência ao lucro obtido com a veiculação do jornal, a cobrança pelas assinaturas demonstrava essa intencionalidade. Na análise das edições publicadas nos dias 16 de outubro de 1921³⁵, 13 de novembro de 1921³⁶, 11 de dezembro de 1921³⁷, 12 de fevereiro de 1922³⁸ e 05 de março de 1922³⁹, observamos uma real dimensão do quanto os valores colhidos com as vendas dos exemplares representavam um ativo importante nas contabilidades da AECS. Tomando como ilustração o balancete financeiro efetuado no mês de outubro, vê-se que dos 773\$49 réis líquidos das receitas apuradas pela Associação, as assinaturas do jornal colaboraram com um valor absoluto de 204\$000 réis, que correspondia a um pouco menos de 26 % dos lucros.

A participação direta nos lucros da agremiação também é facilmente verificável quando são analisados os outros balancetes. Nas receitas apuradas em novembro e em dezembro de 1921, a participação das vendas dos jornais aproximou-se dos 30 %, alterando-se apenas o lucro total que fora maior no mês onze. Já nos meses iniciais do ano de 1922, verificou-se, mais uma vez, a dependência que a Associação apresentava das vendas do jornal: 29 % foi a participação estipulada no mês de fevereiro e o mês de março registrou impressionantes 69,9 %.

³⁵ ASSOCIAÇÃO dos Empregados no Comercio de Sergipe. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 12. 16 de outubro de 1921. p. 04. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

³⁶ ASSOCIAÇÃO dos Empregados no Comercio de Sergipe. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 17. 20 de novembro de 1921. p. 04. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

³⁷ ASSOCIAÇÃO dos Empregados no Comercio de Sergipe. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 20. 11 de dezembro de 1921. p. 04. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

³⁸ ASSOCIAÇÃO dos Empregados no Comercio de Sergipe. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 30. 12 de fevereiro de 1922. p. 04. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

³⁹ ASSOCIAÇÃO dos Empregados no Comercio de Sergipe. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 33. 05 de março de 1922. p. 04. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

Unindo-se ao suprimento das necessidades materiais, os caixeiros também enxergavam no jornal o seu espaço de influência pública, como afirmamos antes. Instituição interessada em influenciar a opinião pública⁴⁰, o jornal *A Classe* criou um elo entre os empregados do comércio e a sociedade aracajuana e os demarcou nas instâncias do social. Muito mais que veicular um jornal de alcance limitado para os seus associados, os caixeiros sergipanos pretendiam influenciar a esfera pública e demarcar o seu *status quo*, ressaltando que faziam parte de um grupo trabalhista que possuía os seus anseios e desejava interferir socialmente.

Proteção do grupo, esclarecimento dos trabalhadores, obtenção de lucros financeiros e instrumento de demarcação social foram os motivos que os empregados no comércio sergipano encontraram para fundar o jornal. Mas precisamos ir além, pois os objetivos não informam tudo, sendo preciso visualizar os bastidores da redação antes de afirmar algo sobre a notícia publicada e procurar entender quem idealizava os conteúdos do periódico.

A Classe era um jornal que possuía uma particularidade. O leitor, ao folhear a primeira página do periódico, sabia claramente que tinha em mãos o “Órgão da Associação dos Empregados no Commercio de Sergipe”, um dado sobre o qual é muito importante mencionar e que nos impele a saber mais informações acerca dessa instituição, por exemplo, quais os sujeitos que estavam inseridos em seu comando e o quanto a Associação, mantenedora do jornal, influenciava as ideias defendidas por ele.

Antes de discorrermos sobre quem compunha o corpo diretivo da instituição é necessário fazer algumas ressalvas. Uma delas refere-se ao fato de existirem responsáveis específicos pelo jornal e que, ao mesmo tempo, exerciam funções na própria Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS), fazendo com que determinado personagem pudesse ser, ao mesmo tempo, o presidente da entidade de ofício e o diretor do jornal, ocasionando uma interação entre as partes. Na realidade, ocupar o posto mais alto na hierarquia da Associação era sinônimo, salvo raras exceções, de ser diretor do jornal *A Classe*.

A outra observação diz respeito a forma de organização adotada pelos trabalhadores. Tendo em vista as características da conjuntura estudada, observa-se que a união dos

⁴⁰ A opinião pública é o elemento que confere dinâmica ao espaço público, que é envolto por “guerras de opiniões”. A opinião pública pode ser correlacionada com o pensamento da sociedade em geral, o que lhe confere um aspecto abrangente e que engloba todos os integrantes deste espaço. Por mais que não leve em consideração as distinções entre os integrantes e tenha um teor homogeneizante, esta noção consegue demonstrar o quanto a opinião pública é ancorada nos anseios dos que compõem o espaço público, ainda que tais vontades não sejam uníssonas e envolvam interesses divergentes. (RIBEIRO, 1998. p. 32-36).

caixeiros em torno da Associação refletia a indisponibilidade de contarem com uma representação trabalhista mais ampla, porque o panorama geral dos trabalhadores urbanos durante as primeiras décadas do século XX foi caracterizado pela dispersão organizatória não dirimida totalmente pela iniciativa dos movimentos organizados. As especificidades entre os setores que compunham o aglomerado de grupos trabalhistas eram evidentes, sendo aconselhável analisar cada caso isoladamente, a fim de evitar generalizações.

No caso dos caixeiros sergipanos, compreende-se que o associativismo respondeu as suas demandas, na medida em que este grupo trabalhista estava unido em torno de uma Associação com características próprias das sociedades mutualistas. A ajuda dos sócios, a ideia segundo a qual os correligionários faziam parte de um grupo em comum e a repulsa aos métodos inerentes às correntes organizatórias mais radicais eram os traços mais distintivos da instituição, os quais denunciavam o quanto os caixeiros de Sergipe estavam inclusos em uma realidade diversificada e que exigia uma organização sólida e representativa.

As ações da Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS) denotavam que a mutual obedecia a uma lógica peculiar de organização. A instituição buscava representar os seus associados e oferecê-los serviços não disponibilizados de forma satisfatória pelas iniciativas governamentais e, com esse intuito, a AECS:

Creou cursos nocturnos de Portuguez, Francez, Inglez, Arithmetica e Escripturação Mercantil, para os associados estudarem [...]. Uma bibliotheca composta de obras de escriptores celebres; um jornal para defender os interesses da classe; há soccorrido os seus associados nos momentos mais diffiiceis de suas vidas, ora livrando-os da cadeia por intermedio de *habeas-corpus* como aconteceu com o sr. Iridiano de Oliveira; ora fornecendo-lhes meios de transporte para fóra do Estado, ora recommendando-os ás suas congeneres de outras capitaes do país.⁴¹

O associativismo serviu aos caixeiros sergipanos da mesma maneira que foi útil a tantas outras categorias trabalhistas do período. Vários objetivos e finalidades justificavam a existência das inúmeras organizações que integravam o universo associativo, tomado em seu sentido amplo, e as sociedades mutualistas de trabalhadores eram parte deste aglomerado. Segundo Viscardi (2004), o associativismo urbano proliferou no Brasil a partir das últimas décadas do século XIX a meados da década de 1930, e, na ausência de um Estado promotor de bem-estar social e de políticas de previdência, essas associações

⁴¹ FAÇAMOS Justiça. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 12. 16 de outubro de 1921. p. 02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

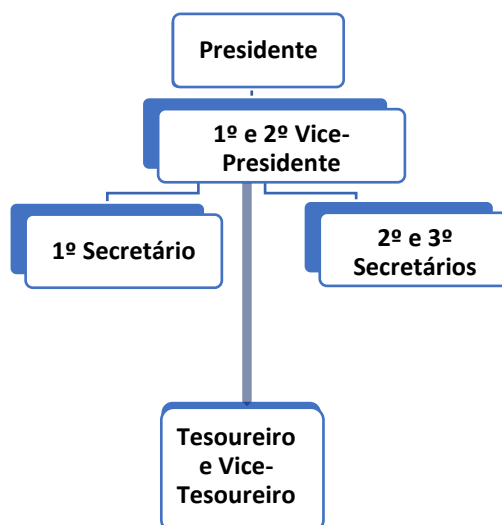
preencheram uma importante lacuna. (VISCARDI, 2004, p. 99). Essa constatação nos é útil, pois a Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS) afigurava-se como um exemplo de mutual que objetivava oferecer aos sócios tanto uma representatividade perante a sociedade civil quanto o auxílio material aos trabalhadores vinculados à instituição.

Dadas essas considerações, podemos dizer que, entre 1921 e 1922, os trabalhadores estavam organizados, a Associação funcionando e o jornal circulando. Não havia melhor cenário para os caixeiros de Sergipe e alguns moços do comércio encabeçaram ações no âmbito da entidade trabalhista. Cargos variados e atribuições específicas demonstravam o quanto a AECS era estruturada com vistas a representar os seus associados da melhor forma possível. Existiam sócios⁴² que, apesar de não possuírem funções definidas, detinham um *status quo* na organização que contribuía diretamente para a sua manutenção.

Aqui cabe ainda comentar que a Associação foi o núcleo central do jornal *A Classe*, pois quando esse iniciou a sua circulação àquela já havia sido fundada há dois anos. Em um domingo, mais precisamente no dia 25 de maio de 1919, “entre as quatro paredes de uma república de colegas”⁴³, a Associação tivera as suas bases alicerçadas. A iniciativa de fundar uma Associação coubera aos futuros dirigentes João Domingues dos Santos Herval (foto 05), Cicero Sampaio e Almicar. Tendo por base as informações colhidas no jornal, a estruturação dos cargos ficou disposta da seguinte maneira:

⁴² Conforme exposto na publicação do dia 07 de agosto de 1921, os responsáveis pelo jornal distinguem os sócios em honorários e consócios. Enquanto os primeiros detinham uma característica figurativa, de cunho simbólico, os consócios participavam diretamente na produção do semanário através de suas mensalidades. In: **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 2. 07 de agosto de 1921. p. 02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

⁴³ O NOSSO Dever. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 25. 15 de janeiro de 1922. p. 02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE, Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.



Organograma 01: Principais cargos da Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS).

A relação de presidentes foi inaugurada com o próprio João Domingues dos Santos Herval (Foto 05), primeiro presidente da agremiação; também figurando no cargo da presidência os senhores Oscar Domingues da Silva e Godofredo Diniz (foto 06). A vice-presidência estava sob a competência de Fábio Madureira e, quanto aos cargos de primeiro, segundo e terceiro secretários, sob a competência de José Domingues Luduvise (foto 07), Jacundo Fraga Montalvão e Ildefonso Cardoso de Campos (foto 08), respectivamente.



Foto 05: **João Domingues dos Santos Herval**. *A Classe*. Aracaju. 07 de setembro de 1922. Ano II, n. 42. p. 03.



Foto 06: **Godofredo Diniz**. *A Classe*. Aracaju. 07 de setembro de 1922. Ano II, n. 42. p. 03.



Foto 07: **José Domingues Luduvise.** *A Classe.* Aracaju. 07 de setembro de 1922. Ano II, n. 42. p. 03.



Foto 08: **Ildefonso Cardoso de Campos.** *A Classe.* Aracaju. 07 de setembro de 1922. Ano II, n. 42. p. 03.

Os cargos descritos anteriormente compunham o alto escalão institucional e na ausência do presidente a representação da instituição ficava por conta do vice e dos secretários, nessa ordem. Apesar disso, quando sobrevinham aos associados alguns imbróglios envolvendo as finanças ou a organização dos aposentos da sede administrativa, situada no centro de Aracaju (Rua Geru S/N), recorriam ao tesoureiro Goslan Campos ou ao vice-tesoureiro Etelio Prado. Já os assuntos de ordem bibliográfica ou sobre a organização do acervo cabiam a Edilberto Telles de Sousa, bibliotecário da Associação, e a Arnaldo, o arquivista.



Foto 09: **Sede da Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe.** In: *Cadastro Comercial, Industrial, Agrícola e Informativo do Estado de Sergipe.* Aracaju, 1933. p. 429.

Ressalte-se que a estrutura das funções, exposta nos parágrafos anteriores, referia-se ao ano de 1921, porque alguns cargos vieram a ter outros ocupantes a partir do ano seguinte, por conta da eleição realizada pelo grupo eleitoral da Associação. As funções passaram a ter novos representantes durante o ano de 1922, ficando assim constituídas: a presidência continuou sendo regida por Godofredo Diniz (reeleito pela terceira vez), a primeira secretaria também continuou a ser comandada por José Ludovice (reeleito pela terceira vez), já a primeira e segunda vice-presidência ficaram sob a responsabilidade de Manuel J. Silva Sobrinho e Fabio Madureira, respectivamente.

No tocante à segunda secretaria, observa-se a ascensão de Ildefonso Cardoso de Campos, que deixou de ser terceiro secretário para ocupar a nova pasta, passando a terceira secretaria a ser dirigida por Albertino Conde. A situação pouco foi modificada quando analisamos os cargos do escalão administrativo, uma vez que também tiveram seus representantes reeleitos, a exemplo da tesouraria, que continuou sob a administração de Goslan Campos e da vice-tesouraria, que estava sendo cuidada por Ephraim Borges. O cheiro das traças comedoras de livros persistiu no cotidiano de Edilberto Telles de Sousa, reeleito como bibliotecário, e se nota um remanejamento nas funções de Etelio Prado, antigo vice-tesoureiro da instituição, que viu o grupo eleitoral elegendo-o para controlar e organizar os documentos da Associação na função de arquivista.

Além desses cargos existiam outras ocupações dentro da instituição. Com o intuito de ter uma maior representatividade na sociedade sergipana, os responsáveis diretos pelo periódico recomendavam ao presidente da Associação que aceitasse determinados sujeitos como sócios efetivos ou honorários, o que revelava as intencionalidades dos membros que atuavam nos bastidores do jornal. Tais sócios eram indicados pelo fato de suas posições sociais serem expressivas diante da coletividade e os associados tencionavam vincular os nomes desses sujeitos ao jornal *A Classe*. Se o propósito fosse outro a não ser esse, dificilmente indicariam nomes como o de Gonçalo Rollemberg Leite (político), para citarmos um exemplo mais evidente.

As especificações dos cargos e funções demonstram não somente a capacidade de organização interna dos associados como também as multiplicidades das ações dos caixeiros sergipanos, que se destacavam, principalmente, pela elaboração e circularidade do jornal. Temos o entendimento de que eles conseguiram demarcar o seu espaço social na capital sergipana, sobretudo, porque o jornal era amplamente divulgado na sociedade local

e a Associação resguardava os interesses dos empregados no comércio, ao menos dos que estavam nos meandros da AECS.

Mesmo expressando a cosmovisão dos caixeiros mais bem graduados na escala funcional, a Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS) não deixava de apresentar os seus méritos enquanto entidade. O jornal *A Classe* era o seu maior símbolo na tentativa de influenciar a opinião pública e ajudava a realçar a relevância social da entidade trabalhista, que teve o reconhecimento público em duas ocasiões. Na primeira, foi considerada como sendo uma instituição de utilidade pública por intermédio do projeto de lei nº 821, de 09 de novembro de 1921⁴⁴. Sancionada por Pereira Lobo, presidente do estado, a lei tinha eficácia imediata e estabelecia que a Associação e a escola noturna mantida pela instituição deveriam receber subvenções públicas a partir do dia 09 de novembro de 1921, por conta dos serviços prestados à sociedade e ao setor comercial.

A importância da AECS também foi evidenciada em uma segunda ocasião, posterior aos anos 1920. No ano de 1931, o governo provisório federal tomou uma importante iniciativa que afetava o mundo do trabalho ao expedir decreto que regulava a sindicalização das entidades patronais e operárias (no sentido de trabalhadores). Em linhas gerais, o *Decreto n. 19.770*, de 19 de março de 1931, estabelecia que os interessados em se estabelecerem por meio de organizações sindicais deveriam seguir regras específicas e se submeterem às determinações do poder público, que passaria a ser o responsável pela ingerência dos interesses trabalhistas junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC)⁴⁵.

Com essa novidade no ordenamento jurídico, as relações trabalhistas foram sendo modificadas. A presença do poder público nas conciliações trabalhistas passava a ser mais efetiva, ao mesmo tempo em que muitas entidades representativas dos trabalhadores alteravam as suas nomenclaturas para se adequarem à nova realidade. Diversas Associações, Sociedades, Uniões e Mutuais transformaram-se em Sindicatos a partir da promulgação da “Lei de sindicalização” e possibilitaram que muitos grupos trabalhistas pudessem ser representados junto aos poderes constituídos. A Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS) era um desses casos e foi “reconhecida como Sindicato

⁴⁴ PROJECTO n. 15. *A Classe*. Aracaju. Ano I, n. 15. 06 de novembro de 1921. p.01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

⁴⁵ BRASIL. **Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931**. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. Rio de Janeiro, DF: Chefia do Governo Provisório, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 13 jul. 2020.

profissional da classe em carta de 31/5/1933 do sr. Ministro do Trabalho, de acordo com o Decreto Federal nº 19.770 de 19/03/1931.”⁴⁶

As considerações apontadas ao longo do texto sinalizaram o quanto o jornal *A Classe* foi projetado pelos trabalhadores com objetivos específicos e o quanto estava vinculado à Associação do Empregados no Comércio de Sergipe (AECS). Tendo em conta a profusão das ações sociais dos caixeiros, o periódico afigurava-se não somente como um veículo de comunicação a serviço do grupo trabalhista, mas também como um veículo de representação dos trabalhadores e da agremiação da qual faziam parte. Nessas condições, *A Classe* deixava de ser apenas um simples órgão informativo para se tornar a própria imagem do grupo, pois expunha a principal forma de organização dos agentes envolvidos nos bastidores da Associação.

2.2. 1- PROPRIEDADES FÍSICAS DO JORNAL

As condições que determinaram a inauguração e a veiculação do jornal *A Classe* foram expostas quando analisamos as motivações que levaram os empregados do comércio sergipano a organizarem-se por meio do associativismo e o quanto o periódico estava submetido aos seus interesses. Chegamos ao momento de adentrarmos em outras características do órgão informativo e conhecer os seus aspectos materiais, interessando-nos perceber as suas propriedades físicas e entender as peculiaridades presentes na elaboração do periódico. Com vistas a perceber esses detalhes, torna-se necessário que venhamos a assumir a condição tanto de tipógrafo quanto de assinante-leitor, dado que os conhecimentos tipográficos são imprescindíveis para termos uma dimensão ampla a respeito do formato físico do impresso e a condição de assinante-leitor nos proporcionará conhecer os conteúdos existentes nele.

“*A Classe* será publicada aos domingos e aceita qualquer colaboração dentro do seu programa⁴⁷”. Era dessa maneira que a coluna Expediente se dirigia ao público, informando sobre a circulação semanal do periódico, além de informar o valor da sua assinatura, que era fixo, salvo algumas exceções, e que possuía algumas distinções entre os

⁴⁶ BARRETO, Armando. **Cadastro Comercial, Industrial, Agrícola e Informativo do Estado de Sergipe**. 1ª ed. Aracaju: Diretoria de Estatística do Estado de Sergipe. 1933. p. 429. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=356581&pesq=%22Empregados%20no%20Com%C3%A9rcio%22&pasta=ano%20193>. Acesso em 03 jun. 2020.

⁴⁷ EXPEDIENTE. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 10. 02 de outubro de 1921. p.01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

preços estipulados aos leitores residentes na capital Aracaju e os moradores do interior do estado, evidenciando a ação difusa do periódico. Eram cobrados 1\$ 000 (mil réis) mensais aos assinantes da capital e do interior, e os que tinham o interesse na assinatura anual desembolsavam 12 \$ 000 (doze mil réis) para ter acesso às publicações do *A Classe*⁴⁸.

Os administradores do jornal também cobravam por outros tipos de assinaturas. Os residentes em Aracaju e interessados em adquirir o número avulso tinham que gastar cerca de 300\$ (trezentos réis) para possuírem uma determinada edição. Além de venderem as publicações em separado, os responsáveis pela circulação do órgão informativo também ofereciam a opção aos leitores de colaborarem semestralmente, sendo este um caso excepcional e que contemplava os assinantes do interior, que desembolsavam o valor de 6 \$ 000 (seis mil réis)⁴⁹, ao optarem por essa modalidade de assinatura.

A cobrança em relação aos assinantes era justificável. Os custos em torno da elaboração do periódico eram consideráveis, isso sem contar que a Associação não dispunha de uma maquinaria e tipografia próprias, haja vista que era composto e impresso na “Tipografia do Labor”, estabelecimento não ligado à Associação. Não temos informações suficientes sobre os valores resultantes da produção do jornal, realizada na referida tipografia, entretanto se levarmos em conta o período de circulação dele, sendo uma fase marcada por transformações sociais e econômicas, perceberemos a influência direta dessas mudanças na organização do impresso. As modificações na imprensa escrita a partir desse período (1920 em diante) foram tão consideráveis que fizeram Juarez Bahia apontar o surgimento da “[...] fase moderna da imprensa no Brasil.” (BAHIA, 2009, p. 210).

Com o advento dessa fase, a imprensa profissionalizou-se e ganhou outro aspecto em relação às fases anteriores. Saiu de cena o jornal de característica panfletária e que chegava a fletar com o amadorismo e entrou em jogo o de característica empresarial, gerando uma maior racionalização na organização da imprensa. Mas isso não significou uma ruptura em todos os sentidos, a julgar que a evolução se caracterizou por ser gradual, específica e herdeira dos inventos anteriores. Ressalte-se, também, o fato da análise de Juarez Bahia focalizar nos jornais de grandes tiragens e de âmbito restrito (Rio de Janeiro e

⁴⁸ **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 01. 31 de julho de 1921. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

⁴⁹ É válido ressaltar que os valores das assinaturas não se alteraram nas edições analisadas, entretanto não podemos descartar a possibilidade de ter ocorrido modificações em outras circunstâncias. In: **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 10. 02 de outubro de 1921. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

São Paulo), gerando dúvidas a respeito da situação da imprensa situada em outras localidades. Diante desse fato, cogitamos que a elaboração do jornal dos caixeiros obedecia a uma lógica própria, às vezes encaixando-se nos métodos usados pela grande imprensa e, em outros momentos, naqueles usuais aos órgãos de pequeno porte.

O binômio entre empresa capitalista *versus* oficina artesanal, instituído por Nelson Werneck Sodré (1999), oferece-nos um direcionamento a respeito da caracterização do jornal analisado. O desenvolvimento do capitalismo, enquanto sistema econômico, apenas iniciava a sua consolidação no país e a imprensa acompanhava esse movimento supraestrutural, algo também verificável em Sergipe. Em um estado predominantemente rural e com as pautas de exportações ainda dominadas por produtos advindos do setor primário (DANTAS, 2016, p. 15), a ascensão dos setores industrial e comercial juntamente com o crescimento populacional proporcionavam uma nova configuração social que ressoava na organização dos meios de comunicação da época.

A urbanização também era um fator importante que possibilitava as condições necessárias para o desenvolvimento da imprensa. A urbe sempre se configurou como espaço de circulação do conhecimento e das ideias e os jornais eram representantes destas virtudes, tanto que algumas cidades sergipanas como Estância, Laranjeiras e Maruim possuíam jornais no século XIX, justamente pelo desenvolvimento urbanístico dessas localidades. Inclusive, foi em Estância que surgiu, em setembro de 1832, o primeiro órgão da imprensa sergipana: o jornal *Recopilador Sergipano*. (TÔRRES, 1993, p. 21).

Economia e desenvolvimento urbano formavam a condição *sine qua non* para uma imprensa sólida. No caso do jornal *A Classe*, temos que considerar o frenesi em torno da jovem capital (Aracaju), pois, desde que foi elevada à categoria de sede administrativa do estado em 17 de março de 1855, a cidade sempre foi bem vista por seu potencial econômico. Durante os anos 1920 isso pode ser visualizado na diversificação dos setores produtivos e no crescimento populacional, porque, não obstante a força das *commodities* advindas da produção açucareira e a sua predominância nas pautas de exportações, os setores secundário e terciário cresceram paulatinamente na capital.

Inevitavelmente, tais transformações interferiram na elaboração do jornal por nós analisado e faziam com que os caixeiros produzissem o seu periódico seguindo uma lógica própria, a qual oscilava entre as características da fase empresarial e da artesanal. O primeiro indício do quanto *A Classe* obedecia a interesses típicos das empresas capitalistas era a cobrança das mensalidades que visava à manutenção do periódico e à lucratividade da

Associação, considerando os custos que os editores tinham com a impressão do órgão informativo e o fato das assinaturas serem uma das maiores fontes de lucros da AECS, quiçá a maior.

Outros atributos que demonstravam o quanto *A Classe* situava-se no estágio empresarial eram a existência de propagandas comerciais em suas páginas e a qualidade de sua diagramação. Os anúncios eram diversificados e expunham as marcas dos produtos comercializados pelos estabelecimentos comerciais da capital, revelando o quanto os comerciantes poderiam lucrar com a veiculação de suas mercadorias nas folhas do periódico. Para isso, precisavam apenas realizar pagamentos de forma adiantada a fim de que os editores estampassem nas folhas do jornal as recomendações de seus produtos, como pôde ser observado em outra parte desta análise (ver p. 38-39).

Ainda que estivesse ensaiando a sua estrutura, a propaganda era um nítido melhoramento em meio às mudanças que estavam ocorrendo no domínio da imprensa escrita. Se antes predominavam os anúncios acerca de assuntos limitados e repetitivos- como eram os destinados a destacar a venda, compra ou captura de escravos-, agora o público deparava-se com uma maior diversidade de conteúdo. (SODRÉ, 1999, p. 281). As primeiras agências especializadas em gerenciar as propagandas nos jornais são criadas e a presença de literatos recomendando determinados produtos nas folhas dos periódicos são frequentes, tudo com o intuito de persuadir o mercado consumidor a adquirir as mercadorias em evidência.

PROPAGANDAS NO JORNAL *A CLASSE*

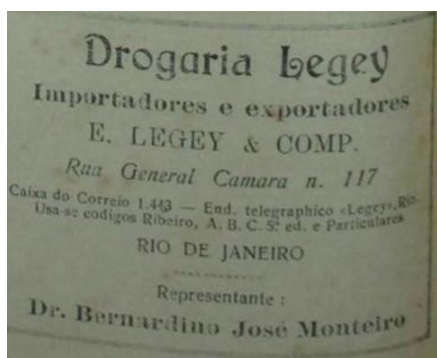


Foto 10: PROPAGANDA da Drogaria Legey. *A Classe*. Aracaju. Ano I, n. 26. 22 de janeiro de 1922. p. 04.



Foto 11: PROPAGANDA do Lloyd Sul Americano. *A Classe*. Aracaju. Ano I, n. 27. 29 de janeiro de 1922. p. 04.



Foto 12: PROPAGANDA do Café São João. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n.01. 31 de julho de 1921. p. 04.

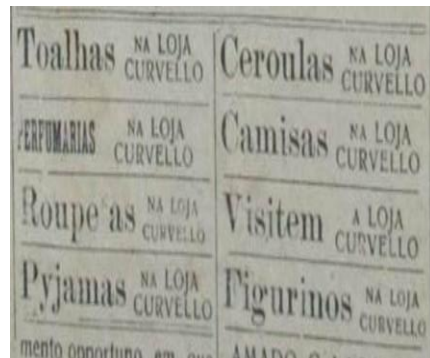


Foto 13: PROPAGANDA da Loja Curvello. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 01. 31 de julho de 1921. p.04

Não somente as propagandas comerciais denunciam a afinidade do *A Classe* com as características da fase empresarial da imprensa brasileira. A sua estruturação física correspondia aos anseios de uma imprensa cada vez mais profissionalizada e com uma divisão do trabalho baseada em processos racionalizados que denotavam a edição consistente do jornal. Colunas organizadas, letras que apresentavam estilos diversos e fotografias de personalidades salientavam a qualidade do periódico, que também possuía títulos atraentes, distribuição coesa das colunas e matérias bem escritas.



Foto 14: Edição ilustrativa. *A Classe*. Aracaju, Ano I, n. 10. 02 de outubro de 1921, p.01.

Por apresentar características como essas foi que o jornal conseguiu repercutir de modo intenso entre os leitores sergipanos, pois a sua diagramação era elaborada com vistas a atender uma demanda semanal, que acabava por resultar em um acúmulo de exemplares. Ao realizarmos o levantamento geral, observamos que *A Classe* dispunha de quarenta e uma edições distribuídas da seguinte maneira: vinte e dois números publicados no ano de 1921, entre os meses de julho e dezembro, e um total de dezoito publicações veiculadas de janeiro a abril de 1922, acrescido de um número avulso relativo à edição de setembro de 1922⁵⁰. Nesse sentido, *A Classe* podia contar com a veiculação de até quatro números em um mesmo mês e as suas tiragens semanais demonstravam a ampla circulação das ideias defendidas pelos caixeiros sergipanos, que podiam falar de forma sistemática com a coletividade e formar uma opinião pública ao seu favor.

Edições do Jornal *A Classe* (Ano de 1921)

Data de Publicação	Ano da Edição	Número da Edição	Quantidade de páginas
31 de julho de 1921	I	01	04
07 de agosto de 1921	I	02	04
14 de agosto de 1921	I	03	04
21 de agosto de 1921	I	04	04
28 de agosto de 1921	I	05	04
04 de setembro de 1921	I	06	04
11 de setembro de 1921	I	07	04
18 de setembro de 1921	I	08	04
25 de setembro de 1921	I	09	04
02 de outubro de 1921	I	10	04
09 de outubro de 1921	I	11	04

⁵⁰ O número de exemplares catalogados foi obtido através da digitalização do jornal, que pode ser consultado na Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

16 de outubro de 1921	I	12	04
23 de outubro de 1921	I	13	04
30 de outubro de 1921	I	14	04
06 de novembro de 1921	I	15	04
13 de novembro de 1921	I	16	04
20 de novembro de 1921	I	17	04
27 de novembro de 1921	I	18	04
04 de dezembro de 1921	I	19	04
11 de dezembro de 1921	I	20	04
18 de dezembro de 1921	I	21	04
25 de dezembro de 1921	I	22	04

Tabela 01: **Edições do jornal *A Classe* publicadas em 1921.** Informações extraídas da catalogação do jornal.

Edições do Jornal *A Classe* (Ano de 1922)

Data de Publicação	Ano da Edição	Número da Edição	Quantidade de páginas
01 de janeiro de 1922	I	23	04
08 de janeiro de 1922	I	24	04
15 de janeiro de 1922	I	25	04
22 de janeiro de 1922	I	26	04

29 de janeiro de 1922	I	27	04
05 de fevereiro de 1922	I	28	04
12 de fevereiro de 1922	I	30	04
19 de fevereiro de 1922	I	31	04
26 de fevereiro de 1922	I	32	04
05 de março de 1922	I	33	04
12 de março de 1922	I	34	04
19 de março de 1922	I	35	04
26 de março de 1922	I	36	04
02 de abril de 1922	I	37	04
09 de abril de 1922	I	38	04
16 de abril de 1922	I	39	04
23 de abril de 1922	I	40	04
30 de abril de 1922	I	41	04
07 de setembro de 1922	II	42	04

Tabela 02: **Edições do jornal A Classe publicadas em 1922.** Informações extraídas da catalogação do jornal.

Considerando-se a grande quantidade de publicações semanais, o periódico não pôde ser examinado número a número. Apesar de termos catalogado e digitalizado todas as edições disponíveis, optamos por balizar a investigação nas seguintes publicações: “09 de outubro de 1921. Ano I, nº 11. p. 02”; “25 de setembro de 1921. Ano I, nº 09. p. 01”; “16 de outubro de 1921. Ano I, nº 10. p. 02”; “21 de agosto de 1921. Ano I, nº 04. p. 01”; “18 de setembro de 1921. Ano I, nº 08. p. 03”; “23 de outubro de 1921. Ano I, nº 13. p. 04”; “20 de novembro de 1921. Ano I, nº 17. p. 03”; “01 de janeiro de 1922. Ano I, nº 23. p. 01”; “06 de novembro de 1921. Ano I, nº 15. p. 02”; “31 de julho de 1921. Ano I, nº 01. p. 01”; “11 de setembro de 1921. Ano I, nº 07. p. 03”; “02 de outubro de 1921. Ano I, nº 10. p. 01”; “15 de janeiro de 1922, Ano I, nº 25. p. 02”; “16 de outubro de 1921. Ano I, nº 12. P. 04”; “20 de novembro de 1921. Ano I, nº 17. p. 04”; “11 de dezembro de 1921. Ano

I, nº 20. p. 04”; “12 de fevereiro de 1922. Ano I, nº 30. p. 04”; “05 de março de 1922. Ano I, nº 33. p. 04”.

Além das tiragens especificadas, recorremos às publicações dos dias “04 de dezembro de 1921. Ano I, nº 10. p. 01”; “25 de dezembro de 1921. Ano I, nº 22. p. 01”; “19 de fevereiro de 1922. Ano I, nº 31. p. 02”; “15 de janeiro de 1922. Ano I, nº 25. p. 01”; “29 de janeiro de 1922. Ano I, nº 27. p. 01”; “19 de março de 1922. Ano I, nº 35. p. 01”; “23 de abril de 1922. Ano I, nº 40. p. 01”; “15 de janeiro de 1922. Ano I, nº 25. p. 04”; “31 de julho de 1921. Ano I, nº 01. p. 04”; “07 de agosto de 1921. Ano I, nº 02. p. 03”; “08 de janeiro de 1922, Ano I, nº 24. p. 02”; “05 de fevereiro de 1922. Ano I, nº. 28. p. 01”; “20 de novembro de 1921. Ano I, nº. 17, p. 01”; “06 de novembro de 1921. Ano I, nº 15. p. 02”; “31 de julho de 1921. Ano I, nº 01. p. 02”.

As edições do periódico são numerosas e não foi possível analisá-las em sua totalidade, mas as tiragens descritas acima foram suficientes para nossa compreensão das propriedades físicas. Invariavelmente, *A Classe* possuía quatro páginas em seus números e em cada uma delas havia algumas características que destacaremos: na primeira folha (vide acima) eram publicados os editoriais escritos por dirigentes ou colaboradores do jornal, que, na maioria dos casos, eram redatores, letrados ou o próprio diretor. Já a quarta e última página eram recheadas por propagandas comerciais e informativos de ordem geral da Associação, modificando-se a ordem desses conteúdos em raras exceções.

Ainda sobre a diagramação, há de se pontuar os efeitos visuais contidos no material impresso. Os títulos emblemáticos, escritos com letras garrafais e realçadas pelo negrito, tinham o intuito de atrair ainda mais a atenção do leitor para o conteúdo exposto na matéria. A distribuição das colunas era bem elaborada e a sua simetria era responsável por subdividir os assuntos discutidos no periódico, permitindo aos leitores um efeito visual positivo quando folheavam cada página do *A Classe*. Somando-se a esse fator, a fonte legível usada nas notícias e o uso de fotografias de sujeitos ilustres na sociedade sergipana (João Cabral, Clodomir Silva, Sabino Ribeiro, Pereira Lobo, Oliveira Valadão, Apulcro Motta, entre outros) enriqueciam ainda mais as edições do jornal.

Mais uma vez, destacamos que as propriedades tipográficas da época e a sua ligação com o semanário evidenciam o quanto *A Classe* se enquadrava em uma nova lógica editorial. Apesar de não possuírem uma oficina tipográfica, o que acabava encarecendo o preço do periódico, os caixeiros sergipanos conseguiram veicular um órgão com

características materiais próprias dos jornais situados no início do século XX. Isso indicava o quanto uma profissionalização jornalística, somente conquistada posteriormente, estava a caminho

Ressaltando-se o quanto as transformações ocorridas na estruturação da imprensa brasileira não foram simultâneas em todos os lugares, observa-se que o jornal *A Classe* era elaborado em conformidade com os princípios de uma “empresa estruturada sob os moldes capitalistas, personificada em negócios” (SODRÉ, 1999, p. 278), principalmente se considerarmos a sua lógica de produção e seus aspectos físicos. Entretanto, um órgão informativo não pode ser analisado e conceituado somente a partir de sua lógica produtiva e comercial, pois o jornal é, antes de tudo, uma ideia. Versar sobre os aspectos conteudistas nos ajuda a perceber as continuidades do órgão informativo com a fase artesanal.

2.2.2- DIVERSIDADES NOS CONTEÚDOS VEICULADOS

Os conteúdos difundidos pelo jornal *A Classe* nos dão pistas sobre como os editores estavam vivenciando o momento, expõem as continuidades entre as fases da imprensa e revelam as similaridades com os estilos discursivos predominantes nos periódicos do século XIX. A análise da fonte demonstrou que as matérias eram veiculadas tendo por base os pressupostos da fase artesanal, principalmente com relação aos enunciados, os quais obedeciam ao padrão artesiano.

Nesse sentido, importa-nos, nesse momento inicial, atentar mais no “como se falava” do que “sobre o que se falava” nas páginas do jornal *A Classe*. De acordo com o pensamento de Maria Nazareth Ferreira (1988), a imprensa é conceituada sob estes três pontos de vista: o do emissor, o do receptor e o da mensagem/ conteúdo. (FERREIRA, 1988, p. 05). Tomando de empréstimo essa noção, consideremos o primeiro e o último ponto, respectivamente, para situarmos a análise sobre o jornal e observarmos as nuances contidas nas mensagens.

O leitor que vê o título do jornal e não assume uma postura crítica pode cair em uma armadilha. Por meio do próprio nome, *A Classe* pretendia deixar evidente o que buscava tratar, isto é, os assuntos de uma categoria profissional específica e, malgrado isso fosse verdadeiro, também gerava uma confusão com respeito a quem produzia os enunciados do periódico e quais os seus objetivos. Tentadora era a ideia de enxergá-lo como um legítimo

representante da classe trabalhadora, em seu sentido amplo, pois, apesar de não serem operários em *stricto sensu*, os empregados no comércio sergipano produziram um órgão que era sensível às causas trabalhistas, mas nem mesmo essa especificidade é capaz de incluir *A Classe* na categoria de jornais operários.

Não sendo representante de toda a classe operária aracajuana, o semanário estava muito mais afinado com os ideais de um determinado grupo trabalhista urbano, os caixeiros. Lembremos que o periódico era uma manifestação dos anseios dessa categoria e expressava a influência social dos empregados no comércio. Algo que ilustra a vinculação do jornal com os interesses específicos do grupo profissional era a forma como os temas ligados ao mundo do trabalho eram discutidos em suas folhas. Os enunciados revelam uma preocupação dos editores não com as necessidades de todas as categorias trabalhistas, mas com as demandas que diziam respeito somente aos caixeiros e, ainda que defendessem uma pauta que beneficiasse os trabalhadores em geral, procediam com o propósito de beneficiar os empregados no comércio. Além do mais, quando evidenciavam que estavam defendendo os interesses dos trabalhadores, os redatores estavam, na realidade, elaborando um discurso que se pretendia homogeneizante, capaz de incluir todos os caixeiros numa mesma condição profissional.

A Classe não fora produzido para ficar alheio a sua função social, e os seus responsáveis o projetavam como um órgão informativo formador de “uma opinião pública, poderosa pelo número daqueles que a partilham, enérgica, porque os motivos que a determinam agem ao mesmo tempo sobre todos os espíritos, mesmo a distâncias muito grandes.” (CONDORCET apud CHARTIER, p. 24, 2003). O jornal era eficaz em sua missão de balizador da opinião pública e os redatores optavam por produzir uma mensagem permeada pelos enunciados advindos do final do século XIX. Isto corrobora com as considerações de Sodré (1999), que especificou o quanto o texto jornalístico do início do século XX não se alterou significativamente em relação ao período anterior. O intelectual considera que:

O noticiário era redigido de forma difícil, empolada. O jornalismo feito ainda por literatos é confundido com literatura, e no pior sentido. As chamadas informações sociais- aniversários, casamentos, festas- aparecem em linguagem melosa [...]. (SODRÉ, 1999, p. 283)

Somos forçados a concordar com Sodré (1999), principalmente em relação a linguagem utilizada nas informações sociais, visto que existiam colunas específicas para

tratar destes temas e o tom áulico se sobressaía em todas as notas, o que realçava a permanência de um estilo rebuscado e inspirado pela influência parnasiana do século XIX. Considerando que “[...] o texto jornalístico possui regras próprias e sua produção deve objetivar uma comunicação eficiente, com aceitação social” (CAPRINO, 2002, p. 98), entendemos que os dirigentes do jornal produziram uma mensagem alinhavada com o estilo dominante e disponível naquele momento. A escrita era condicionada pelos rigorismos formais e a linguagem empolada⁵¹ era uma característica da maioria dos jornais da época, sendo costumeiro aderirem ao estilo do século XIX.

Na realidade, exigir do *A Classe* um padrão de linguagem mais direto e objetivo era inconcebível, já que a imprensa dos anos 1920 situava-se em um estágio inicial no tocante às mudanças estilísticas, de modo que a aderência a um novo padrão somente foi efetivada nas décadas de 1950 e 1960. (CAPRINO, 2002, p. 99-100). As novidades proporcionadas pelo padrão norte-americano, como a objetividade, a clareza, o *lead* (primeiro parágrafo da notícia resumindo a matéria), o manual de redação e o *copy desk* (chefe de edição), foram adotadas nos bastidores de redação quando a imprensa brasileira estava em outra fase. Definitivamente, os editores do jornal *A Classe* não tinham outros direcionamentos a não ser os que estavam ao seu alcance e isso resultava em matérias escritas da maneira que foi especificada.

Se, do ponto de vista da mensagem e da sua construção estilística, o jornal permanecia ligado aos paradigmas do jornalismo oitocentista, a situação era outra a partir do ponto de vista dos conteúdos sobre os quais ele tratava. Os editores do *A Classe* redigiam títulos chamativos a fim de atrair a atenção dos leitores para os conteúdos abordados nas edições do órgão informativo. Algo que salta aos olhos do observador é a variedade de assuntos amparados pelo jornal, que chega a dificultar os interessados em analisar a fonte em sua plenitude, sendo mais prudente a análise das temáticas mais recorrentes no periódico.

Na análise do semanário, observamos que são inúmeras as notícias com conteúdos variados. No primeiro grupo de matérias estão aquelas de caráter interpessoal, como notas de falecimento, de aniversários, comentários sobre o estado de saúde de alguns sujeitos, correspondências de leitores residentes em outro estados e avisos sobre a realização de viagens feitas por agentes políticos, conforme pode ser visualizado nas seguintes linhas:

⁵¹ Linguagem rebuscada com rigorismos excessivos.

Há dias acha-se nesta capital, o nosso illustre patrício, senador Gonçalo Rollemberg, digno representante de Sergipe na Camara Federal, a quem esta redacção tem a honra de visitar. – Tambem se acha nesta capital, há dias, o distincto sr. dr. José Rodrigues da Costa Doria, illustre ex-presidente deste Estado, ex-deputado federal e lente da Faculdade de Medicina da Bahia.⁵²

Não obstante o caráter personalístico das notícias, os conteúdos desta categoria demonstram a forte inclinação dos dirigentes do jornal em utilizar o periódico com o propósito de noticiar as experiências de pessoas conhecidas na sociedade sergipana, fossem elas agentes públicos ou particulares. Os caixeiros também reservavam notas sociais para desejar boas-vindas e felicitações aos próprios consórcios da AECS ou aos agentes comerciais de um modo geral.

Em relação à segunda categoria de matérias, os conteúdos são mais de ordem institucional. Estão nessa categorização os informativos sobre festas religiosas e seculares existentes na capital e no interior, a exemplo das festividades em reverência ao São Salvador, ocorridas na praça Fausto Cardoso, e as comemorações em torno da padroeira de Maruim (Nossa Senhora da Boa Hora). Os redatores também não deixaram de prestar tributos a personagens da história sergipana e de fortalecer as narrativas concernentes aos acontecimentos da história nacional, como a Independência do Brasil.

Cabe destacar, também, o interesse dos caixeiros em tratar de assuntos ligados ao seu universo trabalhista. Não são poucas as notícias voltadas a comunicar as reuniões da Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS), a exposição do balancete financeiro da organização, as informações sobre as eleições da diretoria, a respeito das Associações congêneres de outros estados e, sobretudo, as reivindicações dos trabalhadores, como veremos no capítulo seguinte.

A título de ilustração, temos por base a seguinte nota veiculada pelo jornal dos caixeiros sergipanos:

Teve effectividade, no domingo passado, a posse da nova directoria desta Associação, que tem de dirigir os destinos da mesma, no presente anno. [...] A directoria empossada é a seguinte: presidente- Godofredo Diniz, (re-eleito); 1º vice-presidente- Manuel J. Silva Sobrinho; 2º vice-presidente – Fabio Madureira; 1º Secretario – José Luduvica, (re-eleito); 2º Secretario- Idelfonso Cardoso de Campos [...].⁵³

⁵² VIAJANTES. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 24. 08 de janeiro de 1922. p. 02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

⁵³ A POSSE da Nova Directoria. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 24. 08 de janeiro de 1922. p.03. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

O intuito dos trabalhadores que estavam inseridos na entidade representativa do segmento profissional era expor os fatos que estavam acontecendo no âmago da instituição, pois ela se autoproclamava defensora dos interesses dos caixeiros atuantes no comércio local. A intenção era aproximar a opinião pública dos assuntos que estavam sendo deliberados pela Associação, ao passo que demonstravam a relevância social dos serviços prestados pelos trabalhadores.

O jornal estava a serviço dos caixeiros e trazia à baila as questões de interesse do grupo trabalhista (ao menos do interesse dos que estavam nos bastidores da AECS). Com o periódico circulando a pleno vapor, a opinião pública tenderia a abraçar as ideias que recheavam as folhas do *A Classe*. O que se concretizou, pois a edição do dia 22 de maio de 1926 do periódico *Gazeta do Povo* não nos deixa mentir. O “vespertino, diário, independente e noticioso” expôs em suas colunas a realização de mais uma data natalícia da AECS da seguinte maneira:

A Directoria da Associação dos Empregados no Commercio de Sergipe, afim de commemorar o 7º anniversario de sua fundação, realizará no dia 25 do corrente, às 20 horas, uma sessão magna, devendo fallar nesta occasião o illustre cavalheiro do nosso commercio sr. J. Nogueira Fontes. Em homenagem ao seu presidente, sr. José Ludovice, a Associação, fará inaugurar, no mesmo dia, no seu salão de honra o retrato desse distincto moço [...].⁵⁴

Noticiar os atos internos, por meio do jornal *A Classe*, estava surtindo os efeitos necessários. Paulatinamente, os temas relacionados à Associação e a sua relevância social começaram a se estender para além do universo caixeiral e ganharam destaque em outros veículos de informação. O jornal *A Classe* foi eficaz em sua missão de influenciar a opinião pública e demonstrou que os caixeiros sergipanos estavam devidamente organizados em torno de uma instituição que os legitimava. Não foi por acaso que o *Gazeta do Povo* foi atencioso com uma questão que aparentemente não se referia aos seus objetivos, haja vista ser um jornal destinado a outras questões.

A diversidade dos conteúdos veiculados pelo *A Classe* também contribuía, de forma decisiva, para que houvesse essa aderência social aos assuntos concernentes ao grupo. Por não ser um jornal fechado em si mesmo, *A Classe* não só punha em evidência os caixeiros e

⁵⁴ ASSOCIAÇÃO dos Empregados no Commercio de Sergipe. **Gazeta do Povo**. Aracaju. Ano II, n. 515. 22 de maio de 1926. p. 04. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/931>. Acesso em: 07 mar. 2020.

a sua principal forma de organização, como também conseguia ampliar a sua área de influência opinativa. Para tanto, o periódico conversava com os religiosos, principalmente os cristãos católicos, por meio das notas que se dirigiam a esse segmento. Também dialogava com as frações mais abastadas da sociedade local, reservando os espaços das notas sociais para noticiar os aniversários, batizados, nascimentos e falecimentos dos sujeitos inclusos em tais segmentos sociais. Assim foi que os empregados no comércio de Sergipe conseguiram elaborar e veicular um jornal que informava e os representava.

Essa variedade demonstrava a preocupação dos caixeiros sergipanos em veicular um periódico que não dialogasse somente com os associados ou com as pessoas envolvidas nas tramas comerciais. Reforçamos que o objetivo dos trabalhadores era influenciar socialmente e demarcarem-se enquanto grupo específico e, somente produzindo um jornal com conteúdos diversificados, poderiam atingir a sua meta. Não causa estranheza a ampla divulgação das notas sociais envolvendo casamentos, aniversários e falecimentos de pessoas ligadas à alta sociedade sergipana, bem como a vinculação do jornal com outros órgãos da imprensa local.

Os discursos expostos no jornal demonstravam que os dirigentes da AECS, que também faziam parte da redação do periódico, estavam imersos em estruturas que determinavam a forma como eles se expressavam. Os caixeiros que falavam por meio do órgão informativo ocupavam posições que eram objetivamente estruturadas e essa comunicação produzida por eles, por intermédio da imprensa escrita, estabelecia-se por meio de uma interação estruturada socialmente. Em outras palavras, não há como analisar a veiculação do *A Classe* apenas em termos de iniciativas individuais, pois os editores não estavam desvinculados das regras gerais impostas pelas instituições sociais.

Pensar nas instituições enquanto instâncias definidoras de sentido não reduz a capacidade de ação dos agentes históricos-sociais. Na realidade, as próprias instituições estão imersas em microcosmos autônomos, os quais Pierre Bourdieu (2004) denominou de campo. Entre o macrocosmo social, as instituições e os indivíduos, existe esse “espaço relativamente autônomo, dotado de suas leis próprias, que dispõe de uma autonomia parcial a mais ou menos acentuada.” (BOURDIEU, 2004, p. 20-21). Assim, por terem uma independência parcial, os campos estão dispostos socialmente e asseguram a dinâmica das instituições e das ações individuais.

Da mesma maneira que existem os campos científico, artístico, jurídico e educacional, há o campo jornalístico, o qual está submetido a regularidades específicas e é

composto por relações objetivas entre os diferentes agentes (indivíduos ou instituições). A imprensa escrita, mais especificamente o *A Classe*, é considerada como uma destas instituições que se situam no campo jornalístico e obedecem às leis deste microcosmo. Na medida em que possui aspectos internos e externos, o jornal, enquanto instituição, está envolto nas demandas do mundo social e nas diretrizes do campo e essa dupla interação determina a sua forma e o seu conteúdo.

Ao mesmo tempo em que sofre pressões externas, advindas do mundo social, o campo jornalístico tem a sua autonomia assegurada por conta das imposições e normatividades que ele estabelece aos seus partícipes. Assegurando-se no que Bourdieu (2004) definiu como uma “autonomia parcial mais ou menos acentuada”, o jornalismo é influenciado pelas regras do mundo social, mas transfigura essas imposições por meio de sua lógica interna e as retraduz segundo as suas necessidades. Os jornais, instituições do campo jornalístico, são mediados por essas ressignificações, geradas pelo e no microcosmo no qual estão inseridos, e reproduzem ou modificam as relações de força e dominação circunscritas no interior do campo. Daí notarmos as intencionalidades de um determinado periódico, os interesses implícitos ou explícitos em sua veiculação, a sua materialidade e as representações que formulam sobre determinada sociedade e sobre os indivíduos que a compõem.

Uma vez que o campo jornalístico é um universo dotado de leis específicas, as instituições tendem a se adequar aos padrões constituídos, desenvolvendo-se, no interior deste microcosmo, relações objetivas com os agentes. Entretanto, por mais que sejam condicionados pelas normas externas, os agentes compõem espaços que são organizados pela confluência entre a estruturação das relações objetivas e o capital⁵⁵ distribuído (de modo desigual) entre os participantes. Seguindo essa linha de raciocínio, os produtores de um determinado periódico estão submetidos aos imperativos do campo jornalístico como,

⁵⁵ Para além da definição atrelada à noção econômica, em que o capital se acumula e se reproduz materialmente, Pierre Bourdieu (2011) considera a importância do “capital simbólico”. Segundo o autor, as formas de capital (econômico, cultural e social) são construídas socialmente e os envolvidos tendem a percebê-las por meio das hierarquias que se estabelecem entre os que possuem e os que não possuem certas distinções. O “capital simbólico alicerça-se na capacidade de percepção dos agentes, os quais são dotados de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura de sua distribuição” (BOURDIEU, 2011, p. 145). Em outras palavras, o “capital simbólico” é uma síntese das demais formas de capital e se incorpora nele mesmo por conta do campo de produção simbólica ser autônomo. Nesse sentido, os agentes tendem a perceber as distribuições (desiguais) das formas de capital, pois as relações de forças objetivas tendem a reproduzir-se nas relações de forças simbólicas, nas visões do mundo social. Em síntese, o “capital simbólico” proporciona o reconhecimento do que é legítimo, a apreensão do mundo como coisa evidente e fundamenta a eficácia dos discursos sobre o mundo social.

por exemplo, o padrão de escrita e as normas de diagramação, mas esses agentes institucionais também desenvolvem estratégias que demarcam as suas posições no campo.

Os espaços criados no interior do campo conferem aos agentes a capacidade de elaborar representações do mundo vivido e as instituições em que estão inseridos são as depositárias destes anseios. Por mais que sejam condicionados pelos princípios do campo e pelas relações objetivas, os agentes institucionais não são “partículas passivamente conduzidas pelas forças do campo” (BOURDIEU, 2004, p. 28), haja vista que ocupam posições diretamente proporcionais ao volume de capital que cada um possui. Em meio a esse jogo de objetividades e subjetividades, os agentes estão inseridos em estruturas e assumem posições que são outorgadas pelo capital que cada um detém. Assim, as relações que ocorrem no interior do campo são determinadas por essa dupla interação marcada pela combinação dos elementos objetivos com as ações individualizadas.

Como integram um determinado campo, os jornais possuem uma especificidade institucional que os diferencia de outras práticas socialmente legitimadas por conta da sua organização em um espaço próprio de existência. Organizada dentro do microcosmo ao qual pertence, tal instituição comunicativa dispõe de recursos materiais, de normatizações e cumpre a função de dialogar com o seu público.

Considerar a institucionalização dos jornais implica reconhecer as complexas inter-relações que envolvem a sua circulação na sociedade. As características estruturais, materiais e institucionais, as quais dizem respeito aos princípios estabelecidos pelo campo jornalístico, são importantes no reconhecimento do lugar institucional que os periódicos ocupam, mas é preciso atentar em outros atributos não menos significativos. As instituições de comunicação são, por excelência, geradoras de pensamentos e ideias que se pretendem converter em ação e, justamente por isso, é necessário pontuar as iniciativas dos agentes e o quanto elas contribuem para a legitimação institucional.

Se as instituições de comunicação, em especial os jornais, “construíram, ao longo de sua existência [...] um lugar próprio de ação, socialmente legitimado, em função da natureza particular dos seus atributos, ações e finalidades” (RIBEIRO, 1998, p. 06-07), isso se deve tanto aos padrões e princípios instituídos pelo campo jornalístico quanto às disposições dos agentes institucionais que, apesar de arraigados na lógica das estruturas objetivas, conseguem traduzir anseios e visões de mundo por meio das posições que ocupam, as quais são mediadas pelo capital que cada um detém.

Averiguando os aspectos do jornal *A Classe*, percebemos o quanto essa instituição possuía correlações com os padrões estabelecidos pelo campo jornalístico. As características do periódico, especificamente as propriedades físicas, a diagramação, o estilo de escrita adotado e as vinculações com as fases da imprensa brasileira (empresarial e artesanal) revelam a estruturação do periódico em termos objetivos e o situam no referido campo. Contudo, esses elementos são uma parte que compõem o todo, há ainda outros atributos que os complementam.

As ideias, os pensamentos, as opiniões, por mais que sejam definidos pelas diretrizes do campo, expressam as vivências e as expectativas dos agentes institucionais e a influência delas não pode ser desconsiderada. Inseridos em estruturas pré-estabelecidas, os agentes utilizam-se de suas posições para expressarem as suas representações do mundo vivido. No caso do jornal *A Classe*, os objetivos que estiveram vinculados a sua publicação, a especificação dos editores responsáveis e os interesses da instituição que o mantinha demonstram o agir humano e as subjetividades que compunham a instituição.

Desse modo, *A Classe* constituiu-se em um elo entre os caixeiros (agentes institucionais) e a sociedade na qual esses trabalhadores vivenciavam as suas relações pessoais e profissionais. Por conseguinte, ao representar este grupo de trabalhadores, o periódico forjava características e comportamentos que tendiam a homogeneizar e generalizar o discurso a respeito de quem seriam os empregados no comércio de Sergipe e os seus interesses.

CAPÍTULO III – O QUE QUERES DE MIM: AS REIVINDICAÇÕES DOS CAIXEIROS SERGIPANOS.

As reivindicações dos empregados no comércio de Sergipe eram frequentes na década de 1920. Tendo em vista a profusão de reivindicações, a pesquisa analisou algumas notas do semanário *A Classe*, as quais revelaram as principais queixas desses trabalhadores e nos fazem compreender o teor dos reclames e o quanto eles expressavam a situação trabalhista dos caixeiros durante a Primeira República.

De acordo com essa perspectiva o estudo foi subdividido da seguinte maneira. Primeiramente, observamos como a historiografia caracterizou a profissão de caixeiro e quais os atributos mais realçados a respeito destes trabalhadores. Em um segundo momento, percebemos como o jornal *A Classe* prefigurou o perfil dos caixeiros sergipanos, a partir das informações biográficas dos trabalhadores que estavam envolvidos na redação do periódico e nos meandros da AECS. Ademais, investigamos os tipos de reivindicações encabeçadas pelos trabalhadores, uma vez que as exigências dos caixeiros eram permeadas pelas disposições do poder público e por ações da esfera privada.

Por último, a abordagem refere-se às questões de ordens legalista e organizacional que interferiam ou visavam interferir no cotidiano dos trabalhadores. Interessa-nos observar como o direito comercial em vigor na década de 1920 dispunha sobre a aplicabilidade das normas jurídicas em relação à profissão. Nesses termos, a análise considera as tentativas de regularização da atividade, bem como as iniciativas institucionais que visavam garantir melhores condições para os caixeiros exercerem a profissão.

Dessa forma, as ideias propostas nessa pesquisa dialogam com a bibliografia acerca do tema e mantém com ela um intenso intercâmbio de informações. A eleição dos caixeiros sergipanos como protagonista principal dessa trama não exclui o interesse em aproximar as suas lutas e reivindicações dos demais trabalhadores que labutavam no comércio de outras cidades e estados, tais como os caixeiros do Rio de Janeiro, Bahia e Pelotas/RS. Ademais, as fontes consultadas vão desde as edições do próprio jornal *A Classe* até o *Codigo Commercial do Imperio do Brazil*.

3.1- OS CAIXEIROS SOB O OLHAR DA HISTORIOGRAFIA

Inicialmente, é importante observar como os estudiosos têm buscado definir quem eram os caixeiros. Dentre tantas conceituações possíveis, recorreremos a três, advindas dos trabalhos de Lenira Menezes Martinho (1993), Fabiane Popinigis (1998) e Mário Augusto da Silva Santos (2009), as quais se assemelham em alguns pontos e se diferenciam em outros. As análises de Martinho (1993) e Popinigis (1998) possuem uma certa convergência, tendo em conta que consideram os caixeiros sob a perspectiva estritamente funcional.

De acordo com Lenira Martinho (1993) “os caixeiros eram peças [...] importantes na engrenagem de funcionamento [...] dos negócios. Realizavam os pagamentos e cobranças, cuidando ainda de toda a escrituração dos negócios dos patrões.” (MARTINHO, 1993, p. 38). Essa postura assemelha-se com a averiguada na conceituação de Fabiane Popinigis (1998), já que considera o caixeiro como um profissional cujas funções foram modificadas com o decorrer dos anos e “antes de tudo, o caixeiro era o que aos poucos vai sendo chamado de empregado do comércio. Era o caixeirinho que atendia ao balcão, organizava e carregava as mercadorias, vendia, entregava e fazia as contas.” (POPINIGIS, 1998, p. 09).

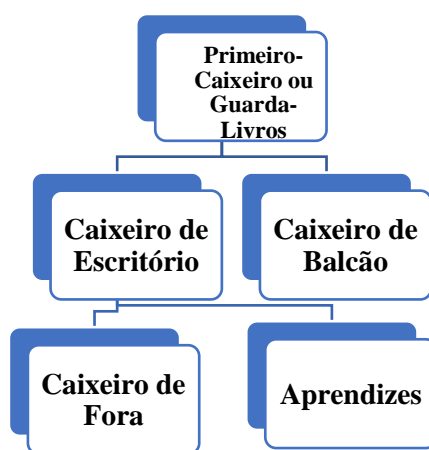
Muito embora sejam definições dignas de nota, em razão das caracterizações que fazem das atividades desempenhadas pelos caixeiros, elas precisam ser situadas dentro da problemática em que o conceito está inserido. Por meio delas temos uma noção das funções desempenhadas por esses empregados, mas que não nos possibilita entender mais amplamente a semântica da palavra caixeiro e/ou a sua correlação com a expressão empregados no comércio. Esse apontamento somente foi possível de ser feito graças às investigações de Mário Augusto da Silva Santos (2009) que, de modo pertinente, historicizou o termo e as suas significações em cada época específica.

Segundo o autor, nas primeiras décadas do século XVIII, o termo caixeiro referia-se tanto ao trabalhador de engenho encarregado de embalar o açúcar depois de purgá-lo e mantê-lo em caixas quanto ao empregado da cidade que recebia o açúcar já contido nas caixas e o enviava aos trapiches. Com o advento do século XIX e a edição do *Código Commercial do Imperio do Brazil*, o vocábulo caixeiro passou a ser sinônimo de auxiliares de comércio, atribuindo uma feição mais generalizante à função e englobando os mais variados tipos de trabalhadores que participavam de diferentes atividades comerciais. O que

não impediu que continuasse sendo utilizado em seu sentido corriqueiro e, até 1930, ser comum observar a sua correlação com as outras duas formas já citadas, isto é, empregados no comércio ou auxiliares do comércio. (SANTOS, 2009, p. 26-27).

Além dessas significações, a legislação da Previdência Social criou, por meio do *Decreto 24. 273*, de 1934, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, acabando por incluir os caixeiros nessa nova categoria. (SANTOS, 2009, p. 25). Considerando os aspectos semânticos apresentados até aqui, é possível obter um registro do desenvolvimento da própria função e perceber que os usos da palavra caixeiro variaram de acordo com cada momento histórico, evidenciando as suas abrangências (quando se referem aos empregados no comércio no exercício de suas diversas funções) e as suas restrições (quando cita apenas um tipo de empregado e a atividade desempenhada por ele).

Considerando esses pormenores, é preciso atentar nas singularidades inerentes a esses personagens. Uma particularidade que se sobressaía em relação ao ofício era a heterogeneidade das atividades desempenhadas pelos caixeiros. Essa característica não passou despercebida ao olhar historiográfico, tanto que, ao estudar os caixeiros portugueses no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, Martinho (1993) qualificou-os como um grupo socioprofissional multivariado em funções. Provenientes das terras lusitanas, os caixeiros analisados pela autora eram massivamente jovens (sobressaindo os que tinham entre 15 e 19 anos) e exerciam atividades que iam desde a contabilidade das casas comerciais até o atendimento aos clientes ao balcão, o que acabava gerando níveis de autoridade entre os empregados. De forma esquemática, Martinho (1993) os classifica da seguinte maneira:



Organograma 02: Níveis hierárquicos da profissão de caixeiro.

Tal diversidade interferia nas incumbências de cada empregado, as quais se modificavam conforme as ocupações. No topo hierárquico, os primeiro-caixeiros ocupavam posição prestigiosa frente aos demais e a eles eram atribuídos os encargos de maior importância, isso porque lidavam com a escrituração e o caixa do estabelecimento comercial. Também tinham ao seu favor o fato de serem os empregados mais próximos aos patrões e, em alguns casos, constituírem com eles sociedades nos negócios, tornando-os postulantes ao ofício de dono de comércio. (MARTINHO, 1993, p. 38).

Todavia, nem todos os trabalhadores tinham o mesmo prestígio hierárquico. Quando os donos dos estabelecimentos possuíam pendências relativas ao expediente de escritório, quase sempre recorria aos serviços dos caixeiros que detinham conhecimentos sobre as documentações comerciais, tais quais: cópias de cartas, faturas, entre outras. (MARTINHO, p. 38). Estes eram empregados não tão ilustres como os primeiro-caixeiros, mas desempenhavam funções de teor administrativo e estavam em um patamar elevado da hierarquia, se comparados aos outros três tipos de caixeiros: o de fora, o de balcão e o aprendiz.

O primeiro tipo, o de fora, recebia essa designação, pois era encarregado de efetuar cobranças e vendas fora dos estabelecimentos, sendo também denominado de caixeiro de porta-fora. A denominação também diz muito sobre a natureza das funções desempenhadas pelo segundo tipo, os caixeiros de balcão, uma vez que a eles cabiam as vendas e negociações diretas com os clientes, além da responsabilidade em facilitar o atendimento à freguesia que se dirigia às casas comerciais. Coexistindo com esses dois tipos, a função do terceiro, o aprendiz, era, na maioria dos casos, desempenhada por jovens iniciantes que necessitavam entender a natureza do ofício, servindo sob os cuidados de um caixeiro com mais tempo de trabalho. Além disso, não era incomum que exercessem as funções apenas em troca de moradia e alimentação, sem necessariamente receberem salário algum. (MARTINHO, 1993, p. 39, 83).

Observa-se que diversas eram as funções desempenhadas pelos caixeiros e que havia uma escala hierárquica na profissão. Porém, essa situação tendia ainda a ser mais diversificada se considerarmos que a análise de Lenira Martinho (1993) não recobre outros períodos e também não se debruça, de modo pormenorizado, sobre outros tipos de caixeiros, a exemplo do caixeiro-viajante, que não foi considerado em seu estudo. Essa ausência e, mais uma vez, a indicação da função pela denominação demonstram o quanto

esses sujeitos eram diversificados e, a depender do tempo ou do lugar em que são analisados, podem estar inclusos em tramas sociais específicas, as quais influenciam as suas ações profissionais.

Esta última afirmação é corroborada pelos resultados obtidos por Fabiane Popinigris (1998) em sua dissertação⁵⁶, pois a autora visualizou similitudes e diferenças entre os empregados analisados por ela e os que foram investigados por Lenira Martinho (1993). Apesar de utilizar uma esquematização muito próxima da que fora proposta por Martinho (1993), Popinigris (1998) fez uso de nomeações diferenciadas para se referir aos caixeiros, além de utilizá-las de um modo menos específico e mais impessoal, designando-os em ordem numérica (primeiro, segundo e terceiro). Enquanto o primeiro-caixeiro tinha a responsabilidade de cuidar das finanças da casa, como se fosse o próprio dono do estabelecimento, o segundo ficava na incumbência de organizar as mercadorias e vendê-las aos clientes e o terceiro lidava diretamente com as cobranças e entregas. (POPINIGIS, 1998, p. 09-10).

Em termos práticos, essas nomeações não extrapolam a cadeia hierárquica e servem apenas como meio de identificação dos empregados e das funções por eles desempenhadas. Além das diferentes responsabilidades que cada caixeiro possuía e das múltiplas funções que eles exerciam no comércio, a rede hierárquica somente era passível de ser alterada na medida em que os empregados ascendiam profissionalmente. Essa mobilidade era proporcionada pela natureza da profissão, mas havia requisitos a serem preenchidos para que um caixeiro pudesse ir de empregado a patrão.

Fidelidade e, antes de tudo, integração à família do patrão. Eis os requisitos que um empregado no comércio precisava atender para, futuramente, ser dono de seu próprio estabelecimento comercial. Analisando essas exigências, Fabiane Popinigris (1998) alega que “a fidelidade era condição primária de um bom caixeiro para que ele conseguisse dar passos em direção a tão almejada posição social na escala hierárquica dos caixeiros” (POPINIGIS, p. 12), algo também considerado por Lenira Menezes Martinho (1993) e que estava diretamente vinculado às relações pessoais entre patrões e empregados. Esta autora, inclusive, reforça a condição *sine qua non* que, em seu entendimento, alçava o caixeiro a dono de comércio. Segundo ela:

⁵⁶ Em **Trabalhadores e Patufos**: os caixeiros e o movimento pelo fechamento das portas no Rio de Janeiro (1850-1912), a autora procurou revisitar algumas características dos caixeiros analisados por Lenira Menezes Martinho, e problematizou as noções a respeito das relações paternalistas e da aderência total que os empregados tinham em relação à mentalidade do patronato.

A ascensão social do caixeiro, via de regra, fazia-se através da sua união com a família do comerciante. A proximidade em que viviam em relação ao comerciante e sua família, participando da sua vida no dia-a-dia, favorecia decisivamente estas uniões. (MARTINHO, 1993, p. 56)

A fidelidade era elemento-chave para que houvesse uma relação de confiança entre empregado e empregador, principalmente pelo fato de muitas atribuições envolverem as finanças da casa comercial, que se encontravam sob os cuidados imediatos dos primeiro-caixeiros. Não menos importante era a tentativa de galgar à patamares elevados por meio de uniões conjugais ou de sociedades, tendo em vista que os caixeiros podiam constituir pecúlio junto aos seus mandatários.

Essas possibilidades eram reais e demonstravam que existiam brechas no sistema hierárquico da profissão, transformando-a em um estágio de passagem, por permitir que os empregados vislumbassem a possibilidade de adquirir *status* superiores, mas existiam limitações que eram impostas a muitos caixeiros e que impediam a concretização deste objetivo,⁵⁷ pois nem todos eles possuíam salários suficientes para constituir pecúlio junto ao patrão e as relações com a família do mandatário nem sempre eram tranquilas. Além do mais essas condições eram preenchidas, principalmente, pelos caixeiros mais bem graduados e que possuíam influência no estabelecimento.

O que existiam eram brechas, e não uma porta escancarada de oportunidades. Aos funcionários mais bem graduados era permitido sonhar com um futuro melhor, já aos demais restavam ou o conformismo com a sua posição subalterna ou a busca dos meios necessários para atingir uma melhor ocupação na casa comercial. Não é de estranhar, portanto, a importância que a educação formal exercia na vida destes sujeitos, porque eram os conhecimentos técnicos da função que determinavam a colocação profissional dos caixeiros e, conseqüentemente, o seu lugar na hierarquia da profissão.

⁵⁷ Fabiane Popinigis (1998) dedicou-se a desmistificar o “mito da ascensão social” dos caixeiros e explica que essa possibilidade era mediada pelas circunstâncias que a favoreciam. No instante em que os empregados começaram a perceber as transformações estruturais do comércio e o quanto elas tornavam o empregado em uma mera “peça substituível” o sonho de ser patrão passou a ficar cada dia mais distante. Ver: POPINIGIS, Fabiane. **Trabalhadores e Patuscos**: os caixeiros e o movimento pelo fechamento das portas no Rio de Janeiro (1850-1912). Orientador: Prof. Dr. Sidney Chalhoub. 1998. 144f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (UNICAMP). Campinas, SP. 1998.

Pode-se perceber como o aspecto educacional era importante para os caixeiros por meio dos comentários de Martinho (1993), ao alegar que “fazia parte ainda da formação do caixeiro, além da preocupação com o aprendizado das técnicas mercantis, o conhecimento de outros idiomas, como o francês ou o inglês.” (MARTINHO, 1993, p. 54). Mas, embora a formação educacional fosse importante, ela não era acessível a todos os empregados no comércio.

Analisando a conjuntura em que os caixeiros da Bahia estavam inseridos, Mário Augusto da Silva Santos (2009) sugere que, no caso baiano, “para obter o ingresso em uma casa comercial o aspirante a caixeiro não precisaria ser muito mais do que meramente alfabetizado e capaz de realizar as quatro operações aritméticas fundamentais” (SANTOS, 2009, p. 36) e acrescenta que o “mais importante, porém, era prática do balcão e do escritório e não conhecimentos adquiridos pelos meios educacionais sistemáticos de uma escola convencional.” (SANTOS, p. 37). Ao falar sobre essas condições, o autor não sugere que havia a ausência de interesse educacional pelos caixeiros baianos, apenas considera que a exigência de conhecimentos, para além dos que eram impostos pela função, era uma demanda ou do alto comércio, por ter atribuições mais específicas, ou dos caixeiros que visavam promoções e aumentos salariais.

A ascensão profissional, por meio da qualificação, era um dado relevante no cotidiano profissional dos caixeiros, entretanto a grande deficiência residia no fato dessa possibilidade ser restrita aos empregados que trabalhavam em determinados ramos do alto comércio. Além disso, quando o ensino formal era oferecido aos demais trabalhadores, não era possível de ser aproveitado em sua totalidade, pelos seguintes motivos: a) Jornada de trabalho extenuante que “expulsava” os caixeiros das aulas (em sua maioria noturnas); b) Escolas inexistentes no caso de algumas localidades; c) Falta de interesse da parte dos trabalhadores, por diversos motivos. O aspecto educacional guardava relação com o modo de vida dos empregados no comércio, mas havia outra característica não menos importante atribuída a esse grupo profissional.

Referimo-nos ao associativismo, modo de organização presente nas vivências deles. É válido ressaltar que há uma tendência em se destacar as atuações coletivas dos caixeiros sob duas perspectivas: a primeira delas defende que eles agiram dessa forma com vistas a obter benefícios estritamente pessoais e que não possuíam autonomia suficiente para

agirem em prol de conquistas mais amplas⁵⁸. Já a segunda vertente explica o comportamento coletivo dos caixeiros tendo em conta as negociações entre os empregados e os patrões, e afirma que as “trocas” existentes nesses ajustes abriam brechas para que os trabalhadores pudessem obter êxito em demandas específicas⁵⁹.

Seja por um ou por outro motivo e tencionando diversas finalidades, o que se afigura como mais importante mesmo é a capacidade organizativa desses trabalhadores. Movidos por diferentes objetivos e variando-os conforme as circunstâncias, os empregados no comércio fundaram Sociedades, Associações e entidades representativas que encabeçaram movimentos importantes como a campanha pela regularização do horário de funcionamento das casas comerciais e as reivindicações em torno da redução da jornada de trabalho. Assim, o associativismo era um modo de organização coletiva dos trabalhadores, que os distinguiam enquanto grupo trabalhista possuidor de características e interesses específicos.

Somando-se a isso, havia outras características inerentes ao universo caixeiral como a recorrência à imprensa escrita, principalmente aos jornais. Os caixeiros utilizaram os periódicos com diversos objetivos e a imprensa desempenhou um papel relevante na conquista de alguns direitos ou na defesa dos interesses gerais dos empregados no comércio. Jornais subordinados às entidades representativas dos caixeiros circularam em Manaus, no início do século XX. (MOURA, 2015, p. 153-163). Também se tem notícias de órgãos informativos vinculados aos empregados no comércio de Pelotas/RS, no século XIX. (DUARTE, 2001, p. 55-70). Isso sem falar do protagonismo que esse meio de comunicação assumiu entre os trabalhadores no comércio do Rio de Janeiro. (POPINIGIS, 1998, p. 100-107).

Hierarquizações, possibilidade de ascensão profissional, apelo ao associativismo e uso da imprensa escrita estão entre as inúmeras características da profissão de empregado no comércio (caixeiro) que nos possibilitam analisar esse grupo trabalhista por meio de

⁵⁸ Essa concepção é endossada por Lenira Menezes Martinho (1993), pois considera o peso do paternalismo nas relações entre empregado e patrão. Em linhas gerais, a autora destaca que os caixeiros constituíam organizações coletivas seguindo a lógica do patronato e a ele devia se submeter. As relações entre os participantes das referidas organizações davam-se de modo “verticalizado”, haja vista a influência que os patrões exerciam na vida do empregado, inclusive em relação a sua capacidade de se manifestar enquanto grupo.

⁵⁹ Essa vertente interpretativa é um contraponto a anterior e é aprofundada no trabalho de Fabiane Popinigis (1998). Em linhas gerais, considera-se que, ao reunirem-se em organizações coletivas (Associações, Sociedades de Mútuo Socorro e de Amparo), os caixeiros estabeleciam laços de solidariedade “horizontalizados” e não ficavam apenas sob a égide dos patrões. Disso resultava as reivindicações que interessavam boa parte da categoria e não se limitavam ao plano individual.

diversas perspectivas e perceber as similaridades e diferenças entre os integrantes dessa categoria profissional. Desse modo, tenciona-se averiguar se as caracterizações apontadas pela historiografia encontravam correspondência no modo como os caixeiros sergipanos se organizavam e vivenciavam o seu momento.

3.2- OS CAIXEIROS FORJADOS PELO PERIÓDICO *A CLASSE*

Até o momento, a análise acerca dos caixeiros foi alicerçada em informações de cunho abrangente e tomando como exemplo a atuação desses empregados em outras localidades. Demonstrando uma salutar contribuição, essas informações balizaram a nossa pesquisa de modo que somente foi possível obtermos esclarecimentos inerentes ao nosso objeto por meio delas. Entretanto, mesmo considerando essa importância, os estudos já citados não proporcionaram (essa também não era a proposta deles) um conhecimento mais acurado da trajetória dos caixeiros em outras unidades da Federação. São nos silenciamentos a respeito das vivências desses sujeitos em terras sergipanas que enfocaremos a partir daqui, e nada melhor do que começarmos essa empreitada questionando quem eram os caixeiros atuantes no comércio de Sergipe.

Responder a essa indagação não é tão simples como se pode supor e nos conduz a uma discussão mais ampla e permeada por outras questões. Observou-se, no item anterior, o quanto a profissão de empregado no comércio possuía variações e era demarcada por hierarquias internas que determinavam a posição e o prestígio que o caixeiro possuía entre os seus pares e os patrões. Diante disso, é importante sabermos quem eram os caixeiros atuantes no comércio sergipano a partir de suas particularidades e estabelecermos os critérios segundo os quais serão possíveis obtermos uma resposta plausível.

O leitor atento percebeu que, ao longo da pesquisa, o jornal *A Classe* tem sido a fonte primária da qual colhemos diversas respostas. Lançamos mão do periódico para compreender como os caixeiros opinaram sobre o desenvolvimento comercial da capital sergipana e como se aproximaram de personalidades políticas locais, a exemplo de Graccho Cardoso. O jornal também foi considerado em relação aos seus aspectos estruturais, isto é, historicidade, lógica de produção, aspectos tipográficos e os seus conteúdos com o intuito de perceber como a imprensa escrita foi um campo extremamente explorado pelos

trabalhadores com o propósito de conquistar a opinião pública e de expor as demandas do grupo.

Nesse sentido, a resposta sobre quem eram os caixeiros sergipanos é viabilizada ao averiguarmos como o jornal *A Classe* representou esses empregados em suas edições. Obter uma resposta satisfatória implica reconhecer o quanto o jornal era uma instituição comunicativa circunscrita ao campo jornalístico e direcionado por seus princípios e normatizações, mas, antes de tudo, envolve identificar as ações humanas e a interferência dos agentes institucionais nos bastidores do periódico. Se considerarmos que não há mundo social sem agentes sociais e que as classificações estão sempre subordinadas às funções práticas e orientam-se para a produção de certos efeitos, as representações dos caixeiros de Sergipe, por meio do jornal *A Classe*, eram resultantes da visão de mundo que os envolvidos nos bastidores do periódico possuíam e obedeciam a interesses explícitos ou implícitos.

Vinculados não somente às estruturas do campo jornalístico como também às do campo social⁶⁰, os empregados no comércio de Sergipe, ou antes, uma parcela específica desses trabalhadores, editaram o órgão informativo e buscaram impor a sua visão acerca do mundo social. Agentes sociais e institucionais imbuídos de ideias e intenções, os caixeiros possuíam predisposições que eram inerentes às posições que ocupavam nos campos, social e jornalístico, agindo de acordo com a compreensão do mundo em que estavam circunscritos. Condicionados pelo que Pierre Bourdieu (1983) denominou de *habitus*⁶¹, esses trabalhadores eram influenciados pelas estruturas que constituíam o mundo social em que viviam e agiam de acordo com as regularidades produzidas por elas. (BOURDIEU, 1983, p. 60).

O agir dos caixeiros sergipanos, determinado pelas condições preestabelecidas, fundamentava-se no *habitus* do grupo trabalhista e esse sistema subjetivo de estruturas interiorizadas dotado de esquemas de percepção, de concepção e de ação era comum a todos os membros do mesmo grupo e constituíam a condição de toda a percepção que os agentes tinham sobre o real. (BOURDIEU, 1983, p. 79). Influenciando tanto o grupo quanto os membros individualmente, o *habitus*, verdadeira lei imanente depositada em cada

⁶⁰ Pierre Bourdieu (2011) define o campo social “como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas.” (BOURDIEU, 2011, p. 135).

⁶¹ *Habitus* são “sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador estruturador das práticas e das representações que podem ser ‘reguladas’ e ‘regulares’.” (BOURDIEU, 1983, p. 60-61).

agente pelos condicionamentos formais, encontrava-se internalizado em cada representante dos caixeiros em Sergipe, mesmo que não se apercebessem desse fato.

Nesse sentido, as posições que esses agentes ocupavam, seja na direção do jornal, seja nas atividades laborais, ganhavam uma maior relevância na forma como eles enxergavam a si e aos demais. Se o jornal *A Classe* forjou representações dos caixeiros sergipanos foi porque esses trabalhadores instituíam formas de interação dominadas pela estrutura objetiva em consonância com as posições harmonizadas pelo *habitus*. (BOURDIEU, 1983, p. 75). A forma como eles se autorreferenciavam nas folhas do periódico ou as opiniões que emitiam a respeito das questões que interessavam aos caixeiros em geral tinham respaldo nessa dupla relação.

As posições que ocupavam na hierarquia da profissão e a relevância que possuíam na direção do órgão informativo produziam distinções entre os caixeiros. Considerando que a distinção é um substrato do “capital simbólico”, vemos que os empregados ligados à Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS) eram agentes institucionais dotados de diferenças inscritas na própria estrutura do espaço social, sendo reconhecidos e percebidos pela lógica da diferença. (BOURDIEU, 1983, p. 144-145).

Herdeiros das disposições duráveis outorgadas pelo *habitus* e detentores de um capital simbólico acumulado pelas posições que ocupavam na hierarquia profissional, os caixeiros produziram as suas representações do real, do mundo vivido, a partir da cosmovisão de um grupo específico desses trabalhadores urbanos. O periódico *A Classe* veio ao encontro dessa necessidade e tanto comunicava quanto forjava a imagem destes empregados, funcionando como um verdadeiro porta-voz do segmento trabalhista.

As “falas captadas”⁶² por meio do jornal *A Classe*, órgão da AECS, evidenciam as características atribuídas aos caixeiros que possuíam vínculos com essa Associação e, conseqüentemente, com a direção do jornal. Investidos em funções que os distinguiam dentro da própria categoria profissional, os caixeiros que possuíam voz e vez nas folhas do periódico eram bem graduados na cadeia hierárquica da profissão e exerciam funções que exigiam conhecimentos aprimorados. Envolvidos com as atividades do alto comércio, os caixeiros ligados à AECS possuíam distinções profissionais que os diferenciavam dos

⁶² Esse conceito é tomado de empréstimo de Arlete Farge (2009) para designar a importância das fontes arquivísticas na validação empírica da pesquisa. Segundo a autora, ao captar “as falas”, “os rostos”, “os sofrimentos” e “as emoções”, presentes na “aparente desordem dos relatos”, o historiador consegue “fundar um discurso de verificação distante da mentira.” (FARGE, 2009, p. 94). É esse o papel assumido pelas fontes que tivemos acesso e nos subsidiaram neste trabalho.

demaís empregados e o periódico contribuía para o fortalecimento da imagem do caixeiro bem-sucedido.

Atuando em consonância com as diretrizes dos campos social e jornalístico e arraigados nas estruturas objetivas, esses agentes institucionais vincularam as suas condições profissionais ao *ethos* da profissão, o que contribuiu para que os demais empregados não fossem considerados nas representações que o jornal fez do grupo. Não que desconhecêssem a condição dos demais caixeiros ou não os considerassem como empregados, mas a intenção era justamente demonstrar o quanto a profissão possibilitava a ascensão e tinha uma relevância social. Tais objetivos eram conquistados mais facilmente quando se associava a atividade profissional com os empregados mais especializados e, conseqüentemente, detentores de capital econômico, social e, em última instância, simbólico.

A posse de certas distinções outorgava a Godofredo Diniz, João Domingues dos Santos Herval, José Domingues Ludovice, Goslan Campos, Heitor Leal, Manuel Leal, João Moura e a Cícero Sampaio, nomes com os quais o leitor já se deparou ao longo deste estudo, a prerrogativa de serem representantes diretos da causa caixeiral em Sergipe. A atuação desses personagens no âmbito da Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS) elevava a importância desses sujeitos e nos faz compreender os motivos do jornal *A Classe* associá-los à fração de trabalhadores que encabeçavam a representatividade dos caixeiros em Sergipe.

Algumas informações sobre as atividades profissionais desempenhadas por esses indivíduos revelam a vinculação profissional que possuíam. Não obstante a insuficiência de informações referentes a todos os nomes citados, temos como considerar a proeminência profissional de Godofredo Diniz, presidente da Associação. Segundo o *A Classe*, ele recebeu vários telegramas e cumprimentos pessoais no dia 16 de junho de 1921, em decorrência de seu aniversário, sendo que tais honrarias foram dirigidas por “diversos dos nossos consócios, como também de um avultado número de pessoas da alta sociedade aracajuana, a qual pertence.”⁶³ Estimado não somente por seus correligionários, Godofredo Diniz era considerado por todos, mas a indagação que surge a partir dessa constatação diz respeito à qual seria a função que desempenhava para ser visto nessa condição.

⁶³ UMA Data Auspiciosa. *A Classe*. Aracaju. Ano I, n. 01. 31 de julho de 1921. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

Efusivo por estar homenageando o presidente em sua data natalícia, um escritor anônimo nos revela que Diniz era uma pessoa distinta socialmente, porque era “Alto funcionario do nosso Commercio [...] e exerce actualmente, com dedicação, na agencia na ‘Companhia Nacional de Navegação Costeira’, lugar distincto.”⁶⁴ Além de ocupar esse posto, o representante-mor dos caixeiros, em Sergipe, era dado a sociabilidades que expressavam a sua ligação com os estratos sociais de uma cidade em constante transformação. A sua influência se estendia para além da AECS, ao participar da organização de outras instituições sociais, a exemplo do “Recreio Club” (sociedade recreativa), em que atuava como 2º secretário e estava ao lado de nomes como Abdias Bezerra e Arthur Fortes.⁶⁵

Godofredo Diniz era bem conceituado como demonstram, com unanimidade, as fontes. Em uma Aracaju onde os padrões sociais estavam sendo modificados em consequência da onda modernizadora, possuir funções elevadas, ao nível da hierarquia caixeiral, e participar das redes de sociabilidades existentes na capital eram condições ideais para ter uma proeminência social. Quando isso ocorria, o indivíduo detinha um reconhecimento imediato por parte da imprensa ou de entidades ligadas ao ramo do qual fazia parte, como pode ser confirmado na longa dedicatória que o *Cadastro Comercial, Industrial, Agrícola e Informativo do Estado de Sergipe*, organizado por Armando Barreto em 1933, prestou a Diniz.

Com os maiores devotamentos ao homenageado, o *Cadastro* produziu uma imagem muito digna de Godofredo, referindo-se a ele com as seguintes palavras:

Não podíamos deixar de incluir, nas páginas deste Cadastro, o nome de Godofredo Diniz. Elle bem merece a nossa homenagem pela estima em que é tido e pela admiração que lhe devotamos, pela força do seu talento intellectual e pela nobreza do seu character inamolgavel. [...] Essa dignidade que envolve a pessoa do nosso homenageado o tem feito querido em a nossa sociedade que o cerca de estima e da dedicação que só os bons desfructam, com sinceridade. O nosso acatado e bondoso amigo ocupa, hoje, as elevadas funcções de gerente dos escriptorios da Agencia da Companhia Nacional de Navegação Costeira, nesta capital, cargo que desempenha com a confiança plena e absoluta do acatado moço dr. Carlos Cruz , agente da mesma companhia, e cercado da estima profunda de todos os auxiliares daqueles escriptorios [...].⁶⁶

⁶⁴ *Op cit.*

⁶⁵ RECREIO Club, **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 07. 11 de setembro de 1921. p. 03. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

⁶⁶ BARRETO, Armando. **Cadastro Comercial, Industrial, Agrícola e Informativo do Estado de Sergipe**. 1ª ed. Aracaju: Diretoria de Estatística do Estado de Sergipe. 1933. p. 92-93. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=356581&pesq=%22Empregados%20no%20Com%C3%A9rcio%22&pasta=ano%20193>. Acesso em 03 jun. 2020.

Atestando as idoneidades morais do então presidente da AECS, o texto também evidencia a natureza da profissão exercida por Godofredo. Nesse aspecto, observa-se que ele ocupava um cargo gerencial em uma empresa vinculada ao alto comércio e ligada às movimentações das exportações, bem como ao escoamento das mercadorias com destinação a outros portos. Em meio a essas tratativas, o representante dos caixeiros sergipanos exercia, simultaneamente, o papel de braço direito do senhor Carlos Cruz, bem como o de chefe de repartição onde possuía autoridade diante dos auxiliares que estavam sob seu comando. Nesse sentido, a posição trabalhista de Godofredo aproximava-se das características elencadas por Lenira Martinho (1993), as quais situam a profissão de caixeiro dentro de uma perspectiva ascensional e permeada por hierarquizações.

Mas será que essa era uma condição peculiar a todos os caixeiros, especificamente aos empregados vinculados à Associação? Estariam os outros membros da AECS em uma condição similar? Essas questões continuariam obscuras se continuássemos a analisar a ocupação profissional que cada consócio exercia, pois estamos limitados pela escassez documental. Sabendo disso, julgamos mais prudente averiguar a condição profissional dos empregados que são visualizados no jornal, em vez de aplicar a mesma condição aos trabalhadores em geral e incorrer em generalizações precipitadas.

Como ao observar as profissões de alguns caixeiros, demo-nos conta das variadas funções desempenhadas por cada um deles, optamos em considerar aqueles empregados do comércio sergipano que tivessem uma ligação mais íntima com a Associação, justamente por serem estes trabalhadores os que se autointitulavam representantes da causa caixeiral em Sergipe. Assim, convidamos o leitor a saber um pouco mais sobre a vida profissional desses agentes históricos.

“Antecipadamente, registramos hoje, com satisfação, o feliz aniversário [...] do nosso prezado amigo João Domingues dos Santos Herval, pharmaceutico na villa do Rosário, onde é proprietário da bem montada e conceituada ‘Pharmacia Humanitaria’.”⁶⁷ São com essas palavras que o jornal *A Classe* homenageia o ex-presidente e fundador da Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS) e descreve a sua condição profissional. A precariedade das informações limita a compreensão sobre como esse

⁶⁷ JOÃO Domingues. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 09. 25 de setembro de 1921. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

sujeito constituiu o seu próprio negócio, mas temos conhecimento sobre a sua estadia em Aracaju, antes de ir morar no interior do estado, e a respeito da sua antiga profissão.

Nas palavras de Costacilio, colaborador do jornal *A Classe*, João Domingues teve suma importância para a formação e fundação da AECS. Ao prestar essa consideração, menciona tanto o que ele fazia naquele momento quanto a sua condição profissional no momento em que a Associação foi planejada junto a alguns companheiros. Prestemos atenção que, segundo o assinante da matéria, “Essa ideia louvável e bemdita partiu do talentoso advogado sr. João Domingues, então despachante de uma importante firma de nossa praça”⁶⁸, significando dizer que Domingues, antes de ser proprietário e advogado, já exercia uma função importante na sociedade aracajuana. Ser despachante significava estar vinculado aos trâmites burocráticos que regulavam a entrada e saída de mercadorias e ser “despachante de uma importante firma” era posição almejada por muitos empregados.

Mesmo considerando as debilidades das informações e tendo apenas os discursos do jornal ao nosso favor, percebemos que o caso de João Domingues parece se assemelhar a um daqueles exemplos clássicos, já apontados ao longo desse capítulo, de ascensão de um ex-caixeiro, como pode ser percebido na análise da seguinte correspondência:

Caro Luduvise: - Abraços. Rejubilo-me com voscê pelo apparecimento da A Classe, sonho do velho visionario ex-companheiro do Seculo, de saudosa existencia. Sendo o campo restricto aqui para larga propaganda pelo defensor dos caixeiros, já me dirigi a Maroim, por intermédio de Philon Almeida, a quem vocês devem secundar [...].⁶⁹

Escrita a próprio punho por João Domingues dos Santos Herval, a correspondência deixa transparecer um pouco da trajetória vivenciada por ele em tempos de liderança caixeiral. Satisfeito pela circulação do jornal *A Classe*, o farmacêutico não esconde o seu saudosismo de quando estivera à frente da Associação e coloca-se na condição de “ex-companheiro do Século”, fazendo referência a sua própria experiência e não escondendo o seu passado. Na realidade, ele deixa subentendido que a ideia de fundar um órgão informativo defensor dos empregados no comércio já havia sido pensada pelo “velho visionário”, mas por algum motivo não pôde ser concretizada. Assim, parece-nos que a história de João Domingues dos Santos Herval encaixa-se nas exceções descritas por

⁶⁸ FAÇAMOS Justiça. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 10. 16 de outubro de 1921. Ano I. p. 02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

⁶⁹ PALAVRAS do nosso ex primeiro presidente fundador. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 04. 21 de agosto de 1921. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

Fabiane Popinigis (1998), ou seja, nos casos de empregados que conseguiram se tornar patrões.

As atividades profissionais desempenhadas tanto pelo presidente-fundador quanto pelo presidente que cuidava da Associação entre 1921 e 1922, demonstram a proeminência de ambos e, ao folhear as páginas do *A Classe*, vê-se que esta era uma posição também ocupada por João Moura, outro ex-presidente da AECS. O fragmento exposto no jornal não deixa claro quanto tempo durou o mandato dele à frente da Associação, entretantes evidencia aquilo que é mais crucial para nossa análise, isto é, a sua atuação profissional em uma importante instituição financeira. Orgulhoso por noticiar a condição profissional de seu ex-dirigente, o órgão dos empregados no comércio de Sergipe notifica, em 18 de setembro de 1921, que “nosso distinto ex-presidente, sr. João Moura, actualmente reside na Capital Federal, como inteligente auxiliar do Banco do Brasil.”⁷⁰

O caso de João Moura é tão emblemático quanto o dos outros dois personagens pelo fato de não somente exercer uma função em um ramo do alto comércio como também por residir na Capital Federal. O ex-presidente encontrava-se em uma cidade onde estava instalado todo o aparelho burocrático e estatal e, conseqüentemente, onde o desenvolvimento comercial sempre foi uma marca registrada. Essas condições, muito provavelmente, aumentavam a sua estima entre os caixeiros sergipanos e, apesar da fonte não mencionar qual atividade ele exercia de forma específica, sabemos que era reconhecido por seus pares pelo fato de se encontrar em “adiantado meio”⁷¹ e desempenhar as atribuições em um dos bancos mais importantes do país.

Os ex-presidentes da Associação e o atual possuíam em comum a relevância de ocuparem funções ligadas a um setor mais especializado do comércio: Godofredo Diniz atuava em uma importante companhia de navegação, João Moura estava ligado a uma instituição financeira e o João Domingues dos Santos Herval conseguiu ascender de despachante a dono de farmácia. Somavam-se a esses exemplos outros não menos importantes, dentre os quais destacamos os casos de Cícero Sampaio, Goslan Campos, Manuel Leal, Heitor Leal e José Ludovice.

Ainda que os registros legados pela história não sejam abundantes, sabemos que a vida de Cícero Sampaio foi permeada por ações importantes, dentre elas a participação

⁷⁰ JOÃO Moura. *A Classe*. Aracaju. Ano I, n. 08. 18 de setembro de 1921. p. 03. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

⁷¹ op cit.

direta na fundação da Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS). Ao menos é essa a indicação fornecida pelo jornal *A Classe* quando, em uma de suas notas sociais, notifica sobre a proximidade do aniversário de Sampaio, com as seguintes palavras: “Faz anos amanhã o talentoso moço Cícero Sampaio, um dos fundadores desta Associação e zeloso funcionario do Banco do Brasil, nesta capital.”⁷² Curioso observar que, além de ter sido um dos fundadores da AECS, Sampaio também atuava nos quadros do Banco do Brasil, em sua sede em Aracaju. Logo, não restam dúvidas de que estamos diante de mais um caso envolvendo um empregado ligado à financeirização das atividades comerciais.

Semelhante condição também era vivenciada por Manuel Leal e Heitor Leal. Ambos, pai e filho, eram vinculados ao setor financeiro. Felizmente, a fonte traz informações não somente sobre onde eles exerciam os seus ofícios, como também qual era a função específica de cada um. Sobre Manuel Leal, o jornal ainda lamenta a sua morte, ocorrida em 15 de novembro de 1921, e alega que foi resultante de uma pertinaz enfermidade que ceifou a sua vida no Rio de Janeiro, onde foi buscar tratamento médico. Apesar de não ter participado da fundação da instituição, nem ter sido dirigente, Manuel Leal era um dos consócios que acreditava no projeto da AECS e a sua morte foi sentida por todos, ao ponto da bandeira da Associação ter sido hasteada a meio-pau durante três dias em sua homenagem⁷³. Acreditamos que a filiação institucional contribuiu de forma decisiva para que a morte dele fosse sentida entre os associados, mas sabemos que a sua distinção advinha, especialmente, da função que desempenhava: Manuel Leal era um “digníssimo auxiliar do Banco de Sergipe, onde exercia funcções de guarda-livros.”⁷⁴

Na hierarquia dos caixeiros a função de guarda-livros era a mais bem-conceituada entre os empregados. Por vezes também chamado de primeiro-caixeiro, o guarda-livros era o profissional indispensável para a organização contábil da firma comercial e realizava o balanço financeiro da organização, por meio da organização dos livros mercantis (daí o nome guarda-livros). Nesse ponto, não há de se estranhar o fato desse empregado ter uma maior visibilidade, ainda mais se considerarmos que se tratava de uma função que exigia um maior nível de instrução que as demais e quem a exercia tinha um bom conceito

⁷² ANIVERSARIOS. *A Classe*. Aracaju. Ano I, n. 13. 23 de outubro de 1921. p. 04. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

⁷³ MANUEL Leal. *A Classe*. Aracaju. Ano I, n. 17. 20 de novembro de 1921. p. 03. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

⁷⁴ Op cit,

profissional e social. Era desse prestígio que Manuel Leal desfrutava, ainda mais porque exercia essa função em uma instituição financeira importante na vida dos sergipanos.⁷⁵

Manuel Leal faleceu em 15 de novembro de 1921, mas o seu legado profissional perdurou e influenciou as escolhas do seu herdeiro, Heitor Leal. Diferentemente de seu pai, Heitor foi mais do que um consócio ilustre, atuando de forma decisiva para que a Associação fosse instituída, além de ter ocupado o cargo de segundo secretário, o que fez os responsáveis pelo periódico prestar-lhe as seguintes lisonjas:

Esta Associação exulta de contentamento pelo defluir da data de hoje em que se comemora o anniversario natalício do distincto moço Heitor Leal, nosso ex-2 secretario e um dos fundadores desta casa. Ao apreciado consocio anniversariante, que tambem é um dos illustres escripturarios, do Banco do Brasil, nesta capital e filho do nosso saudoso consocio, sr. Manuel Leal, felicitamos e a sua exma. família.⁷⁶

Por intermédio desse fragmento, percebe-se que o filho seguiu os passos de seu pai e foi mais além: Heitor Leal atuou de forma mais incisiva na Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS) e era vinculado a uma instituição financeira mais abrangente se comparada à que seu pai trabalhou. Não sabemos até que ponto os laços familiares contribuíram para que Heitor Leal ascendesse ao cargo de escriturário do Banco do Brasil, nem temos conhecimento da participação direta de seu pai na sua inserção nesse ramo (embora não descartemos essa possibilidade), mas o que chama a atenção é tratar-se de mais um empregado ligado à Associação, ocupante de um cargo prestigioso. Ser escriturário significava dizer que o empregado possuía atribuições que iam desde as administrativas, como o protocolo e o preenchimento de formulários, até as contábeis, denotando a especialização necessária para exercê-las.

Saindo da órbita financeira e entrando no âmbito da logística operacional das mercadorias, também constatamos a atuação dos caixeiros sergipanos. Na realidade, quando falamos do presidente, Godofredo Diniz, especificamos que ele atuava no ramo alfandegário, sendo chefe de repartição na Companhia Nacional de Navegação Costeira e o quanto, em virtude do cargo, possuía autoridade sobre alguns auxiliares. Ainda que os

⁷⁵ Não obstante as tentativas do Monsenhor Olympio Campos em tentar criá-lo, O Banco de Sergipe foi implementado durante o governo de Josino Menezes, em 1905, quando passou a funcionar regularmente. (DANTAS, 2004, p. 30-31.)

⁷⁶ HEITOR Leal. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 23. 01 de janeiro de 1922. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

vestígios não possibilitem afirmar quem estava subordinado à autoridade de Diniz, pode-se dizer que, muito provavelmente, um desses auxiliares era Goslan Campos.

Campos era 1º tesoureiro da AECS e, juntamente com Godofredo Diniz, atuava no ramo comercial ligado ao controle de entrada e saída de mercadorias, o qual tinha na Companhia Nacional de Navegação Costeira a sua maior expressão. Diferentemente do presidente, Goslan não era chefe nem tinha autoridade sobre alguma equipe de subordinados, mas era ocupante de um cargo importante na estrutura organizacional, dado que o “moço Goslan Campos era (sic) digno despachante da Companhia Nacional de Navegação Costeira, na agencia desta capital, em cujo cargo desenvolve toda a sua inteligência.”⁷⁷ Por essa perspectiva, entendemos que Campos possuía habilidades em lidar com os trâmites burocráticos que controlavam a entrada e saída de mercadorias no estado de Sergipe.

Outra trajetória importante a ser observada é a de José Luduvise. Em 1921, esse cidadão era o primeiro-secretário da Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS), mas com o decorrer dos anos foi ganhando maior notoriedade entre os seus correligionários. Ascendeu dentro da entidade trabalhista e conseguiu chegar ao cargo de presidente, o mais alto posto no escalão hierárquico da Associação, além de representar a AECS durante as cerimônias de boas-vindas ao Presidente da República, Washington Luís, quando esteve em Aracaju para agradecer o apoio recebido durante o pleito eleitoral que o conduziu ao cargo de chefe de Estado.⁷⁸ A ascensão de José Luduvise no seio da estrutura organizacional da Associação era sustentada em sua condição profissional e, a exemplo dos demais integrantes do corpo diretivo da instituição, ele também exercia funções ligadas ao alto comércio.

O *Cadastro Comercial, Industrial, Agrícola e Informativo do Estado de Sergipe*, organizado por Armando Barreto, também fornece preciosas informações a respeito da vida profissional de um dos associados mais atuantes na AECS. Segundo o documento, José Luduvise era “alto funcionário dos escriptorios da Companhia Costeira, sendo também

⁷⁷ GOSLAN Campos. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 15. 06 de novembro de 1921. p. 02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

⁷⁸ SERGIPE. Presidente. (1922-1926: Mauricio Graccho Cardoso). **Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, ao installar-se a 1ª sessão ordinaria da 16ª legislatura**. Aracaju, 7 set. 1926. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873632&PagFis=2161&Pesq=%22Empregados%20no%20Com%c3%a9rcio%22> Acesso em: 03 jun. 2019.

membro do commercio de nossa Capital.”⁷⁹ A exemplo de Godofredo Diniz, José Luduvico recebeu menção honrosa no extenso cadastro e era identificado como um dos representantes do comércio em Aracaju, ao lado de personagens como Alcino Fernandes de Barros e Ernani Freire, comerciantes locais.

Despachante, escriturário, guarda-livros. Essas eram algumas das atividades profissionais desempenhadas pelos caixeiros sergipanos, particularmente pelos que possuíam algum tipo de vínculo com a AECS. Na hierarquia da profissão, essas funções eram as mais especializadas e os empregados que as exerciam eram estimados por seus patrões e pelos demais caixeiros, como atestado por Lenira Menezes Martinho (1993) em seu estudo. Investidos dessa condição particular, eles ampliavam uma autoridade que lhes permitia impor uma visão legítima do mundo social e forjar a imagem do caixeiro bem-sucedido.

As posições ocupadas pelos caixeiros contribuíam para que eles acumulassem um poder proporcional ao seu capital e a compreensão que tinham do mundo que os circunscrevia era mediada por essa relação. A noção de representação social, que tem respaldo na ideia segundo a qual os agentes sociais constroem o real pela representação que eles têm do real (BOURDIEU, 2011, p. 129), é-nos útil e permite esclarecer o porquê do jornal *A Classe* ter destacado apenas esses empregados. Os caixeiros representados no periódico não somente exerciam atividades especializadas no alto comércio como também desempenhavam funções nos bastidores do jornal e na Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS), fatores que acabavam impactando a visão que tinham do mundo social, o qual não deixa de ser uma representação e possibilita os agentes serem percebidos de modo distinto. (BOURDIEU, 2011, p. 118).

Expressando-se em nome de toda a categoria, os empregados vinculados ao jornal acabaram formando um grupo específico e buscavam se distinguir a partir de padrões estabelecidos. Adeptos de valores como a formação educacional, o respeito às normas jurídicas, a simpatia com o cristianismo católico e, principalmente, sendo propagadores da necessidade de se estabelecer aproximações com o patronato e com os agentes políticos que fossem sensíveis aos seus interesses, esses caixeiros homogeneizavam as pautas reivindicatórias e a representatividade do grupo profissional como um todo.

⁷⁹ BARRETO, Armando. **Cadastro Comercial, Industrial, Agrícola e Informativo do Estado de Sergipe**. 1ª ed. Aracaju: Diretoria de Estatística do Estado de Sergipe. 1933. p. 478. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=356581&pesq=%22Empregados%20no%20Com%C3%A9rcio%22&pasta=ano%20193>. Acesso em 03 jun. 2020.

Considerando-se que o grupo existe enquanto tal pelo fato de seus integrantes possuírem princípios de visão e de divisão em comum (BOURDIEU, 2011, p. 117), vê-se que os caixeiros vinculados a AECS e ao jornal *A Classe* buscavam impor as suas impressões sobre o real, sem levarem em conta as diferenças inerentes à profissão. Desse grupo específico emanou uma tentativa de homogeneizar interesses e ideias e associá-las aos empregados no comércio em geral, como forma de mostrar que eram os legítimos representantes da causa caixeiral em Sergipe. Na medida em que anunciavam as suas vontades e intenções como sendo as dos caixeiros (sentido amplo) eles estavam, na verdade, estabelecendo-se como porta-vozes dos demais empregados e o ato de representá-los consistia em terem o “pleno poder de falar e de agir em nome do grupo e [...] sobre o grupo pela magia da palavra de ordem.” (BOURDIEU, 2011, p. 157-158).

Agindo em consonância com os parâmetros dos campos, social e jornalístico, e detendo um capital acumulado e retroalimentado por meio das posições que ocupavam na hierarquia profissional, os caixeiros evidenciados pelo *A Classe* cultivavam valores que os distinguiam enquanto grupo e destacavam a necessidade de serem reconhecidos internamente e externamente. Agentes institucionais autorizados a falar em nome de todos os empregados no comércio, os caixeiros ligados à AECS demonstravam uma tendência a conciliarem-se com as entidades patronais e isso era determinante na forma como reivindicavam os benefícios a que tinham direito.

Os caixeiros representados pelo jornal *A Classe* apresentavam-se como empregados ordeiros, amistosos e bem-sucedidos, sendo isso uma consequência do fato deles estarem no topo hierárquico da profissão e mais próximos dos seus mandatários. As pautas que defendiam guardavam relação com essas características e, por mais que beneficiassem a maioria dos empregados, eram encabeçadas por esse grupo específico, que se fazia representante de todos os trabalhadores. Em outro momento desse estudo serão esmiuçadas as reivindicações que os caixeiros pleiteavam e será possível observar o quanto as negociações em torno delas tratavam mais de acordos, propriamente, do que conflitos abertos.

A representação efetuada pelo jornal *A Classe* implicava em cristalizar a imagem do caixeiro bem-sucedido e que cuidava dos interesses gerais da categoria trabalhista, entretanto os caixeiros eram muitos e a imagem forjada pelo periódico não dava conta das inúmeras incompatibilidades que existiam no âmbito da profissão. A historiografia já deu conta de explicar o quanto a pirâmide profissional era segmentada e evidenciava as

diferenciações nas funções que cada empregado exercia, sendo a sua base composta pelos caixeiros de fora e pelos aprendizes e o topo pelos primeiros-caixeiros e guarda-livros. (MARTINHO, 1993. p. 58).

Tal hierarquia tinha relação com os ramos do comércio nos quais os caixeiros atuavam. Aos mais bem graduados estavam reservadas posições no alto comércio, sobretudo nos segmentos financeiros, enquanto os empregados menos qualificados transitavam nos domínios do baixo comércio, sendo o ramo retalhista um dos setores que mais os absorviam. Em meio a essa diversidade, os empregados do baixo comércio, especialmente os que atuavam em lojas de secos e molhados, expressavam as maiores insatisfações com as condições em que trabalhavam e os antagonismos com as representações que os caixeiros mais bem graduados aplicavam a toda a categoria.

Essa situação se estendia a outros estados, por exemplo, o Rio de Janeiro, onde os caixeiros atuantes nos armazéns de secos e molhados criaram uma comissão, sob a tutela da “Aliança dos Empregados em Comércio e Indústria”, com a finalidade de reivindicar melhorias para os empregados que atuavam no setor, pois se viam como a fração mais explorada entre os empregados no comércio. Além disso, os caixeiros dos secos e molhados defendiam a necessidade de incluir as suas demandas nas discussões da questão social, manifestando que os legisladores deveriam considerar a situação dos empregados do baixo comércio.⁸⁰

Em Sergipe, a baixa aderência aos ideais da Associação dos Empregados no Comércio (AECS) evidenciava a não identificação de alguns empregados com os objetivos defendidos pela instituição e a existência de trabalhadores não amparados nas representações do jornal *A Classe*. Os próprios associados se questionavam a respeito das desconfianças que os demais empregados possuíam em querer se associar à agremiação e lamentavam que a “solidariedade dos colegas para com esta Associação esteja ainda eivada de dúvidas e receios.”⁸¹

Os exemplos citados demonstram o quanto a profissão era multivariada e permeada por discordâncias internas. Evidentemente, as representações que o jornal *A Classe* construiu dos caixeiros sergipanos eram, em sua essência, impostas por um grupo que

⁸⁰ OS EMPREGADOS no commercio e a questão social. **Correio de Manhã**. Rio de Janeiro. Anno XIX, n. 7.640. 29 de janeiro de 1920. p. 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=358&Pesq=%22Reivindica%c3%a7%c3%b5es%22%20%22caixeiros%22. Acesso em: 10 jul. 2020.

⁸¹ SOLIDARIEDADE. **A Classe**. Aracaju. Ano I. n. 12. 16 de outubro de 1921. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

pretendia estabelecer uma visão legítima do mundo social e que não abarcava os demais empregados nem as suas características. Nesse sentido, as perspectivas dos caixeiros ligados à AECS se sobressaíam nas ações reivindicatórias que eles apoiavam, as quais visavam conquistar direitos para toda a categoria. Apelo aos poderes constituídos, estreitamento de relações com agentes políticos e diálogo com o patronato eram estratégias utilizadas pelos empregados do alto escalão para evidenciar o quanto eram aliados e não inimigos dos seus mandatários. Se conseguiram obter êxito em suas reivindicações é o que veremos adiante.

3.3- O QUE ALMEJAVAM OS CAIXEIROS DO COMÉRCIO SERGIPANO?

A real dimensão sobre as necessidades que geravam as reivindicações dos caixeiros sergipanos não será perceptível se focarmos apenas nas manifestações desses trabalhadores no plano local. Considerando que algumas pautas reivindicatórias eram comuns aos empregados atuantes no comércio de outras cidades e estados, é preciso entender o quanto muitos desses reclames faziam parte de uma rede amplificada, na qual os caixeiros de Sergipe estavam inclusos.

Os empregados no comércio compunham um amplo e numeroso grupo trabalhista⁸² que se notabilizou pelo dinamismo e heterogeneidade. Essa era uma realidade em âmbito nacional e também se personificava entre os trabalhadores em Sergipe, que possuíam objetivos diretamente proporcionais às posições que ocupavam na hierarquia da profissão. Normalmente, as demandas mais gerais, as que se referiam ao grupo em sua totalidade, eram pleiteadas pelos caixeiros mais bem graduados profissionalmente, visto que detinham

⁸² No início da década de 1920 havia 146. 726 pessoas com profissões definidas em Sergipe e o ramo comercial era responsável por empregar 5.243 trabalhadores. Em Aracaju, o setor comercial empregava 1.414 pessoas e isso correspondia a uma taxa de 37,77% do total das profissões exercidas na capital sergipana. Esse número era considerável e reforçava a importância das atividades comerciais que, em todo o Brasil, empregavam 497. 548 trabalhadores entre brasileiros, estrangeiros, mulheres e homens. Por mais que os dados generalizem e não especifiquem o número de caixeiros, e sim a quantidade de pessoas empregadas nos vários ramos do comércio, ainda assim é considerável a importância do setor comercial e o alto número de empregados que ele concentrava.

Fonte: RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920. População do Brazil, por Estados e Municípios, segundo o sexo, a nacionalidade, a idade e as profissões. Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio (Directoria Geral de Estatistica), 1930. Vol. IV. p. 15, 16, 18, 23, 24. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?acervo=livro&campo=assunto¬qry=&opeqry=&texto=recenseamento%20de%201920&digital=false&fraseexata=>. Acesso em: 19 jul. 2020.

mecanismos de reivindicações ligados aos meandros institucionais, a exemplo da imprensa escrita e das entidades representativas (Associações, Sociedades, Clubes, entre outras).

Por esse motivo, e considerando as várias reivindicações desses profissionais, essa pesquisa deu maior visibilidade às exigências que foram pautadas pelos caixeiros vinculados à Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS) e que dirigiam o jornal *A Classe*, os quais se assenhoravam das reivindicações mais amplas e utilizavam o seu veículo de comunicação para representar os anseios dos indivíduos de maior posição no grupo trabalhista.

Como foi possível visualizar ao longo da pesquisa, os caixeiros eram peças importantes na engrenagem comercial dos centros urbanos e visavam assegurar os seus propósitos, o que reforçava a preponderância do grupo trabalhista. Por conta disso, não era incomum encontrar alguns reclames espalhados pela imprensa que denunciavam o interesse dos empregados em assuntos que os afetavam diretamente e tinham como interlocutores o poder público ou os patrões.

Em Sergipe, os caixeiros, ou pelo menos os que ocupavam posições diretivas na AECS, interessavam-se por questões que diziam respeito tanto ao cotidiano nas casas comerciais quanto àquelas relacionadas às discussões políticas, as quais estavam demarcadas pelos constantes comentários nas folhas do jornal *A Classe*. Os debates em torno da “Semana Inglesa” e a sua implementação no comércio local, assim como a tramitação da “Lei dos domingos e feriados” são exemplos reivindicativos que ilustram essas preocupações e que receberam ampla divulgação na imprensa escrita.

Isso era perceptível na forma como os caixeiros expunham as suas aprovações e reprovações acerca dos temas em pauta, a exemplo do comentário realizado na edição de 31 de julho de 1921 do jornal *A Classe*, em que se posicionavam sobre um determinado projeto de lei municipal. Com o título escrito em letras garrafais, a publicação discorria sobre a tramitação da “Lei dos domingos e feriados” e foi amplamente discutida entre os editores do periódico, que oscilavam entre o entusiasmo e a ressalva. Partindo da iniciativa do Conselho Municipal de Aracaju, a norma estava vigorando novamente, pois, mesmo tendo sido sancionada pelo intendente municipal Antônio Batista Bittencourt (1919-1923), não havia gerado os efeitos desejados para os que labutavam nas tramas comerciais.

Informa a matéria que “o Conselho Municipal acaba de fazer um bonito e justíssimo feito, com a restauração da antiga lei dos feriados, há muito em desuso neste município.”⁸³ Este comentário inicial evidenciava a aprovação dos empregados do comércio, haja vista os benefícios que a determinação legal traria para os que trabalhavam nos vários ramos do setor comercial, principalmente em relação aos ajustes dos períodos trabalhados, que superavam as doze horas trabalhadas a depender da posição ocupada na pirâmide hierárquica da profissão.

O fechamento das casas comerciais durante os domingos e feriados foi visto com entusiasmo pelos caixeiros sergipanos, ainda mais pelo fato disso representar, na compreensão deles, o atendimento a uma reivindicação que dizia respeito à regulação das jornadas de trabalho. A disposição legal tinha a sua relevância por conta da inexistência de uma legislação trabalhista que amparasse a integralização dos direitos trabalhistas, dentre eles a equalização da jornada de trabalho, somente conquistada em um período posterior aos anos 1920. Justamente por isso, as iniciativas do poder institucional precisam ser consideradas, porque elas representam os esforços iniciais de uma luta por direitos que seriam integralizados apenas nas décadas seguintes.⁸⁴

Comentários elogiosos foram preconizados pelos dirigentes da Associação e pelos editores do jornal *A Classe*, por entenderem que a lei beneficiava os empregados no comércio. Entretanto, por não existir uma legislação integralizada que tratasse dos direitos desses trabalhadores urbanos⁸⁵, questões importantes e cruciais relacionadas à lei sancionada eram acordadas diretamente com os patrões, com os poderes municipais ou com os representantes estaduais, causando uma falta de convergência entre os envolvidos.

⁸³ LEI Municipal. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 01. 31 de julho de 1921. p. 02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

⁸⁴ Não obstante a promulgação de algumas normas, o aparato jurídico era insuficiente em termos de uma legislação trabalhista abrangente e sensível às necessidades primordiais dos trabalhadores. Tomando-se como exemplo a redução da jornada de trabalho, apenas com o *Decreto nº 22.033/32* houve uma regulamentação que reduzia a carga horária de doze horas diárias para oito horas. Esta disposição legal, aprovada por Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1932, resultou da insatisfação dos empregados no comércio do Rio de Janeiro que, juntamente com outros trabalhadores, manifestaram as suas queixas diante das condições em que exerciam as suas atividades. Por meio dessa ação, os empregados no comércio conseguiram que a duração normal do trabalho fosse reduzida para oito horas diárias e a quarenta e oito horas semanais, correspondendo a seis dias de trabalho efetivo e um dia de descanso obrigatório.

Fonte: BRASIL. **Decreto nº 22.033/32, de 29 de outubro de 1932**. Altera o decreto nº 21.186, de 22 de março de 1932, que dispôs sobre o horário do trabalho no comércio e aprova o respectivo regulamento. Rio de Janeiro, DF: Chefia do Governo Provisório, 1932.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22033-29-outubro-1932-526775-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 11 jul. 2020.

⁸⁵ Em termos jurídicos, as disposições legais que amparavam os direitos dos empregados no comércio eram as que estavam expressas no *Código Commercial do Imperio do Brazil* e em algumas normatizações do *Código Civil* vigente à época.

Provavelmente foi o que ocorreu em relação à execução da “Lei dos domingos e feriados” na capital sergipana, a julgar pelo teor crítico do jornal em relação a forma como a norma estava sendo elaborada.

No entendimento de um autor anônimo, “infelizmente, a compreensão do efeito que a lei deve produzir entre nós está ainda a desejar melhor juízo, ainda se encontra eivada de conveniências e adaptações pessoais, que muito e muito prejudicam aos interessados.”⁸⁶ Por meio dessa ressalva, temos noção do quanto as normas editadas pelo poder público em muitos casos não cumpriam os seus objetivos de forma plena. Mas por que isso ocorria? Quais os empecilhos encontrados pelos caixeiros, uma vez que a determinação legal os amparava?

Um indicativo sobre o porquê desses impasses estava nos inconvenientes criados pelas reivindicações dos trabalhadores, as quais não possuíam uma aceitabilidade geral, principalmente por parte dos patrões, que se viam prejudicados com as decisões a esse respeito. Os donos de estabelecimentos de maior domínio criavam estratégias para interferir nas entidades organizacionais que representavam os empregados ou em decisões políticas que viessem ao desencontro de seus próprios interesses.

No caso da ingerência patronal nas entidades de ofícios, Popinigis (1998) nos revela que essa fora a maior dificuldade encontrada pelos caixeiros cariocas que, em 1911, pleiteavam o fechamento das portas dos estabelecimentos comerciais em um horário fixado e a jornada de trabalho limitada em não mais de doze horas por dia e em seis dias por semana. Não obstante esses objetivos apresentarem um caráter progressista e pretenderem beneficiar os trabalhadores, eles foram elaborados em meio às rivalidades entre a Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro e a União dos Empregados no Comércio (UEC). O resultado desses embates era desastroso para os caixeiros em geral, pois a Associação era uma entidade dirigida por patrões e defensora da conveniência entre esses e os empregados, o que acabava emperrando a concretização das reivindicações encabeçadas pela UEC/RJ. (POPINIGIS, 1998, p. 125-127).

A intervenção patronal nas entidades de ofício permitia que as petições dos trabalhadores fossem reconfiguradas segundo as intenções dos mandatários, entretanto, em algumas ocasiões, os caixeiros tentavam contornar a situação ao seu favor. Similarmente aos empregados no comércio de Sergipe, que demandavam a fiel execução da “Lei dos

⁸⁶ LEI Municipal. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 01. 31 de julho de 1921. p. 02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

domingos e feriados”, os trabalhadores que atuavam no setor comercial do Rio de Janeiro requeriam a seus patrões o fechamento das portas dos estabelecimentos em um horário fixado. Normalmente, as lojas do comércio carioca fechavam às dez horas da noite (ou mais) e a carga horária era extenuante, podendo ultrapassar as doze horas diárias e foi contra esse cenário que os caixeiros do Rio de Janeiro voltaram as suas queixas. Por mais que tratassem a conquista do fechamento das portas às oito horas da noite como concessão tanto dos patrões quanto da Câmara Municipal, eles reverteram a situação e, posteriormente, viram os pedidos se concretizando em forma de lei. (POPINIGIS, 1998, p. 67-83).

Situação semelhante também foi constatada entre os caixeiros de Pelotas/RS, entre o final do século XIX e o início do XX. Os empregados no comércio da cidade gaúcha iniciaram as suas atividades reivindicatórias por volta de 1879 e objetivavam não somente a conquista de direitos como também a construção de uma identidade. (DUARTE, 2001, p. 145). O intuito dos caixeiros pelotenses era lutar por garantias que se assemelhavam às que estavam previstas na “Lei dos domingos e feriados”, em discussão no Conselho Municipal de Aracaju, isto é, o direito ao descanso dominical e em dias santos. Lograram êxito em suas petições, pois articularam-se com os poderes constituídos (Câmara Municipal e deputados da Assembleia Provincial) e com os membros do alto comércio. A partir de então o comércio pelotense passaria a fechar as suas portas integralmente aos domingos e deixaria de funcionar a partir das três horas da tarde nos dias santos.

Em Sergipe, as tramitações legislativas da “Lei dos domingos e feriados” não ocorriam sem intromissões que modificassem o conteúdo original do texto. As evidências demonstram que a interferência patronal incidiu no próprio Conselho Municipal, tendo em vista que um dos conselheiros era negociante no comércio local, mais especificamente dos setores de secos e molhados a varejo⁸⁷. Esse negociante utilizou de sua influência para interpor uma emenda aditiva ao conteúdo natural da lei, gerando algumas ressalvas em torno da sua aplicabilidade ao submetê-la a interesses específicos, tornando-se parcialmente eficaz em sua execução. O que era para ser uma norma geral, que beneficiaria a todos os empregados no comércio, acabou sendo uma determinação a ser seguida por ramos específicos, pois era “vedado aos estabelecimentos comerciais, em grosso, ou a retalho

⁸⁷ Op cit.

abrirem suas portas aos domingos e dias feriados por lei; exceptuados os de seccos, e molhados a varejo.”⁸⁸

Nesse ponto, percebe-se uma relativa diferenciação entre a aplicabilidade das leis, se se comparar o caso de Sergipe com os outros estados. No que pese as especificidades do tempo e do espaço nos quais os trabalhadores pleitearam os seus direitos, percebe-se similitudes e diferenças entre os processos ocorridos no Rio de Janeiro e em Pelotas/RS com o que aconteceu em Sergipe. As semelhanças residem nos objetivos das regulamentações, as quais, em última instância, contribuiriam para o ajuste da carga horária de trabalho dos caixeiros. As distinções concentravam-se na efetiva participação dos empregados em relação aos trâmites legais, pois, enquanto na Capital Federal e em Pelotas/RS as leis foram propostas com a participação dos caixeiros ou de suas representações, em Sergipe a “Lei dos domingos e feriados” esteve sob tutela do próprio Conselho Municipal, o qual “acaba de fazer um bonito e justíssimo feito”, segundo as palavras dos caixeiros ligados ao jornal *A Classe*.

Em relação à “Lei dos domingos e feriados”, os caixeiros sergipanos apenas se limitaram a acompanhar as discussões parlamentares municipais e notificá-las via imprensa escrita. Não há menção sobre a participação da AECS na propositura da matéria ou do envolvimento dos trabalhadores com os comerciantes locais, como aconteceu no Rio de Janeiro e na cidade gaúcha, a fim de interferirem nas decisões do Conselho Municipal. Havia um interesse geral, por parte dos trabalhadores, em que a lei fosse aplicada, mas a efetiva ação de um comerciante ligado ao ramo de secos e molhados alterou o conteúdo original da lei. Assim, a aplicabilidade da norma ficou submetida aos interesses não dos trabalhadores ou de suas representações, mas de um dos conselheiros que interpôs emenda aditiva que respaldava o ramo comercial em que negociava.

Diferentemente do ocorrido no Rio de Janeiro, onde a interferência patronal era sentida nas entidades representativas dos empregados no comércio, em Sergipe essa ingerência incidiu no órgão público responsável pela aprovação da lei, isto é, no Conselho Municipal. Obviamente, os empregados não deixaram de protestar contra a interferência que o comerciante dos secos e molhados exerceu no Conselho e, por intermédio do jornal *A Classe*, manifestaram a sua reprovação com as seguintes declarações: “Que fizeram a v.sr.

⁸⁸ LEI Municipal. *A Classe*. Aracaju. Ano I, n, 01. 31 de julho de 1921. p. 02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

Conselheiro, os humildes empregados do molhado a varejo, para não gozarem do descanso que essa lei proporciona aos outros seus colegas? Não é isso uma grande injustiça?”⁸⁹

Tais questionamentos revelavam não somente a insatisfação com a mudança no conteúdo original da lei. O fato do conselheiro ser patrão de um ramo como o dos secos e molhados evidenciava tanto as diferenças existentes entre os ramos do comércio quanto as condições peculiares vivenciadas pelos caixeiros, em decorrência dos setores em que atuavam. Demonstrava também um distanciamento intencional estabelecido pelos empregados mais bem graduados em relação aos “humildes empregados do molhado a varejo”, uma vez que estes não exerciam atividades no alto comércio e estavam submetidos a condições materiais mais precárias.

É fato que os comerciantes ligados aos ramos do baixo comércio, especialmente dos secos e molhados, quase sempre se mostraram contrários às normas que limitassem, no entendimento deles, as atividades comerciais e fizessem as portas das casas comerciais fecharem por algum motivo. Essa não era uma excepcionalidade do comércio sergipano, visto que na Pelotas/RS do século XIX os pequenos comerciantes de armazéns, de secos e molhados, eram os que mais questionavam a postura municipal que estabelecia o fechamento das lojas comerciais durante os domingos e dias santos. (DUARTE, 2001, p. 165). Os empregados do alto comércio censuravam o comportamento desses proprietários e por mais que se demonstrassem solidários com os caixeiros do baixo comércio não se enxergavam na mesma condição que os companheiros de ofício, pois as diferenciações na hierarquia da profissão eram marcantes.

Embora possamos contar esses fatos, lamentamos por nossas fontes não permitirem o conhecimento sobre quem era o comerciante integrante do Conselho Municipal de Aracaju. Também não há como afirmar sobre como essa exceção foi encarada pelos patrões vinculados aos ramos que foram obrigados a fechar as portas nos dias especificados. Mas é certo que esse episódio demonstra o quanto as reivindicações dos caixeiros eram permeadas por ingerências patronais, mesmo quando se tratava de assuntos tratados na órbita do poder público.

Nessa relação com os poderes públicos a interferência patronal era sentida, e quando os empregados pleiteavam por alguma causa junto aos donos de estabelecimentos comerciais o cenário tendia a ser parecido. A título de exemplificação, tomemos por base o

⁸⁹ LEI Municipal. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 01. 31 de julho de 1921. p.02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

caso da tentativa de implementação da “Semana Inglesa” no comércio aracajuano, assunto amplamente discutido na imprensa caixeiral e motivo de campo de disputas entre proprietários e trabalhadores.

As reivindicações em torno da adesão à “Semana Inglesa” representavam uma melhor adequação da carga horária de trabalho. Não há uma elucidação do porquê os movimentos trabalhistas nomearem-na dessa forma, mas o grande mérito desse ajuste, o que realmente nos interessa neste ponto, residia na capacidade de flexibilizar a jornada de trabalho que, durante a Primeira República, era extenuante, desregulamentada e adaptada às conveniências patronais. O ajuste era, em sua essência, um regime de compensação de horas trabalhadas que funcionaria da seguinte maneira: o empregado laboraria cinco dias na semana com um acréscimo de horas em sua jornada de trabalho, para obter um descanso parcial ou total durante o sábado, já que o domingo era considerado o dia de descanso natural.⁹⁰

Em linhas gerais, a “Semana Inglesa” representava um mecanismo de negociação entre os mandatários e seus respectivos subalternos, com vistas a chegarem a um acordo sobre a melhor forma de conceder aos empregados um dia de descanso, possivelmente o sábado, além do domingo, ainda que isso acarretasse o excesso de horas trabalhadas em outros dias da semana. Na prática, poderiam ocorrer variações de acordo com a natureza da função exercida ou do ramo em que o prestador de serviço atuava, sendo comum algumas adaptações e flexibilizações, as quais, em muitas ocasiões, acabavam descaracterizando o acordo e pondo em xeque a sua fiel execução.

Esse regime de compensação, que perdura até os dias atuais, não era pleiteado somente pelos caixeiros sergipanos, pois há notícias da sua adesão pelo comércio paraibano, mais especificamente pelo da capital João Pessoa, em um período posterior aos anos 1920. Pelo menos é o que nos informa o jornal *A Noite*, quando informa que “foi aprovado pela Câmara Municipal o projeto que estabelece a semana inglesa para o comércio da capital, excluída o de vilas, aldeias e distritos, atendendo às condições peculiares do mesmo.”⁹¹

⁹⁰ SANTOS, Reginaldo. Regimes de Compensação de Horas. In: Jusbrasil. [S.l.], 03 dez. 2013. Disponível em: <https://rcsantos695.jusbrasil.com.br/artigos/112182081/regimes-decompensacao-de-horas>. Acesso em: 29 abr. 2020.

⁹¹ SEMANA Inglesa na Paraíba. *A Noite*. Rio de Janeiro. Ano XXXVII. n. 12.748. 15 de dezembro de 1947. p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1947_12748.pdf. Acesso em: 14 jul. 2020.

No comércio aracajuano, o ajuste entre patrões e empregados deveria seguir a recomendação, segundo a qual se estabelecia que “o commercio atacadista fechará, impreterivelmente, aos sabbados, ás 12 horas”⁹² e “o commercio retalhista em vez de fechar aos sabbados, ás 12 horas, passa a fechar na quinta-feira, áquela mesma hora.”⁹³ A explicação do porquê ser necessária essa distinção estava na necessidade de organização por parte dos envolvidos na ação, haja vista que se os trabalhadores dos dois setores folgassem em dias iguais a prestação dos serviços seria prejudicada.

Dessa forma, foi constatado um quadro bastante favorável à realização do ajuste entre os comerciantes e os seus respectivos empregados, não impedindo que os acordos andassem de mãos dadas com os conflitos e as divergências. O fato de o acordo nunca ter se efetivado na prática (ao menos entre os empregados do comércio), mesmo que toda a normatividade e planejamento tenham sido expostos na teoria, faz-nos questionar sobre as causalidades desse acontecimento e observar as limitações impostas aos caixeiros.

Os porquês da não efetivação da “Semana Inglesa” no comércio aracajuano são esclarecidos quando se observa a relação cultivada entre os proprietários e os empregados no comércio de Sergipe. Na realidade, como era costumeiro durante a Primeira República, as relações trabalhistas eram calcadas na negociação direta entre os empregadores e os seus subordinados, não existindo uma legislação geral que regulasse os acordos explícitos ou implícitos que advinham desse vínculo. Por essa perspectiva, não há de se estranhar os patrões terem considerado a ideia da “Semana Inglesa” e negociado as regras de funcionamento diretamente com os empregados.

De modo que o episódio repercutiu na imprensa e os próprios caixeiros ligados à AECS verbalizaram o quanto alguns donos de casas comerciais estavam de acordo com a decisão. Em edições do jornal *A Classe*, espalhadas pelo ano de 1922, é possível perceber o envolvimento das firmas “Cruz, irmão & Cia, Sabino Ribeiro & Cia, Silva Ribeiro & Cia e A. Fonseca & Cia., de quem promanara a louvavel idéa”⁹⁴, evidenciando a adesão dos dirigentes das mais importantes casas comerciais existentes na capital sergipana. No ano anterior (1921), parece ter ocorrido a mesma situação, uma vez que não faltou o apoio de industriais e comerciantes locais, a exemplo das “mais conceituadas firmas desta praça,

⁹² A SEMANA Inglesa. Como devemos entender a sua execução entre nós. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 15. 06 de novembro de 1921. p. 02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

⁹³ Op cit.

⁹⁴ THE Half Holy Day. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 28. 05 de fevereiro de 1922. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE, Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

destacando-se dentre elas: Cruz, irmão & Cia., Silva Ribeiro & Cia. e A. Fonseca & Cia., [...] emanado do coronel Affonso Fonseca a benemerita idéa.”⁹⁵

O preço de contar com a benevolência dos chamados homens de negócios e de se aceitar que a participação dos empregados se restringisse a acatar o que foi proposto não demorou a ser sentido entre os trabalhadores. Os mesmos caixeiros que exaltavam a iniciativa dos mandatários, começaram a perceber o quanto o ajuste não estava ocorrendo, nem iria ocorrer de forma plena, iniciando uma série de insatisfações que foram dirigidas à instituição representativa dos comerciários (donos de estabelecimentos) de Sergipe: a Associação Comercial.

Como órgão de classe interessado em defender os objetivos dos comerciantes sergipanos, a Associação Comercial evidenciou a sua importância enquanto instituição agregadora dos interesses comerciais da capital e da província (depois estado a partir da Constituição de 1891). Não obstante o objetivo explícito em defender as classes produtoras ligadas às transações mercantis, a sua esfera de ação ampliou-se, a depender da época e do momento pelo qual passava, ao ponto de ser vista como uma instituição parceira de outros segmentos produtivos.

A Associação dos Empregados do Comércio de Sergipe (AECS) não defendia os interesses da Associação Comercial. Enquanto a primeira representava o segmento trabalhista do comércio, a segunda era um expoente na defesa dos interesses patronais. Contudo, tais discrepâncias não eram suficientes para impedir que a AECS se dirigisse à entidade patronal com o propósito de pleitear alguma causa ou de efetuar solicitações aos dirigentes da casa. As relações de pedir-receber não tornavam a AECS uma instituição congênere da Associação Comercial, apenas revelavam a capacidade de negociação dos caixeiros mais bem graduados e o quanto eles transitavam nas instâncias representativas de um modo geral.

Nos apelos dirigidos à Associação Comercial, alguns caixeiros que estavam nos bastidores do jornal *A Classe*, a exemplo de Godofredo Diniz e José Ludovice, revelavam a preferência pelo não enfrentamento. Desejavam a efetivação dos seus pedidos e os benefícios que poderiam advir, mas sabiam que a estratégia utilizada para tentar lograr êxito deveria ser alicerçada mais na negociação e menos no conflito. Utilizando-se de uma linguagem áulica e com contornos sentimentais, os responsáveis pelas petições (via

⁹⁵ A SEMANA Inglesa. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 17. 20 de novembro de 1921. p.01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

imprensa) eram caixeiros de posições mais elevadas e dirigiam-se aos presidentes da Associação Comercial com vistas a conseguir o apoio da instituição na adoção da “Semana Inglesa”.

Três foram os presidentes da Associação Comercial com os quais os dirigentes da AECS tentaram manter contato, entre eles Maurício Cardoso, Sabino Ribeiro e Manuel Cardoso. Em 1921, os caixeiros lamentavam o declínio do entusiasmo dos comerciantes que propuseram a “Semana Inglesa” e se dirigiam com um certo ar de surpresa pela incompreensão dos patrões, mas “a um, porém, pedimos permissão para especializar a entrega dos nossos interesses nessa questão, e este é o sr. Sabino Ribeiro, digníssimo presidente da Associação Commercial.”⁹⁶ O interesse dos empregados era convencer o presidente da instituição patronal da necessidade de reavivar o tema entre os seus correligionários e, em última instância, fazê-los perceber a necessidade de se implementar o ajuste.

Alterou-se o ano e a chefia da Associação Comercial, entretanto os pedidos continuaram semelhantes na forma e no conteúdo. Ao fazer questão de explicar que a adoção do acordo não prejudicaria nenhuma das partes interessadas, os empregados utilizaram o seguinte argumento para convencer o novo presidente, Manuel Mauricio Cardoso, da importância da causa pleiteada:

Por considerarmos ser o caminho mais seguro e eficaz, para chegarmos a uma aceitável solução, mais uma vez, appellamos para a Associação Commercial, fazendo agora, na pessoa do seu illustre presidente, o sr. Manuel M. Cardoso, que, estamos certos, não desdenhará o nosso apelo [...].⁹⁷

Manuel Mauricio Cardoso cumpriu o seu mandato e Maurício Cardoso assumiu o seu lugar na presidência da Associação Comercial. Não conseguindo o êxito esperado anteriormente, os empregados voltaram a apelar para a agremiação dos comerciantes e enxergaram a possibilidade de colocar o tema da “Semana Inglesa” em pauta novamente, tendo em vista que ficaram “informados de que o illustre e digno Maurício Cardoso, presidente da Associação Comercial do nosso Estado, conforme o nosso apelo, vai agitar,

⁹⁶ A SEMANA Inglesa. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 17. 20 de novembro de 1921. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

⁹⁷ THE Half Holy Day. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 28. 05 de fevereiro de 1922. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

na primeira oportunidade, [...] a questão do estabelecimento da Semana Inglesa, nesta praça.”⁹⁸

Essas correspondências possuíam como interlocutor a Associação Comercial de Sergipe, mas havia uma personalização em seu conteúdo. Muitos dos empregados no comércio de Sergipe acreditavam não somente na representação da instituição como também na capacidade de articulação dos homens que estavam no comando da sua diretoria. Distintos social e economicamente, esses sujeitos possuíam o poder que, no entendimento dos caixeiros, seria suficiente para convencer tanto os demais integrantes da Associação Comercial quanto os donos dos estabelecimentos de um modo geral a aderirem à “Semana Inglesa”.

Considera-se compreensível que os caixeiros possuísem essa percepção acerca dos sujeitos que dirigiam a Associação Comercial, levando em conta a proeminência social deles. A relevância social de Sabino José Ribeiro era incontestável no seio da sociedade sergipana, pois ele foi o fundador da fábrica têxtil Confiança e possuía estabelecimentos comerciais. (SANTOS, 2014, p. 25, 35). Ribeiro dirigiu a Associação Comercial de Sergipe em duas ocasiões: em 1911 e entre 1917 e 1920. Tendo sido um dos presidentes que amargou a fase crítica da instituição, esforçou-se para reativar as suas atividades, mas não logrou êxito por conta do descompasso entre a agremiação e o ritmo de progresso pelo qual passava a cidade de Aracaju. (SANTOS, 1996, p. 18, 24).

Cenário diferente foi experimentado por Manuel Maurício Cardoso na presidência da Associação Comercial de Sergipe, a partir de 1922. Segundo Maria Nely Santos (1996), esse personagem foi o responsável por reativar as atividades da Associação, que se encontravam praticamente desativadas quando ele assumiu a presidência da casa em 1922. (SANTOS, 1996, p. 24). A administração de Manuel Maurício Cardoso foi beneficiada pela conjuntura favorável pela qual a cidade de Aracaju estava passando e foi permeada por tentativas de modernização da instituição, tendo como meta alavancar o número de sócios para o início da construção da nova sede da Associação Comercial, feito consumado apenas em 1925. (SANTOS, 1996, p. 25-26).

Os objetivos desses dois presidentes (Sabino Ribeiro e Manuel Maurício Cardoso) eram indissociáveis dos interesses gerais defendidos pela Associação Comercial. Mesmo que cada mandatário possuísse um perfil diferenciado em relação aos demais e as ações

⁹⁸ A SEMANA Inglesa. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 17. 20 de novembro de 1921. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

encabeçadas fossem determinadas por conjunturas mais amplas, não há como deixar de considerar que o interesse da instituição residia, prioritariamente, em ser a “legitimadora das ações das classes produtoras e de ser a mediadora entre estas e o governo.” (SANTOS, 1996, p. 16). Nesse sentido, é pertinente indagar por que os empregados no comércio de Sergipe recorriam à Associação Comercial, já que esta não era a representante de seus interesses.

Considerando-se que a Associação Comercial defendia os interesses das classes produtoras e a maioria de seus associados eram ligados às diversas frações da classe dominante (proprietários rurais, burguesia industrial e comercial) é interessante notar a vinculação que alguns empregados do comércio, especificamente os de posições mais elevadas, queriam estabelecer com os mandatários. A ausência de um enfrentamento velado por parte dos trabalhadores em relação aos seus patrões, bem como o fato de acreditarem na conquista dos benefícios por meio da negociação/pedido demonstram essas intenções.

As aproximações entre os caixeiros mais bem graduados e a instituição que representava os patrões, ou seja, a Associação Comercial, evidenciam não somente o interesse desses trabalhadores em conseguir apoio para as causas que pleiteavam. A representação que o periódico *A Classe* fez desses profissionais também nos permite enquadrá-los em um patamar elevado na hierarquia da profissão, o que dava uma maior possibilidade de se tornarem patrões. Certamente, o apelo à Associação Comercial guardava essa peculiaridade, pois os pedidos não eram esporádicos e refletiam interesses que estavam para além dos objetivos almejados pelos caixeiros que exerciam atividades mais modestas e que não integravam o corpo diretivo da AECS.

O fato dos objetivos da Associação Comercial espelharem os interesses dos comerciantes e contribuírem para a não efetivação da “Semana Inglesa” foi um acontecimento que pôs em xeque a tática utilizada pelos caixeiros. Apesar disso, esse empecilho parece não ter sido suficiente para fazê-los mudar de postura diante de seus mandatários e da instituição que os defendiam. Falharam nas negociações em torno da adesão à “Semana Inglesa”, mas, por outro lado, conseguiram obter favores em outras circunstâncias, a exemplo do apoio que obtiveram da Associação Comercial quando iniciaram a construção da sede da AECS, na década de 1930.

A iniciativa em contribuir com o apoio financeiro para a conclusão das obras da sede da Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS) partiu de José Luiz de Andrade, tesoureiro da Associação Comercial. Apoiaram-no nessa ideia os diretores

Affonso Quintiliano da Fonseca, Dr. Leonardo Leite, Sabino Ribeiro, Guilhermino Rezende, Camilo de Calazans e Pedro Silveira, juntamente com o presidente Manoel Maurício Cardoso. A nova sede da AECS ficou pronta em 25 de maio de 1931, quando a Associação completava o seu 12º aniversário. (SANTOS, 1996, p. 30-31).

O significado da contribuição financeira dos patrões para a construção da sede institucional denota o atrelamento que havia entre o comando da Associação Comercial e os dirigentes da AECS. Obviamente, essa ação não era desprovida de interesses e objetivava fortalecer as relações profissionais entre os empregadores e os trabalhadores, ou antes, entre os patrões e os caixeiros que exerciam as atividades mais sofisticadas e eram ligados à Associação, os quais eram beneficiados diretamente e em termos específicos.

Tornou-se necessário esse mapeamento para que dissipemos qualquer dúvida a respeito da capacidade de negociação direta entre patrões e empregados. Evidentemente, havia uma desigualdade na capacidade que cada um possuía em promover ações que beneficiassem a coletividade, bem como o poder decisório tendia a concentrar-se nas mãos dos que possuíam os meios de produção, mas isso não anulava a participação dos empregados no comércio local.

As reivindicações tanto no âmbito público quanto na relação direta com os patrões eram permeadas por relações de negociações, muito mais do que de conflitos abertos. Quando remetemos ao caso da “Lei dos domingos e feriados”, que tinha o intuito de proibir a abertura dos estabelecimentos comerciais em tais ocasiões, vimos o quanto um assunto de ordem estritamente pública foi permeado por interesses particulares. Algo que chama a atenção é o interesse dos trabalhadores mais bem graduados nessas discussões, sobretudo, por meio da imprensa escrita e das correspondências dirigidas ao Conselho Municipal de Aracaju, ainda que esse tenha sido usurpado pela ingerência patronal, como também a ligação desses caixeiros com os dirigentes da Associação Comercial de Sergipe.

O caso da “Semana Inglesa” também evidenciou os interesses almejados pelos caixeiros sergipanos e foi um tema permeado por negociações com aspectos personalistas. Dirigiam-se aos patrões e à instituição que representava os mandatários com o intuito de fazê-los perceber o quanto a reposição de horas seria benéfica não somente para os empregados quanto para o comércio de um modo geral, haja vista a maior rotatividade proporcionada pela medida. Com essa estratégia, eles buscavam apoio no conjunto da Associação Comercial e demonstravam aproximações com o patronato, mesmo que isso custasse a não aplicação do ajuste no comércio local.

Selecionar estes dois exemplos de reivindicações trabalhistas, divulgados na imprensa local, tornou-se um exercício de contextualização, no instante em que essas exigências evidenciaram a ausência de uma regulamentação específica das relações trabalhistas. Por esse motivo, não é prudente considerar que os caixeiros (tomados como caso específico) dirigiam-se aos seus patrões ou às instituições de cunho assistencial simplesmente porque queriam.

Notou-se que muitos dos anseios desses caixeiros estavam condicionados às vicissitudes da conjuntura pré-1930, que foi caracterizada pela ausência de uma legislação social capaz de regulamentar os direitos trabalhistas, como também pela crise econômica oriunda da superprodução do café e do contexto pós-guerra. Isso tudo acabou por impulsionar os trabalhadores a adotarem estratégias reivindicatórias específicas, dentre elas a necessidade de dialogar diretamente com os patrões.

É importante frisar também que a “Lei dos domingos e feriados” e a compensação de horas personificada na “Semana Inglesa” constituíam-se em pano de fundo de uma realidade mais ampla no cotidiano dos empregados no comércio. O teor das duas queixas evidencia que os caixeiros estavam em busca do cumprimento de duas regulamentações, uma ao nível das resoluções políticas, já que era o Conselho Municipal quem encabeçara tal discussão, e a outra no contato direto com os proprietários. Contudo, o que é mais interessante observar é a convergência do mesmo interesse que havia em ambas, qual seja, a redução da carga horária de trabalho.

A fiel execução da “Lei dos domingos e feriados”, assim como o apelo para que o comércio sergipano aderisse à “Semana Inglesa” evidenciavam a necessidade de uma regulamentação geral das horas trabalhadas, tanto pelos que labutavam no comércio quanto pelos que trabalhavam em outros ramos. Isso era tão premente que foi utilizado, mesmo que de forma sutil, como argumentação na ocasião das discussões em torno da implementação da “Semana Inglesa”, uma vez que a adoção de tal ajuste “significaria um razoável prêmio ao esforço, por vezes, extraordinário, dos que sem treguas trabalham proveitosamente das 7 às 18 horas.”⁹⁹

Com uma jornada de trabalho que excedia às 11 horas diárias, os caixeiros buscavam uma resolução para esse impasse, entretanto o contexto no qual estavam inseridos não proporcionava algo além das tentativas isoladas que eles encabeçavam.

⁹⁹ THE Half Holy Day. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 28. 05 de fevereiro de 1922. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

Dispunham de uma instituição com características mutualistas, a Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS), que tencionava ajudar os associados e consócios em termos de beneficências e assistencialismos, mas uma organização com vistas a pleitear os direitos trabalhistas essenciais estava em seus estágios embrionários.

Nesse cenário de reivindicações permeadas por negociações diretas e pela ausência de uma legislação trabalhista ampla e irrestrita, os caixeiros sergipanos estabeleceram as suas próprias estratégias e acenaram positivamente para qualquer iniciativa que se referisse aos seus direitos e/ou benefícios. Dessa forma, tornaram-se negociadores hábeis para desenhar um caminho de entendimento com os patrões ou com os poderes públicos, embora não fossem atendidos em todas as reivindicações. Nesse sentido, observou-se ainda ser necessário analisar algumas questões inerentes às tentativas de se ajustar a maioria das atividades desenvolvidas pelos empregados no comércio.

3.4- A LUTA DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO: LEGISLAÇÃO E REGULAMENTOS PARA A PROFISSÃO

As condições enfrentadas pela maioria dos trabalhadores urbanos na década de 1920 eram extremamente precárias. Nas diversas formas de produção persistia o dilema entre o capital e o trabalho, que se caracterizava pela coercibilidade imposta ao trabalhador que realizava a extração do excedente das atividades produtivas. Tal coerção ocorria por conta das inseguranças que marcavam o cotidiano trabalhista, tendo os empregados que conviver com dispensas imediatas após longos anos de serviço, como também com a ausência de uma política de saúde e segurança do trabalho e com a inexistência de uma Previdência Social que os amparasse. (FAUSTO, 1976, p. 105).

O quadro descrito acima era visto em economias mais robustas e não se diferenciava da situação sergipana nos primeiros decênios do século XX. Em relação às condições de trabalho no comércio e na indústria, se a realidade dos trabalhadores que exerciam as suas atividades no cenário urbano de outros estados era permeada pela constante insegurança, pelo fato de terem os seus direitos negados, o cenário não era muito diferente no solo sergipano, tendo em conta a falta de mecanismos de proteção aos trabalhadores em geral.

Longe de tentar fazer, nessa pesquisa, um estudo geral da situação do trabalhador urbano e de suas lides no plano local, tenciona-se apenas observar como uma fração desse

contingente maior de trabalhadores, isto é, os caixeiros de Sergipe, estava inserida nesse contexto. Mais especificamente, buscou-se refletir sobre como a precariedade da legislação trabalhista interferia nas atividades laborais e causava uma certa mobilização entre os empregados do comércio sergipano, os quais adotaram estratégias que visavam a suprir certas lacunas não abarcadas pelo aparato jurídico, ou até mesmo acompanhar as iniciativas de regulamentação da função.

Tendo em vista o exposto anteriormente é preciso considerar que as atividades desempenhadas pelos caixeiros possuíam alguns marcos regulatórios específicos que lhes conferiam certas obrigações e direitos. Até as primeiras décadas do século XX, o *Codigo Commercial do Imperio do Brazil*¹⁰⁰, além das disposições legais operantes em determinadas cidades e estados, regulava as ações desenvolvidas por esse grupo de trabalhadores urbanos. No entanto, mesmo tendo a sua importância para as atividades desempenhadas pelos empregados no comércio, essas legislações não apresentavam uma fiel observância e eram restritas, motivos pelos quais não atendiam às reais necessidades dos caixeiros.

Essas informações revelam que os caixeiros não possuíam uma legislação trabalhista que os beneficiasse diretamente. Por mais que o *Codigo Commercial do Imperio do Brazil* dispusesse sobre as possibilidades de exercício profissional e a relação entre os empregados e os donos das casas comerciais ele se tornou obsoleto com o decorrer dos anos e não conseguia suprir determinadas necessidades do grupo trabalhista. A ausência de normas gerais que regulassem as atividades trabalhistas dos caixeiros também ressoava em sua organização grupal, fazendo-os acompanhar quaisquer ações que se propusessem a interferir nesse âmbito, como as ações decorrentes da atuação parlamentar do então deputado federal Maurício Graccho Cardoso.

Em outra parte dessa pesquisa foram esmiuçadas as realizações políticas desse personagem, tendo sido possível observar como seu mandato, na condição de presidente do estado de Sergipe (1922 – 1926), foi um dos mais visionários e modernizadores durante a Primeira República por ter promovido obras de infraestrutura urbana, construções de repartições públicas, incentivo ao desenvolvimento técnico e científico e outras diligências.

¹⁰⁰ BRASIL. **Lei nº 556, de 25 de junho de 1850.** Institui o Codigo Commercial do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro: Publicada na Secretaria d'Estado dos Negocios da Justiça em 1º de julho de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM556.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%20556%2C%20DE%2025%20DE%20JUNHO%20DE%201850.&text=Art.,1%20%2D%20Podem%20comerciar%20no%20Brasil%3A&text=4%20%2D%20As%20mulheres%20casadas%20maiores,nome%2C%20provada%20por%20escritura%20p%C3%BAblica. Acesso em: 06 de jul. 2020.

Embora tenham sido destacados os feitos de Graccho Cardoso na administração estadual, essas atividades públicas foram precedidas por outras não menos importantes. Em suas vivências no legislativo federal, Graccho demonstrava o seu interesse em propor medidas que visassem ao desenvolvimento das atividades ligadas aos setores agrário, industrial e comercial e tais interesses eram justificados por sua atuação como integrante de uma das comissões permanentes da Câmara dos Deputados. Ao lado de outros dez parlamentares, Cardoso compunha a Comissão de Agricultura e Indústria¹⁰¹, responsável por discutir e apresentar os projetos vinculados aos interesses dos setores produtivos.

Interessante notar que as discussões propostas pela Comissão buscavam resolver os impasses gerados pelo desenvolvimento das principais atividades produtivas do país. Graccho tinha essa consciência e, durante o seu mandato, mostrou-se um congressista atuante e alinhado com a modernização da legislação que regia os interesses agrários, industriais e comerciais. Como bom advogado, o parlamentar propunha inovações ou renovações jurídicas que visavam a uma melhor adequação dos três pilares econômicos do país (Agricultura, Indústria e Comércio), mesmo que nem sempre as suas propostas fossem aceitas ou gerassem satisfações em todos os interessados nas matérias.

Em 25 de maio de 1921, o parlamentar sergipano apresentou à Mesa da Câmara um requerimento em que deixava exposta a sua intenção de elaborar um corpo sistemático de legislação rural. Conforme entendimento do deputado, os códigos rurais eram insuficientes em alguns pontos cruciais, como no direito de propriedade e nas regras relativas à posse, sendo necessário buscar a resolução para esses impasses no código civil. Diante de tais insuficiências, o requerimento solicitava que a Câmara se incumbisse de uma Comissão Especial para a elaboração do Código Rural Brasileiro e iniciasse os trabalhos o quanto antes.¹⁰²

A preocupação de Cardoso centrava-se nas questões agrárias e guardava relação com o fato dele próprio ser criador de bovinos em suas possessões rurais, mas isso não o impedia de ser sensível aos outros assuntos amparados pela Comissão que integrava na Casa Legislativa. Não passaram despercebidos ao seu olhar os assuntos concernentes ao comércio em geral e, mais especificamente, aos que nele trabalhavam. A sensibilização em

¹⁰¹ BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Comissões Permanentes**. Rio de Janeiro, DF. Ano XXXII. n. 32. 9 de junho de 1921. p. 860. Diário do congresso nacional. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD09JUN1921.pdf#page=>. Acesso em: 12 jul. 2020.

¹⁰² BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Requerimento nº 09/21**. Rio de Janeiro, DF. Ano XXXII. n. 20. 26 de maio de 1921. p. 731. Diário do congresso nacional. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD26MAI1921.pdf#page=>. Acesso em: 12 jul. 2020.

torno da situação legal e trabalhista dos empregados no comércio foi uma marca na atuação parlamentar de Graccho Cardoso e não demorou muito para que ele agisse nesse sentido.

Em projeto encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, no dia 13 de dezembro de 1921, Graccho Cardoso elaborou vinte artigos que afetavam diretamente o ofício dos empregados no comércio em suas variadas funções e atribuições.¹⁰³ Possuindo um teor progressista, o *projeto de nº 701* buscava regulamentar a profissão dos empregados do comércio com a alegação de que havia uma ineficiência na legislação trabalhista, se comparada a situação destes trabalhadores com a de outras categorias trabalhistas. O autor da proposição argumentava que as condições de trabalho dos caixeiros eram precárias e não se diferenciavam do contexto dos operários fabris, pois exerciam as suas atividades em ambientes insalubres, tinham uma jornada exaustiva e eram lesados em seus ganhos reais. Entretanto, não havia projetos de lei que buscassem resguardar os direitos dos trabalhadores comerciais na mesma proporção das iniciativas que atentavam na condição dos operários fabris.¹⁰⁴

O legislador entendia que tal desproporção não poderia existir. Se a situação dos que trabalhavam nas casas comerciais era tão precária quanto a dos outros trabalhadores, não poderiam inexistir regulamentações específicas para as atividades desempenhadas pelos caixeiros de todo o território nacional. A precariedade que assolava os empregados nas indústrias também os assolava, mas os empregados no comércio eram menos protegidos e a única prerrogativa que possuíam no exercício da função era a experiência na casa comercial, a qual lhes conferia certa estima perante o patrão. De resto, não possuíam nenhuma garantia de permanência no trabalho, não ganhavam, na maioria dos casos, as gratificações de acordo com os lucros comerciais, as suas jornadas de trabalho eram extenuantes e também inexistia uma lei que protegesse e integralizasse os seus salários.¹⁰⁵

Voltado a interferir nessas questões, o projeto encabeçado por Graccho Cardoso elencava alguns pontos que, uma vez aprovados, beneficiaria os caixeiros em geral.

¹⁰³ BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Projecto nº 701, 13 de dezembro de 1921.** Regula a profissão de guarda-livros e dos empregados do commercio. Autoria: Deputado Graccho Cardoso. Rio de Janeiro, DF: Câmara dos Deputados, [1921]. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD13DEZ1921.pdf#page=>. Acesso em: 12 jul. 2020.

¹⁰⁴ *Op Cit.*

¹⁰⁵ BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Projecto nº 701, 13 de dezembro de 1921.** Regula a profissão de guarda-livros e dos empregados do commercio. Autoria: Deputado Graccho Cardoso. Rio de Janeiro, DF: Câmara dos Deputados, [1921]. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD13DEZ1921.pdf#page=>. Acesso em: 12 jul. 2020.

Contudo, por ser uma categoria muito ampla e permeada por hierarquizações, alguns dos direitos defendidos pela propositura eram usufruídos apenas por uma parcela restrita deles, sobretudo, pelos que exerciam atribuições nos ramos do alto comércio e estavam no topo da hierarquia profissional. Eram esses caixeiros que dirigiam a maioria das entidades de ofício, as quais pleiteavam, junto aos poderes constituídos, as reivindicações mais amplas e que interessavam a todos os trabalhadores do setor comercial.

Associações, Clubes, Sociedades, entre outras instituições, compunham as entidades de ofício em que os caixeiros mais bem graduados se uniam para discutir e propor medidas em favor do grupo como um todo. A proposição do *projeto nº 701* parece ter sido influenciada diretamente pelas petições das entidades representativas dos caixeiros espalhadas por todo o país, haja vista que:

“desde 14 de julho de 1919 que varias associações de empregados no commercio do paiz dirigiram á illustrada e operosa comissão de Legislação Social da Camara uma representação em que solicitavam fossem os caixeiros e demais prepostos de commercio assimilados aos trabalhadores da indústria.”¹⁰⁶

A articulação feita dois anos antes rendera os seus frutos e o projeto estava em andamento em uma das Comissões da Casa Legislativa, todavia outros fatores também contribuíram para que o deputado Graccho Cardoso tomasse a iniciativa em favor dos empregados no comércio do Brasil. Não se pode negligenciar o interesse político em torno dessas questões, ainda mais pelo fato do contingente eleitoral, durante a Primeira República, ser um tanto quanto restrito. Não obstante o interesse em elaborar um projeto que modernizasse a legislação trabalhista em favor dos caixeiros, a intenção do legislador também era a de ampliar o seu universo de eleitores.

Considerando-se que o direito ao voto na Primeira República era seletivo e excludente, os agentes políticos costumavam propor medidas que favorecessem os setores com potenciais votantes. A Magna Carta em vigor na década de 1920 estabelecia duas grandes condições para alguém ser considerado eleitor, isto é, ser cidadão maior de 21 anos e alistado na forma da lei. Consequentemente, esses pré-requisitos acabavam por excluir as pessoas que, no entendimento jurídico, eram incapazes de exercer a cidadania de forma

¹⁰⁶ *Op Cit.*

plena, por exemplo, os mendigos, os analfabetos, as mulheres, os praças e os religiosos sujeitos a voto de obediência que importasse a renúncia da liberdade individual.¹⁰⁷

Como se pode depreender, os caixeiros que se enquadravam nos requisitos poderiam ter direito ao voto, o que acabava chamando a atenção dos agentes políticos. De acordo com Santos (2009), o comportamento político dos empregados no comércio era determinado pela posição que ocupavam na hierarquia profissional, pois, enquanto os trabalhadores do baixo comércio demonstravam uma apatia para com os assuntos políticos, os que se situavam no alto comércio não eram alheios a essas questões. Mais próximos das associações e ocupantes de cargos menos extenuantes, os caixeiros desse último ramo eram mais bem instruídos, inserindo-se nas discussões político-partidárias, na maioria das vezes seguindo a tendência política dos patrões. (SANTOS, 2009, p. 88-90).

Os caixeiros eram aptos a serem eleitores e, mesmo que muitos não colocassem em prática esse direito ou que fossem guiados por seus superiores em suas escolhas, ainda se constituíam como um contingente eleitoral importante. O projeto de Graccho Cardoso também levou isso em consideração e via os empregados no comércio como “uma categoria de operários, importante por seu número e por sua hierarquia social, pelos elementos que a compõem e pelo papel econômico que lhe é dado desempenhar [...], intermediária natural entre os que produzem e os que consomem.”¹⁰⁸

Nesse sentido, a elaboração do projeto que regulamentava a profissão de caixeiro não pode ser vista apenas como um ato de voluntariedade ou de doação. Diversos interesses permeavam o campo político em que Graccho Cardoso transitava, não podendo ser negligenciados os objetivos da Comissão de Agricultura e Indústria, da qual era membro, nem as reivindicações apresentadas pelas entidades que representavam os empregados no comércio espalhadas por todo o país. As razões para que a propositura fosse encaminhada tinham esses fundamentos e os pontos nela defendidos eram extremamente importantes para o exercício profissional dos caixeiros. Como já foi apontado, o documento possuía vinte artigos que determinavam diversos melhoramentos para a categoria, sendo mais cruciais os que regulamentavam o registro profissional, as horas trabalhadas, o trabalho

¹⁰⁷ BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Título IV. Seção I. Art. 70. p. 15. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

¹⁰⁸ BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Projecto nº 701, 13 de dezembro de 1921**. Regula a profissão de guarda-livros e dos empregados do commercio. Autoria: Deputado Graccho Cardoso. Rio de Janeiro, DF: Câmara dos Deputados, [1921]. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD13DEZ1921.pdf#page=3>. Acesso em: 12 jul. 2020.

exercido pelas mulheres e pelos menores de idade, o horário de fechamento das casas comerciais e a instrução educacional dos empregados.

O Art. primeiro do *projeto nº 701* é digno de menção, tendo em conta a sua intenção de ajudar os caixeiros nas lides burocráticas que regiam o exercício da função. O *Codigo Commercial do Império do Brazil* normatizava que os caixeiros “antes de entrarem nos seus exercícios, devem receber de seus proponentes uma nomeação por escripto”¹⁰⁹, mas essa era uma disposição que favorecia muito mais os patrões do que os empregados. Por mais que não declarasse explicitamente essa intenção, o documento regulamentava uma medida que estava atrelada à ideia segundo a qual o caixeiro precisava ser controlado pela autorização de seus patrões e, em última instância, somente exerceriam as suas atividades profissionais com o aval dos mandatários.

O projeto não abolia o pré-requisito exigido pelo *Codigo Commercial do Imperio do Brazil*, ou seja, a autorização para o exercício da função de caixeiro, entretanto buscava promover a institucionalização do procedimento. A proposta era que a nomeação do empregado fosse precedida de um título de nomeação a ser pago no Registro Público do Comércio, órgão responsável pelo controle de tais operações.¹¹⁰ Na prática, a intenção da propositura era estabelecer que nenhum caixeiro pudesse “entrar em exercício do cargo que houvesse de desempenhar, sem que primeiramente tenha pago, na repartição fiscal, o respectivo sello de nomeação.”¹¹¹ Tal medida era importante porque transferia ao poder público a responsabilidade pela emissão do documento que garantia o exercício profissional dos caixeiros, embora gerasse encargos para os empregados e não os eximissem totalmente da vigilância patronal.

Pelo fato de não revogar o Art. noventa e um do *Codigo Commercial do Imperio do Brazil*, o projeto apresentava apenas um teor reformista que institucionalizava um

¹⁰⁹ BRASIL. **Lei nº 556, de 25 de junho de 1850.** Institui o Codigo Commercial do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro: Publicada na Secretaria d’Estado dos Negocios da Justiça em 1º de julho de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM556.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%20556%2C%20DE%2025%20DE%20JUNHO%20DE%201850.&text=Art.,1%20%2D%20Podem%20comerciar%20no%20Brasil%3A&text=4%20%2D%20As%20mulheres%20casadas%20maiores,nome%2C%20provada%20por%20escritura%20p%C3%ABlica. Acesso em: 06 de jul. 2020.

¹¹⁰ O PROJECTO do deputado Graccho Cardoso. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 23. 01 de janeiro de 1922. p. 02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

¹¹¹ BRASIL. Congresso Nacional. Camara dos Deputados. **Projecto nº 701, 13 de dezembro de 1921.** Regula a profissão de guarda-livros e dos empregados do commercio. Autoria: Deputado Graccho Cardoso. Rio de Janeiro, DF: Camara dos Deputados, [1921]. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD13DEZ1921.pdf#page=3>. Acesso em: 12 jul. 2020.

procedimento de admissão trabalhista. O novo ordenamento jurídico não conflitava com o *Codigo Commercial do Imperio do Brazil*, o qual estipulava que a “falta de nomeação ou do registro priva os Propostos, Guarda-livros, e caixeiros do gozo de todo e qualquer favor concedido pela lei aos da sua classe, e aos actos por elles praticados.”¹¹² Isso demonstrava o quanto os caixeiros precisavam manter uma boa relação nas casas comerciais em que atuavam, pois poderiam ter as suas nomeações negadas caso não houvesse um acordo verbal entre as partes.

Outra cláusula contida no projeto e de suma importância para os empregados no comércio era a de número oito. O texto revela que a intenção do dispositivo legal era estabelecer que “Em nenhum dos seis dias da semana, o trabalho diario nas diversas categorias de casas ou estabelecimentos commerciaes, para os respectivos empregados, poderá ultrapassar de oito horas, ou sejam quarenta e oito horas por semana.”¹¹³ Como já foi referido, a regularização da jornada de trabalho era uma reivindicação não somente dos empregados no comércio, mas também era uma pauta que interessava os mais variados grupos trabalhistas, sendo responsável por uma das maiores greves existentes na Primeira República, a Greve Geral de 1917, que ocorreu em São Paulo e mobilizou setores da indústria e do comércio.

A inclusão dessa pauta demonstrava a permanência de relações laborais baseadas em uma dinâmica de exploração laboral, como também refletia a despreocupação com a saúde do trabalhador e a preponderância do lucro sobre qualquer outra situação. Por esse ângulo, a reivindicação dos empregados no comércio pela redução das horas trabalhadas atrelou-se às mobilizações de outros setores profissionais, apresentando-se como um exemplo de luta que fortaleceu e beneficiou não somente a classe caixeiral, mas ainda os trabalhadores de um modo geral, haja vista que a conquista desse direito se consolidou posteriormente com a promulgação do *Decreto nº 22.033/32*, aprovado por Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1932. Por mais que a conquista das oito horas de trabalho fosse

¹¹² BRASIL. **Lei nº 556, de 25 de junho de 1850.** Institui o Codigo Commercial do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro: Publicada na Secretaria d’Estado dos Negocios da Justiça em 1º de julho de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM556.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%20556%2C%20DE%2025%20DE%20JUNHO%20DE%201850.&text=Art.,1%20%2D%20Podem%20comerciar%20no%20Brasil%3A&text=4%20%2D%20As%20mulheres%20casadas%20maiores, nome%2C%20provada%20por%20escritura%20p%C3%ABlica. Acesso em: 06 de jul. 2020.

¹¹³ BRASIL. Congresso Nacional. Camara dos Deputados. **Projecto nº 701, 13 de dezembro de 1921.** Regula a profissão de guarda-livros e dos empregados do commercio. Autoria: Deputado Graccho Cardoso. Rio de Janeiro, DF: Camara dos Deputados, [1921]. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD13DEZ1921.pdf#page=3>. Acesso em: 12 jul. 2020.

alcançada somente após a decretação de Vargas, o projeto de Graccho Cardoso já assinalava essa necessidade e defendia esse direito.

Atrelando à diminuição da carga horária e a sua fixação nas oito horas diárias, o projeto do deputado Graccho Cardoso também visava regularizar a situação dos menores de idade e das mulheres que trabalhavam nas lides comerciais. Preocupavam-se com essa problemática o Art. quarto e o Art. quinto da proposta parlamentar, nos quais se podia observar uma intenção do deputado em interferir em temas sensíveis e que há muito tempo estavam presentes no mundo do trabalho. A mão de obra infantil como também as atividades trabalhistas desenvolvidas por mulheres era uma realidade no universo fabril e nos trabalhos de cunho doméstico, e, a julgar pela preocupação em inseri-los no projeto, constituíam importantes alternativas no ramo comercial.

A utilização de menores de idade nos trabalhos comerciais ainda hoje é uma realidade para muitas famílias, de modo que não chega a ser uma constatação que cause espanto. Em seu estudo de caso, a historiadora Lenira Menezes Martinho (1993) identificou a presença de crianças labutando na condição de caixeiro, em pleno século XIX, como uma prática aceitável socialmente. Segundo a autora, jovens com idade entre 12 e 14 anos eram frequentemente utilizados nas lojas comerciais do comércio carioca, exercendo atribuições tipicamente de aprendizes como também aquelas desempenhadas pelos caixeiros mais velhos, por exemplo a venda de mercadorias e a efetuação de cobranças. (MARTINHO, 1993, p. 81-83).

Apesar dessa constatação se relacionar a um período anterior ao que lidamos, não é imprudente pensar que a utilização de crianças nos ofícios caixeirais era uma realidade concreta e que se prolongou na centúria seguinte. A percepção de que tanto crianças quanto mulheres poderiam ser úteis nas atividades comerciais contribuía para que ambos fossem vistos como mão de obra a ser aproveitada pelos patrões e a maior prova disso se encontra na não proibição do trabalho desempenhado por ambos. Na realidade, o projeto do deputado Graccho Cardoso em nenhum momento chegava a tratar do assunto em termos proibitivos, apenas buscava alguma solução pela via da regularização.

De acordo com a letra da lei, percebe-se que a discussão em relação ao trabalho desempenhado pelos menores e pelas mulheres continha uma visão mais técnica que buscava a regularização das horas trabalhadas e uma melhor instrução para os menores. O autor do documento acreditava que eles deveriam ser estimulados pelo ensino formal, especificamente os jovens que se enveredavam pelos ofícios caixeirais, tendo em conta as

necessidades impostas pela natureza da profissão que exigia noções de leitura e matemática.

Desse modo, as propostas defendidas por Graccho consideravam como de suma importância a elevação do nível instrucional dos empregados no comércio, especialmente dos neófitos, isto é, aqueles jovens que estavam aprendendo o ofício e realizavam atividades sob supervisão de um caixeiro mais experiente. Portanto, não é de se estranhar a delegação da responsabilidade em incentivar o ensino entre os caixeiros, a qual, segundo previsão contida no projeto, caberia aos patrões ou prepostos, como pode ser visto nas seguintes palavras:

Todo o menor admittido como aprendiz em casa ou estabelecimento commercial deverá saber ler, escrever e fazer, desenvoltamente, as quatro operações fundamentaes, sob pena de multa de quinhentos a um conto de réis ao commerciante ou firma que o tenha acceito como tal. Ao commerciante ou firma que admitir aprendizes caberá a obrigação durante o respectivo contracto de aprendizagem de velar pela educação profissional ao mesmo, matriculando-o no curso nocturno de qualquer Escola de Commercio, e provendo-os dos meios materiaes de poder frequenta-la.¹¹⁴

Na prática, o legislador tencionava ampliar uma exigência comum a alguns caixeiros, já que a instrução era um dos meios encontrados por esses trabalhadores para obterem ascensões profissionais. Muito embora fosse uma necessidade da profissão, o acesso à instrução oferecida pelo ensino regular ou pelas escolas de comércio sofria diversas restrições que iam desde as distinções existentes entre os empregados até as limitações estruturais inerentes a cada localidade onde os trabalhadores atuavam.

Nunca é demais recordar o quanto o ensino formal ou as aulas ofertadas nas escolas do comércio eram direcionadas, em alguns casos, aos caixeiros que atuavam nos meandros do alto comércio e que precisavam lidar com operações financeiras, contabilidades e outras exigências específicas. (SANTOS, 2009, p. 37). Além do mais, a depender do lugar onde os empregados desempenhavam as suas funções, eles não contavam com a oferta de nenhuma

¹¹⁴ BRASIL. Congresso Nacional. Camara dos Deputados. **Projecto nº 701, 13 de dezembro de 1921.** Regula a profissão de guarda-livros e dos empregados do commercio. Autoria: Deputado Graccho Cardoso. Rio de Janeiro, DF: Camara dos Deputados, [1921]. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD13DEZ1921.pdf#page=3>. Acesso em: 12 jul. 2020.

modalidade de ensino e essas limitações tornavam o projeto ainda mais pertinente em seus objetivos, porque buscava ampliar um direito que não era acessível a todos os empregados.

A preocupação em incluir na proposta parlamentar temas importantes para a regulamentação da profissão, tais como a nomeação desses empregados junto ao órgão responsável (Registro Público do Comércio), a diminuição da carga horária trabalhada, o regramento dos trabalhos desempenhados por menores e mulheres e o direito ao estudo por jovens aprendizes demonstram a importância do ofício de caixeiro nas atividades comerciais. Para além dos pontos elencados, o legislador incluiu outros não menos importantes em sua proposta, como o Art. nono que tratava do horário de funcionamento das casas comerciais.

Esse item estabelecia que as Câmaras Municipais deveriam fixar um horário específico para o fechamento das casas comerciais, sendo essa uma responsabilidade que deveria ser delegada aos poderes locais. No projeto ficava evidenciado o quanto as Câmaras se responsabilizariam pela fiscalização da abertura e do fechamento dos estabelecimentos situados na malha comercial, externando uma necessidade de regularização das atividades ali desempenhadas¹¹⁵. Nesse sentido, a proposta buscava resolver um impasse que há muito tempo imperava nas relações entre patrões e empregados, isto é, as arbitrariedades com relação ao tempo em que os trabalhadores cumpriam as suas tarefas nas casas de comércio.

Novamente, tem-se mais uma propositura contendo a redução da carga horária como pano de fundo principal. A proposta visava à fiscalização de uma prática muito comum entre alguns ramos do comércio, principalmente aqueles vinculados ao atendimento das necessidades básicas (secos e molhados e o varejista em geral), os quais, em alguns casos, não estabeleciam um horário fixo para o fechamento de suas portas. Essa era uma situação bem corriqueira no comércio sergipano em geral e fazia parte do cotidiano dos caixeiros tanto na capital quanto no interior, sendo a situação dos que trabalhavam nesse último ainda mais problemática, já que era “verdadeiramente esdrúxulo o critério adotado para o fechamento!”¹¹⁶

¹¹⁵ BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Projecto nº 701, 13 de dezembro de 1921**. Regula a profissão de guarda-livros e dos empregados do commercio. Autoria: Deputado Graccho Cardoso. Rio de Janeiro, DF: Câmara dos Deputados, [1921].

Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD13DEZ1921.pdf#page=3>. Acesso em: 12 jul. 2020.

¹¹⁶ O PROJECTO do deputado Graccho Cardoso. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 23, 01 de janeiro de 1922. p. 02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

De fato, a arbitrariedade dos proprietários tornava a fixação dos horários de abertura e fechamento dos estabelecimentos uma necessidade premente aos que se sentiam prejudicados com os desmandos patronais. A regulamentação do funcionamento das casas de comércio fez-se notar muito antes dos anos 1920 e não passou despercebida por Fabiane Popinigris (1998). De acordo com as investigações da historiadora, a iniciativa em elaborar o projeto partiu de Leite Ribeiro, intendente da cidade do Rio de Janeiro, que o apresentou ao Conselho Municipal com vistas a estabelecer um teto mínimo de horas trabalhadas pelos empregados do comércio carioca no início do século XX. Ficava estabelecido que nenhum empregado em casas comerciais poderia trabalhar mais de doze horas por dia e mais de seis dias por semana (POPINIGRIS, 1998, p. 120) e, para que isso fosse viabilizado, era crucial a regularização do horário de funcionamento das instalações comerciais.

As disposições desse projeto previam para o comércio efetuado no Rio de Janeiro algumas determinações que alteravam as normas seguidas tanto pelos empregados quanto pelos patrões. A grande problemática residia não no horário de abertura dos estabelecimentos comerciais, mas na determinação de um momento certo para que as casas pudessem suspender as suas atividades e, especialmente, quais setores deveriam seguir as novas regulamentações. Justamente por isso, o autor do projeto fez uma distinção entre os ramos do comércio e abriu exceções para alguns setores, as quais favoreciam determinadas sociedades comerciais, a exemplo das padarias, as casas de secos e molhados e as tavernas, pois essas não precisavam fechar as suas portas no horário fixado, às sete horas da noite, mas às oito horas. (POPINIGRIS, 1998, p. 120).

A regulamentação do funcionamento das casas de comércio era uma necessidade no cotidiano dos caixeiros. Em um contexto permeado pelas arbitrariedades patronais e pela ausência de uma legislação que conseguisse estabelecer regras específicas no âmbito comercial, as iniciativas dos homens de governo eram acolhidas pelos representantes dos empregados no comércio. Essas diligências individuais, dentre elas a do deputado Graccho Cardoso, externavam a necessidade de se transferir o poder de normatizar a organização do trabalho do âmbito privado para a órbita pública, além de elevar a importância dos caixeiros enquanto integrantes do funcionamento da engrenagem comercial.

As intenções dos agentes políticos em relação aos caixeiros eram permeadas por circunstâncias muitas vezes difíceis de precisar. No caso da ação legislativa encabeçada por Graccho Cardoso temos subsídios suficientes que nos ajudam a pensar nas motivações que levaram o agente político a direcionar o seu olhar para as necessidades dos empregados no

comércio, em geral. O parlamentar era condicionado tanto por objetivos institucionais, uma vez que integrava a Comissão que cuidava dos interesses comerciais do país, quanto por propósitos eleitorais, se considerarmos a possibilidade dos caixeiros votarem nas eleições, ainda mais em um período em que o exercício desse direito era restrito. Obviamente, nada disso tira o mérito da iniciativa, a qual buscava ajustar os acordos que regiam as relações trabalhistas no setor comercial, assim como evidenciava a necessidade de ampliação dos direitos caixeirais.

As iniciativas dos legisladores também eram resultantes da ineficiência dos mecanismos ou órgãos que regiam as relações trabalhistas durante a Primeira República. De acordo com Ângela de Castro Gomes (1988), somente em 1930 foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), que passou a estabelecer uma nova relação trabalhista no Brasil. (GOMES, 1988, p. 176). Sem entrar nos pormenores da discussão em torno dos novos problemas suscitados pela criação do MTIC, foi notório o quanto esse órgão estabeleceu uma reorientação na organização dos trabalhadores de um modo geral e a sua ingerência nas entidades de ofícios.

Considerando essas especificidades, é interessante notar o quanto o projeto do deputado Graccho Cardoso recebeu aprovações e reprovações. Os caixeiros ligados à Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS) produziram discursos a respeito da iniciativa e registraram as suas impressões nas folhas do jornal *A Classe*. Segundo eles, o parlamentar sergipano “estendeu sua esfera de acção a nossa classe, concedendo-lhe favores e direitos outros até então não assegurados pelos poderes públicos”¹¹⁷. Entusiasmados com o projeto, os empregados prosseguiram com as lisonjas, chegando a exaltar a coragem de Cardoso, por meio de um discurso eivado de referências positivas:

O deputado Graccho Cardoso, num momento de feliz arrebo, sem medir as consequências da crítica interesseira que medra e se alastra pela imprensa hodierna, sem temer os gritos dos parlamentares commerciantes, apresentou a consideração da Camara o projecto que vimos de nos referir, o qual muito honra o seu autor e enche de viva satisfação uma classe poderosa, ordeira e coherente.¹¹⁸

¹¹⁷ O PROJECTO do deputado Graccho Cardoso. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 23, 01 de janeiro de 1922. p. 02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE, Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

¹¹⁸ O PROJECTO do deputado Graccho Cardoso. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 23, 01 de janeiro de 1922. p. 02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

Por mais que exagerassem no tom com o qual agradeciam a iniciativa do parlamentar, os caixeiros atuantes nos bastidores da Associação demonstravam, em seu discurso jornalístico, as possíveis resistências que o projeto enfrentaria no Congresso ou fora dele e o quanto Graccho Cardoso não se deixaria abater por tais circunstâncias. A imprensa local, por meio do jornal *A Classe*, acenou positivamente para a proposta por se tratar de uma medida que afetaria não somente os empregados no comércio de Sergipe como também os de todo o Brasil. O projeto do deputado sergipano também foi amplamente veiculado pelos periódicos de outros estados da Federação, sendo apoiado ou rejeitado a depender da vertente editorial.

O jornal carioca *O Paiz* também repercutiu a tramitação do projeto e teceu comentários positivos a respeito da proposta. Em matéria publicada na edição de 14 de dezembro de 1921, de autoria desconhecida, há considerações positivas acerca do texto, descrevendo-o como lógico e justo. O autor considerava a proposição útil pelo fato de conciliar os interesses das partes envolvidas, garantindo o quanto “no projecto do deputado sergipano nada se vê que importe em prejuizo dos patrões, ou em excesso de regalias dos empregados.”¹¹⁹ Acrescentava ainda que o texto tinha um “excellente aspecto de equidade, o que vale dizer que a sua applicação poderá ser feita serenamente, sem resistencia, nem hostilidade, porque a todos igualmente aproveita, pondo fim a uma situação injustificável.”¹²⁰

A aprovação do jornal *O Paiz* e a sua inclinação a favor do projeto repercutiram entre os interessados na propositura e, em razão disso, uma comissão de empregados no comércio se dirigiu até a redação do jornal para solicitar ampla divulgação do texto parlamentar. A visita foi detalhada da seguinte forma: “uma comissão de empregados no commercio veio pedir o apoio deste jornal para diversos artigos do projecto, principalmente para as que se referem às horas de trabalho e à estabilidade nos logares [...]”¹²¹ Os empregados recorriam ao jornal, pois acreditavam na função social da imprensa como formadora de opinião e sabiam que a ênfase nas principais pautas acarretaria em uma maior mobilização.

¹¹⁹ LOGICO e Justo. **O Paiz**. Rio de Janeiro. Anno XXXVIII, n. 13. 569. 14 de dezembro de 1921. p. 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=8153. Acesso em: 10 jul. 2020.

¹²⁰ Op cit.

¹²¹ OS EMPREGADOS no commercio e novos impostos. **O Paiz**. Rio de Janeiro. Anno XXXVIII, n. 13. 575, 20 de dezembro de 1921. p. 04. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=8210. Acesso em: 10 jul. 2020.

Todavia, o projeto não seria unânime entre todos os que se interessavam por ele. Existiam setores do ramo comercial que estavam incomodados com as cláusulas do texto encaminhado à Câmara, sobretudo aqueles ligados ao patronato ou às entidades que representavam os interesses dos proprietários. Novamente, recorreremos às folhas do jornal *O Paiz* para demonstrar a repercussão que o projeto estava ganhando entre os interessados e, dessa vez, evidenciava-se as reprovações em relação à iniciativa. As instituições patronais reagiram e, diferentemente do que era alegado nas matérias que apoiavam a aprovação do texto, os seus representantes previam ter prejuízos decorrentes das obrigações que seriam impostas.

Por meio de telegramas enviados à Liga do Comércio do Rio de Janeiro, a Associação Comercial de São Paulo chamava a atenção dos seus correligionários cariocas para a necessidade de resistência ao projeto encabeçado por Graccho Cardoso. Os editores de *O Paiz* transcreveram a mensagem enviada, a qual expressava as seguintes ideias: “o projecto estabelece pesados onus a nossa classe consignando ainda exigencias cuja pratica acarretaria sérios embaraços [...]. Pedimos seus esforços afim não seja convertido em lei.”¹²² O patronato reagia de maneira contundente e não concordava que as cláusulas do projeto fossem benéficas aos donos de estabelecimentos comerciais, nem visualizavam a medida em termos de equidade. Deixavam claro, por fim, que a aplicação da futura lei deveria ser impedida e contrapunham-se aos que pensavam na ausência de resistências ou hostilidades ao projeto.

Ao passo que discordava das medidas que beneficiavam os caixeiros, o patronato deixava claro para os empregados o quanto as aproximações entre ambos tinham um limite. Como mencionado em outro momento, o segmento dos trabalhadores que mais se aproximava dos patrões era aquele composto pelos caixeiros mais bem qualificados e que exerciam funções no alto comércio. Eram esses que coordenavam e dirigiam as entidades de ofício, como as Associações, os Clubes e as Sociedades, as quais buscavam representar os empregados em geral e propunham soluções para os problemas que afligiam os caixeiros, enquanto grupo trabalhista. Situados em uma posição ambígua, os caixeiros mais bem graduados tencionavam seguir as inclinações patronais, mas sem se desgarrarem das preocupações com as demandas dos seus pares.

¹²² O IMPOSTO sobre vendas. **O Paiz**. Rio de Janeiro. Anno XXXVIII, n. 13. 573. 18 de dezembro de 1921. p. 11. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=8203. Acesso em: 10 jul. 2020.

Evidentemente, essa postura rendeu benefícios e malefícios aos empregados no comércio, a depender de como os patrões analisavam as situações. Quando as reivindicações se referiam aos interesses imediatos dos caixeiros mais bem graduados ou das entidades que eles encabeçavam, os patrões tendiam a acatar os pedidos e promover ações que demonstrassem a suposta boa relação entre uns e outros. Tal circunstância foi visualizada quando citamos a ajuda financeira que a Associação Comercial de Sergipe destinou para a construção da sede administrativa da Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS). Entretanto, quando a pauta era ampla e envolvia a regularização das atividades desempenhadas pelos trabalhadores comerciais em suas mais variadas funções, a resistência patronal vinha à tona.

O projeto do deputado Graccho Cardoso sofreu oposições justamente por não buscar atender apenas a uma parcela dos empregados no comércio, estabelecendo que os benefícios seriam gerais e amparariam a todos os caixeiros do país, sem distinção de sexo ou idade. Certamente, tratava-se de um projeto progressista dentro do campo jurídico e trabalhista, mas, devido a sua abrangência e pela conjuntura em que foi apresentado ao parlamento brasileiro, não conseguiu ser efetivado em sua plenitude. Uma das cláusulas mais importantes da proposta parlamentar, a redução da carga horária de trabalho, somente foi consolidada por meio do *Decreto nº 22.033/32*, aprovado em 29 de outubro de 1932.

Outra evidência da não efetivação total do projeto diz respeito à falta de assistência aos empregados que sofriam algum tipo de acidente no trabalho. O Art. dez dispunha sobre a obrigação do comerciante em prestar assistência médica e farmacêutica ao empregado acidentado¹²³, mas essa disposição não era cumprida no cotidiano trabalhista de muitos caixeiros. Somente em 1923, a Câmara dos Deputados resolveu reformar a lei de acidentes do trabalho e o Conselho Nacional do Trabalho, ao ser convidado pelo Senado Federal para estudar a medida, resolveu estender os benefícios da lei aos “operarios, aos empregados do commercio e aos da agricultura [...]”¹²⁴, salientando o quanto esse era um direito não

¹²³ BRASIL. Congresso Nacional. Camara dos Deputados. **Projecto nº 701, 13 de dezembro de 1921**. Regula a profissão de guarda-livros e dos empregados do commercio. Autoria: Deputado Graccho Cardoso. Rio de Janeiro, DF: Camara dos Deputados, [1921]. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD13DEZ1921.pdf#page=>. Acesso em: 12 jul. 2020.

¹²⁴ BRASIL. Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas. **Relatório de Atividades** (introdução). Rio de Janeiro, DF: Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, 1926, p. 310. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873730&pesq=%22empregados%20no%20com%C3%A9rcio%22&pasta=ano%20192>. Acesso em 12 jul. 2020.

adquirido pelos caixeiros. Aqui está mais uma razão para acreditarmos na não aprovação do projeto encabeçado por Graccho Cardoso ou, pelo menos, na sua inexecução.

Considerando essas ambiguidades, procurou-se observar como os caixeiros, de um modo geral, e os que atuavam no comércio de Sergipe, em especial, situavam-se em meio a essas discussões. Se comparada a outras categorias de trabalhadores urbanos, os empregados do comércio eram amparados por uma legislação específica que dispunha como as atividades comerciais deveriam ser desempenhadas por esses trabalhadores. Todavia, a mesma legislação carecia de ajustes que, com o passar dos tempos, tornaram-se inevitáveis e imprescindíveis.

Nesse sentido, é importante notar o quanto algumas disposições do *projeto nº 701* iam em direção oposta ao que era determinado pelo *Código Commercial do Imperio do Brazil*, que era voltado mais para as necessidades dos comerciantes do que para as dos empregados. Regular as normas seguidas pelos trabalhadores do ramo comercial era necessário não somente pela obsolescência do *Código Commercial do Imperio do Brazil*, mas, sobretudo, pela conjuntura na qual os caixeiros estavam inseridos, caracterizada por não possuir uma legislação trabalhista sistematizada e integral.

Os problemas que afligiam aos demais trabalhadores urbanos também incidiam sobre os caixeiros (enquanto grupo trabalhista) e faziam com que as suas atividades fossem desenvolvidas sob condições não desejadas. Era esse impasse que as tentativas de regulamentação pretendiam resolver e que o projeto do deputado Graccho Cardoso se caracterizou como uma das diligências que procurou incluir ou ampliar direitos aos empregados no comércio. Não obstante a sua ineficácia, o texto sinalizava para necessidades que seriam atendidas posteriormente e a sua importância residia na capacidade de englobar os caixeiros do país inteiro, já que se tratava de uma matéria submetida ao legislativo federal.

As reivindicações dos caixeiros tramitavam nas instâncias públicas e eram negociadas com as instituições patronais. Contudo, não podemos supor que os caixeiros estavam ausentes dessas negociações ou que as iniciativas dos agentes políticos, como a de Graccho Cardoso, desconhecem a capacidade de articulação desses trabalhadores. O fato da imprensa caixeiral, especialmente o jornal *A Classe*, ter publicado edições comentando os projetos de lei ou as tentativas de acordos que se referiam aos seus direitos demonstravam a participação dos empregados ao menos nas discussões públicas sobre esses assuntos.

Sendo assim, por mais que fossem diversificados e não passassem pelas mesmas privações, a depender da posição que ocupavam, os caixeiros eram agentes sociais que queriam conquistar direitos que beneficiassem toda a categoria. Em Sergipe, foram os empregados ligados à Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS) e representados pelo jornal *A Classe* que assumiram a posição de guardiões dos direitos inerentes aos demais empregados no comércio. As circunstâncias mostraram o quanto as estratégias deles eram eficientes na conquista de favores específicos (*ver* pág. 111-112), mas esbarravam quando tentavam alcançar direitos mais amplos. Apesar disso, salientavam a sua capacidade de reivindicação em um momento em que inexistiam condições ideais para a conquista de direitos trabalhistas amplos e irrestritos. Observar as reivindicações dos caixeiros sergipanos nos faz refletir sobre a trajetória de mulheres e homens que lutaram por melhores condições de trabalho e constatar que os direitos trabalhistas não foram doados, e sim conquistados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caixeiros que labutavam em Sergipe foram estudados em consonância com as peculiaridades dos aspectos contextuais e das caracterizações produzidas sobre eles. Nesse sentido, questionamentos acerca do lugar onde tais sujeitos atuavam, do tempo histórico em que estavam situados e do quanto esses elementos se intercambiavam com as suas vivências fundamentaram a análise.

A proposta consistiu em entender como o jornal *A Classe*, órgão informativo da Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS), construiu representações sociais dos caixeiros de Sergipe e evidenciou o quanto esses empregados eram bem graduados na hierarquia profissional. *A Classe* circulou em Aracaju – SE, durante os anos de 1920, e expôs os anseios desses trabalhadores urbanos, ao servir como meio de divulgação das ações reivindicatórias dos empregados no comércio e das suas tentativas de acordos com os poderes público e privado. Analisar esse semanário foi uma atividade de suma importância na construção desse estudo, pois ele se constituiu na fonte primordial em que a pesquisa se fundamentou e permitiu o entendimento sobre as formas de organização dos trabalhadores, dos aspectos biográficos dos dirigentes da AECS e das reivindicações defendidas pelos empregados.

No entanto, ao mesmo tempo em que permitiu tais análises, a consulta ao jornal *A Classe* impôs cuidados outrora negligenciados. O primeiro deles refere-se à delimitação do tema e a problematização em torno da inserção desses empregados nos estratos médios da sociedade local. Na versão inicial dessa pesquisa sustentamos que os caixeiros de Sergipe eram integrantes da classe média aracajuana e comportavam-se como membros desse segmento social, contudo as nossas conclusões sobre eles estavam apressadas.

Baseamo-nos em análises que consideraram as estratificações sociais nas quais os empregados estavam inseridos, a exemplo dos estudos de Fabiane Popinigis (1998) e Lenira Menezes Martinho (1993) sobre os caixeiros atuantes na cidade do Rio de Janeiro, e a pesquisa de Mário Augusto da Silva Santos (2009) acerca dos caixeiros em Salvador/BA. Entretanto, percebemos que tratar os caixeiros de Sergipe da mesma maneira seria problemático por conta da não consulta às fontes secundárias que nos subsidiassem nessas constatações.

Afirmar que os caixeiros sergipanos eram integrantes de uma classe média local tornou-se temerário por conta das generalizações que essa assertiva produziu. Por mais que alguns integrantes do alto escalão profissional possuíssem instrução educacional e a capacidade de se articularem para editar e publicar um jornal, não há como atestar que todos eles eram integrantes de uma mesma classe social e isso por dois motivos elementares. Primeiramente, consideramos a heterogeneidade da classe média, que se notabilizou pelas diferenciações dos grupos que dela faziam parte e pelas distinções em suas formações.¹²⁵ Em segundo lugar, as fontes que dispomos não nos possibilitaram entender os empregados no comércio de Sergipe como membros da camada média local, e sim enquanto integrantes dos níveis hierárquicos mais elevados da profissão.

Os caixeiros que trabalhavam no comércio de Sergipe eram diversos, mas enfatizamos aqueles que mantinham algum vínculo com a Associação e, conseqüentemente, com o jornal *A Classe*. Essa delimitação nos possibilitou perceber quais empregados eram representados pelo periódico e o quanto o órgão informativo estava a serviço dos dirigentes da Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS) e contribuía para a criação da imagem social dos caixeiros em Sergipe.

Consideramos que as representações dos caixeiros em Sergipe eram elaboradas pelos redatores do *A Classe* e expunham a visão que esses agentes tinham do mundo social. As informações biográficas dos empregados que encabeçavam o corpo diretivo da AECS demonstraram que esses sujeitos exerciam atividades no alto comércio e compunham os níveis mais elevados na hierarquia da profissão, o que era determinante na forma como eles se autorreferenciavam através do jornal. Dessa maneira, o órgão informativo apresentava os líderes caixeirais enquanto representantes dos caixeiros em Sergipe e integrantes de um grupo específico que se distinguia por conta das atividades que cada empregado exercia.

Além de atentar nas representações que o *A Classe* construiu sobre os caixeiros em Sergipe, analisamos o jornal segundo a sua produção, o seu conteúdo e a sua materialidade.

¹²⁵ Décio Saes (1975) destacou o processo histórico de formação das camadas médias e os seus traços mais gerais. O autor investigou a composição dos setores médios no Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco e considerou dois grandes grupos como os maiores exemplos das ramificações existentes nas camadas médias, a saber: os “destituídos” e os “ascendentes”. O grupo dos “destituídos” era formado por aqueles indivíduos provenientes das antigas frações dominantes e que, por razões diferenciadas, perderam o seu predomínio econômico e prestígio social. Por outro lado, os “ascendentes” eram compostos por pessoas oriundas de origens sociais mais modestas e que ansiavam galgar posições na escala social, mas dificilmente ocupavam os espaços reservados aos “destituídos.” (SAES, 1975, p. 32-37). O estudo de Saes (1975) demonstra como as formações das classes/camadas médias foram distintas e o quanto é complexo enquadrar alguns atores sociais nessas camadas, tendo em vista os diferentes processos de formação em cada lugar.

Dedicamo-nos a fazer uma correlação entre a história da imprensa brasileira e as características do periódico e, no decorrer da análise, consideramos a estrutura organizativa do jornal e a sua vinculação com a AECS, instituição responsável pela edição e publicação do semanário. Foi possível perceber, através das edições selecionadas, a importância do órgão informativo para os ativos financeiros da entidade (Associação), as suas informações tipográficas e identificar os conteúdos veiculados por ele.

O estudo das informações intrínsecas e extrínsecas ao jornal *A Classe* nos possibilitou compreender como o periódico estava ao dispor dos caixeiros ligados à AECS e, dentre os vários assuntos abordados nas publicações semanais, destacavam-se os que tratavam sobre a conquista de direitos trabalhistas. O caráter reivindicador era uma das particularidades mais presentes nas folhas do semanário e as demandas dos empregados estavam diretamente relacionadas com as pautas defendidas por caixeiros que labutavam nos comércios de outras unidades da Federação.

As reivindicações encabeçadas pelos caixeiros sergipanos, que se valiam da imprensa escrita para externá-las publicamente, eram as seguintes: redução da jornada diária de trabalho, fechamento das casas comerciais em um horário fixado, regulamentação das atividades comerciais aos domingos e feriados. Em um cenário eivado de petições, os empregados se mostravam atentos às decisões políticas que interferiam na organização de suas atividades laborais e deixavam claro a sua simpatia por agentes políticos que eram sensíveis a causa caixeiral, como o fora o deputado federal Graccho Cardoso que elaborou um projeto de lei para aperfeiçoar o ofício de caixeiro e regulamentar os direitos da categoria em todo o país.

Considerando o que foi exposto acima, as informações obtidas com a pesquisa nos levam a refletir sobre as possibilidades e as limitações em se estudar o tema proposto. Em primeiro lugar, devemos mencionar a preponderância do jornal *A Classe* na análise, haja vista que falamos sobre quem eram os dirigentes da AECS, bem como sobre as atitudes reivindicatórias dos empregados no comércio, a partir dos discursos reproduzidos pelo periódico. Na realidade, as representações acerca dos caixeiros sergipanos foram forjadas pelos organizadores do semanário e os empregados no comércio foram tematizados graças ao jornal *A Classe*.

Contudo, a importância dada ao jornal *A Classe* não veio desacompanhada de entraves que evidenciaram algumas limitações do estudo. Não obstante as significativas descobertas proporcionadas pela recorrência ao periódico, o enfoque da análise ficou mais

restrito à história dos caixeiros sergipanos que tinham voz tanto no jornal quanto na instituição que o mantinha, isto é, na Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (AECS).

Assim, as considerações sobre os caixeiros que estavam para além dos muros da AECS, bem como daqueles que não tinham qualquer envolvimento direto com a circulação do jornal *A Classe* não tiveram tanta guarida na pesquisa. Havia uma hierarquização entre os caixeiros devido as distintas ocupações profissionais que exerciam e, mesmo que houvesse uma discrepância entre os empregados representados pelas folhas do periódico e os que exerciam outras atividades na malha comercial aracajuana, não tencionamos nem tivemos condições de estabelecer esse paralelo. A questão é saber o quanto isso pode ser viabilizado em um outro momento, com uma ampla pesquisa das fontes não consultadas, e se a historiografia será sensível a essa problemática relativa ao mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

A – FONTES

- Edições do jornal A Classe

O MELHOR Café. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 01. 31 de julho de 1921. p. 04. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

A Classe. Aracaju. Ano I, n. 01. 31 de julho de 1921. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

LEI Municipal. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 01. 31 de julho de 1921. p. 02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

O NOSSO Caminho. **A Classe**. Aracaju. Ano I, nº I. 31 de julho de 1921. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

UMA Data Auspiciosa. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 01. 31 de julho de 1921. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

A Classe. Aracaju. Ano I, n. 2. 07 de agosto de 1921. p. 02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

PALAVRAS do nosso ex primeiro presidente fundador. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 04. 21 de agosto de 1921. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

FONTES & Irmão. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 02. 07 de agosto de 1921. p. 03. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

RECREIO Club. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 07. 11 de setembro de 1921. p. 03. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

JOÃO Moura. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 08. 18 de setembro de 1921. p. 03. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

JOÃO Domingues. **A Classe**. Aracaju. Ano I, n. 09. 25 de setembro de 1921. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

A Classe. Aracaju. Ano I, n. 10. 02 de outubro de 1921. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

EXPEDIENTE. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 10. 02 de outubro de 1921. p.01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

FAÇAMOS Justiça. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 10. 02 de outubro de 1921. p. 02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

FALTA d'água. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 11, 09 de outubro de 1921. p. 02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

SOLIDARIEDADE. **A Classe.** Aracaju. Ano I. n. 12. 16 de outubro de 1921. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

FAÇAMOS Justiça. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 12. 16 de outubro de 1921. p. 02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

ASSOCIAÇÃO dos Empregados no Comercio de Sergipe. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 12. 16 de outubro de 1921. p. 04. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

ANNIVERSARIOS. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 13. 23 de outubro de 1921. p. 04. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

PROJECTO n. 15. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 15. 06 de novembro de 1921. p.01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

A SEMANA Inglesa. Como devemos entender a sua execução entre nós. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 15. 06 de novembro de 1921. p. 02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

GOSLAN Campos. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 15. 06 de novembro de 1921. p. 02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

ASSOCIAÇÃO dos Empregados no Comercio de Sergipe. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 17. 20 de novembro de 1921. p. 04. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

MANUEL Leal. **A Classe.** Aracaju. Ano I. n. 17. 20 de novembro de 1921. p. 03. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

A SEMANA Inglêsa. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 17. 20 de novembro de 1921. p.01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

REDE Telegraphica. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 10, 04 de dezembro de 1921. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

ASSOCIAÇÃO dos Empregados no Comercio de Sergipe. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 20. 11 de dezembro de 1921. p. 04. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

EMPREGADOS no Commercio- Um projecto do deputado Graccho Cardoso. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 22, 25 de dezembro de 1921. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

O PROJECTO do deputado Graccho Cardoso. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 23. 01 de janeiro de 1922. p. 02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

HEITOR Leal. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 23. 01 de janeiro de 1922. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

VIAJANTES. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 24. 08 de janeiro de 1922. p. 02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

A POSSE da Nova Directoria. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 24. 08 de janeiro de 1922. p.03. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

ESPÍRITO de Classe **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 25. 15 de janeiro de 1922. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

O NOSSO Dever. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 25. 15 de janeiro de 1922. p. 02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

LLOYD Sul Americano- Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 25. 15 de janeiro de 1922. p. 04. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

A Classe. Aracaju. Ano I, n. 26. 22 de janeiro de 1922. p. 04. Disponível em: Hemeroteca da Biblioteca Pública Epifânio Dória (pacotilha 45).

PELO Commercio. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 27. 29 de janeiro de 1922. p. 01. Disponível em: Hemeroteca da Biblioteca Pública Epifânio Dória (pacotilha 45).

A Classe. Aracaju. Ano I, n. 27. 29 de janeiro de 1922. p. 04. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

THE Half Holy Day. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 28. 05 de fevereiro de 1922. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

ASSOCIAÇÃO dos Empregados no Comercio de Sergipe. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 30. 12 de fevereiro de 1922. p. 04. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

VIAJANTES. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 31, 19 de fevereiro de 1922. p. 02. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

ASSOCIAÇÃO dos Empregados no Comercio de Sergipe. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 33. 05 de março de 1922. p. 04. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

RELATORIO. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 35. 19 de março de 1922. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

GAZOSAS Cristallis. **A Classe.** Aracaju. Ano I, n. 40. 23 de abril de 1922. p. 01. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

A Classe. Aracaju. 07 de setembro de 1922. Ano II, n. 42. p. 03. Disponível em: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Aracaju-SE. Hemeroteca da Instituição, Pacotilha n. 25.

- Matérias de jornais

ASSOCIAÇÃO dos Empregados no Commercio de Sergipe. **Gazeta do Povo.** Aracaju. Ano II, n. 515. 22 de maio de 1926. p. 04. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/931>. Acesso em: 07 mar. 2020.

LOGICO e Justo. **O Paiz.** Rio de Janeiro. Anno XXXVIII, n. 13. 569. 14 de dezembro de 1921. p. 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=8153. Acesso em: 10 jul. 2020.

O Caixeiro. Aracaju. Anno I, n. 01. 01 de agosto de 1880. p. 1-4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=734730&pesq=> Acesso em: 10 jul. 2020.

O IMPOSTO sobre vendas. **O Paiz.** Rio de Janeiro. Anno XXXVIII, n. 13. 573. 18 de dezembro de 1921. p. 11. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=8203. Acesso em: 10 jul. 2020.

OS EMPREGADOS no commercio e a questão social. **Correio de Manhã**. Rio de Janeiro. Anno XIX, n. 7.640. 29 de janeiro de 1920. p. 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=358&Pesq=%22Reivindica%20a%20caixeiros%22. Acesso em: 10 jul. 2020.

OS EMPREGADOS no commercio e novos impostos. **O Paiz**. Rio de Janeiro. Anno XXXVIII, n. 13. 575, 20 de dezembro de 1921. p. 04. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=8210. Acesso em: 10 jul. 2020.

SEMANA Inglesa na Paraíba. **A Noite**. Rio de Janeiro. Ano XXXVII. n. 12.748. 15 de dezembro de 1947. p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1947_12748.pdf. Acesso em: 14 jul. 2020.

- Mensagens Presidenciais

SERGIPE. Presidente (1918-1922: José Joaquim Pereira Lobo). **Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 13ª Legislatura**. Aracaju, 07 set. 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873632&PagFis=0> Acesso em: 03 jun. 2019.

SERGIPE. Presidente. (1922-1926: Mauricio Graccho Cardoso). **Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, ao instalar-se a 1ª sessão ordinaria da 16ª legislatura**. Aracaju, 7 set. 1926. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873632&PagFis=2161&Pesq=%22Empregados%20no%20Com%20a%20rcio%22> Acesso em: 03 jun. 2019.

- Leis, Decretos, Projetos de lei, Requerimentos e Relatórios

BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Título IV. Seção I. Art. 70. p. 15. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 556, de 25 de junho de 1850**. Institui o Codigo Commercial do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro: Publicada na Secretaria d'Estado dos Negocios da Justiça em 1º de julho de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM556.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%20556%2C%20DE%2025%20DE%20JUNHO%20DE%201850.&text=Art.,1%20%2D%20Podem%20comerciar%20no%20Brasil%3A&text=4%20%2D%20As%20mulheres%20casadas%20maiores,nome%2C%20provada%20por%20escritura%20p%C3%BAblica. Acesso em: 06 de jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931.** Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. Rio de Janeiro, DF: Chefia do Governo Provisório, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 13 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 22.033/32, de 29 de outubro de 1932.** Altera o decreto nº 21.186, de 22 de março de 1932, que dispôs sobre o horário do trabalho no comércio e aprova o respectivo regulamento. Rio de Janeiro, DF: Chefia do Governo Provisório, 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22033-29-outubro-1932-526775-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Projecto nº 701, 13 de dezembro de 1921.** Regula a profissão de guarda-livros e dos empregados do commercio. Autoria: Deputado Graccho Cardoso. Rio de Janeiro, DF: Câmara dos Deputados, [1921]. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD13DEZ1921.pdf#page=>. Acesso em: 12 jul. 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Comissões Permanentes.** Rio de Janeiro, DF. Ano XXXII. n. 32. 9 de junho de 1921. p. 860. Diário do congresso nacional. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD09JUN1921.pdf#page=>. Acesso em: 12 jul. 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Requerimento nº 09/21.** Rio de Janeiro, DF. Ano XXXII. n. 20. 26 de maio de 1921. p. 731. Diário do congresso nacional. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD26MAI1921.pdf#page=>. Acesso em: 12 jul. 2020.

BRASIL. Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas. **Relatório de Atividades** (introdução). Rio de Janeiro, DF: Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, 1926, p. 310. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873730&pesq=%22empregados%20no%20com%C3%A9rcio%22&pasta=ano%20192>. Acesso em 12 jul. 2020.

- Censos Demográficos

RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920. População do Brazil, por Estados e Municípios, segundo o sexo, a idade e a nacionalidade. Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio (Directoria Geral de Estatistica), 1928. Vol. IV. Tomo II. p. 862. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=livro&campo=assunto¬qry=&opeqry=&texto=recenseamento%20de%201920&digital=false&fraseexata=>. Acesso em: 09 jul. 2020.

RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920. População do Brazil, por Estados e Municípios, segundo o sexo, a idade e a nacionalidade. Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio (Directoria Geral de Estatistica), 1928. Vol. IV. Tomo II. p. 830. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=livro&campo=assunto¬qry=&opeqry=&texto=recenseamento%20de%201920&digital=false&fraseexata=>

[catalogo?acervo=livro&campo=assunto¬qry=&opeqry=&texto=recenseamento%20de%201920&digital=false&fraseexata=](https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=livro&campo=assunto¬qry=&opeqry=&texto=recenseamento%20de%201920&digital=false&fraseexata=). Acesso em: 09 jul. 2020.

RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920. Industria. Modo de organização das empresas. Capital empregado e data da fundação. Força motriz e pessoal em serviço. Período de funcionamento das fábricas. Principaes despesas de custeio. Produção anual. Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio (Directoria Geral de Estatistica), 1927. Vol. V. p. 25. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=livro&campo=assunto¬qry=&opeqry=&texto=recenseamento%20de%201920&digital=false&fraseexata=>. Acesso em: 09 jul. 2020.

RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920. Industria. Modo de organização das empresas. Capital empregado e data da fundação. Força motriz e pessoal em serviço. Período de funcionamento das fábricas. Principaes despesas de custeio. Produção anual. Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio (Directoria Geral de Estatistica), 1927. Vol. V. p. 294. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=livro&campo=assunto¬qry=&opeqry=&texto=recenseamento%20de%201920&digital=false&fraseexata=>. Acesso em: 09 jul. 2020.

RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920. Industria. Modo de organização das empresas. Capital empregado e data da fundação. Força motriz e pessoal em serviço. Período de funcionamento das fábricas. Principaes despesas de custeio. Produção anual. Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio (Directoria Geral de Estatistica), 1927. Vol. V. p. 295-296. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?acervo=livro&campo=assunto¬qry=&opeqry=&texto=recenseamento%20de%201920&digital=false&fraseexata=>. Acesso em: 09 jul. 2020.

RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920. População do Brazil, por Estados e Municípios, segundo o sexo, a nacionalidade, a idade e as profissões. Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio (Directoria Geral de Estatistica), 1930. Vol. IV. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?acervo=livro&campo=assunto¬qry=&opeqry=&texto=recenseamento%20de%201920&digital=false&fraseexata=>. Acesso em: 09 jul. 2020.

- Matérias em Sites

A IMPORTÂNCIA do setor terciário para a economia. *In*: Site do Ministério da Economia. [S.L.] [2019?]. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-servicos/a-secretaria-de-comercio-e-servicos-scs/402-a-importancia-do-setor-terciario> Acesso em: 17 jun. 2019.

BRASIL/Sergipe. Panorama: População. *In*: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). [S.L.] 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/panorama>. Acesso em: 14 jun. 2019.

CALMON, Cláudia.; MONTALVÃO, Sergio. **Pereira Lobo**. In: CPDOC FGV. [Rio de Janeiro]. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LOBO,%20Pereira.pdf> Acesso em: 01 jun. 2019.

SANTOS, Reginaldo. Regimes de Compensação de Horas. In: Jusbrasil. [S.l.], 03 dez. 2013. Disponível em: <https://rcsantos695.jusbrasil.com.br/artigos/112182081/regimes-decompensacao-de-horas>. Acesso em: 29 abr. 2020.

- *Cadastros*

BARRETO, Armando. **Cadastro Comercial, Industrial, Agrícola e Informativo do Estado de Sergipe**. 1ª ed. Aracaju: Diretoria de Estatística do Estado de Sergipe. 1933. 500p. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=356581&pesq=%22Empregados%20no%20Com%C3%A9rcio%22&pasta=ano%20193>. Acesso em 03 jun. 2020.

B- BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil no século XX: a economia. in: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro. 2006. ISBN 85-240-3894-2 (DVD). p. 347-356.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Fundamentos de uma economia dependente**. Petrópolis, Vozes, 1984. p. 241- 248.

ARAÚJO, Acrísio Torres. **Imprensa Sergipana**. Brasília: gráfica do Senado, 1993.

ANTONIO, Edna Maria Matos. “**A independência do solo que habitamos**”: poder, autonomia e cultura política na construção do império brasileiro. Sergipe (1750-1831). Franca: [Sn], 2011. p. 193-200.

BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica**: história da imprensa brasileira. 5.ed. Rio de Janeiro. Mauad X, 2009.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. in: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da proclamação da república à revolução de 1930. 2ª ed. V. 1. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2006. p. 161-190.

BATALHA, Claudio H. M. Os desafios atuais da história do trabalho. **Anos 90**. Porto Alegre. v. 13, n.23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006.

BATALHA, Claudio H. M. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. **Revista Mundos do Trabalho**. Santa Catarina. Vol. 2. n. 04. p. 12-22. janeiro/julho de 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 15ª ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Os campos como microcosmos relativamente autônomos. *In:* BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo. Editora UNESP. 2004. p. 18-30.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu**: sociologia. Renato Ortiz (org.). São Paulo, Ática. 1983.

CAPRINO, Mônica Pegurer. Questão de estilo: o texto jornalístico e os manuais de redação. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: PósCom- Umesp, ano 23, n. 37. p. 105-123, primeiro semestre de 2002.

CASTRO, Hebe. História Social. *In:* CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 41-54.

CHARTIER, Roger. As representações do escrito. *In:* CHARTIER, Roger. **Formas e sentido**. cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas/SP; Mercado das letras: Associação de Leitura do Brasil (ALB). 2003. p. 17-48.

COSTA, Emília Viotti da. A nova face do movimento operário na primeira república. **Revista brasileira de história**. São Paulo, Vol. 2, n. 4. p. 217-232, set. 1982.

CRUZ, Jeferson Augusto da. **Uma mão de verniz sobre o tabuleiro de Pirro**: ecos da Belle Époque em Aracaju (1918- 1926). Orientador: Prof. Dr. Gian Carlo de Melo Silva. 2016. 192f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, 2016.

DANTAS, José Ibarê Costa. **História de Sergipe**: República (1989-2000). Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. 2004.

DANTAS, José Ibarê Costa. **Imprensa operária em Sergipe (1891-1930)**. Aracaju. Editora Criação, 2016.

DANTAS, José Ibarê Costa. **Os partidos Políticos em Sergipe (1889-1964)**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1989.

DINIZ, Dora Neuza Leal. **Aracaju**: a construção da imagem da cidade. Orientador: Prof. Dr. José Eduardo de Assis Lefèvre. 2009. 270f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2009.

DUARTE, Paulo Cesar Borges. **Despachando no balcão**: Caixeiros de Pelotas e identidade social dos empregados do comércio do Rio Grande do Sul (1879-1904). Orientadora: Profª Drª Núncia Santoro de Constantino. 2001. 210f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Porto Alegre, 2001.

FALCON, Francisco. História e Poder. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 55-82.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**: (1890-1920). São Paulo: Difel, 1976.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Ática. 1988.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Os anos 20: o debate ou a “razão” se dá aos loucos. *In*: GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo. Vértice, Editora Revista dos Tribunais. 1988. p. 138-189.

GORENSTEIN, Riva.; MARTINHO, Lenira Menezes. **Negociantes e Caixeiros na sociedade da independência**. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. 1993.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In*: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2013. p. 535-550.

LOUREIRO, Kátia Afonso S. **A trajetória urbana de Aracaju em tempo de interferir**. Aracaju: Instituto de Economia e Pesquisas- INEP. 1983.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) **Fontes Históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111- 155.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **A perseverança dos caixeiros**: o mutualismo dos trabalhadores no comércio em Maceió (1879-1917). Recife: EDUFPE, 2012.

MOURA, Kleber Barbosa de. Caixeiros na imprensa dos trabalhadores de Manaus: discursos e ideologias (1908- 1911). **Revista Escrita da História**. (S.L) Ano II, Vol. 2, n. 3. p. 146- 167. Abr./ago. 2015.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Política e trabalho no Brasil**: dos anos 1920 a 1930. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PINSKY, Carla Bassanezi. Apresentação. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. (org). **Fontes históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 7.

POPINIGIS, Fabiane. **Trabalhadores e Patuscos**: os caixeiros e o movimento pelo fechamento das portas no Rio de Janeiro (1850-1912). Orientador: Prof. Dr. Sidney Chalhoub. 1998. 144f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (UNICAMP). Campinas, SP. 1998.

POPINIGIS, Fabiane. “Todas as liberdades são irmãs”: Os caixeiros e as lutas dos trabalhadores por direitos entre o Império e a República. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 29, n. 59, p. 647-666. Set./dez. 2016.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução: Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Lavina Madeira. **A institucionalização do jornalismo no Brasil: 1804-1964**. Orientador: Prof. Dr. Antônio Augusto Arantes. 1998. 360f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (UNICAMP). Campinas, SP. 1998.

ROBERTO, Hermano. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista RAP**. Rio de Janeiro. Vol. 40, n. 01. p. 27-55. 2006.

SAES, Décio. **Classe média e política na Primeira República brasileira (1889-1930)**. Petrópolis: Vozes, 1975.

SANTOS, Maria Nely. **Associação comercial de Sergipe: uma instituição centenária (1873/1993)**. Aracaju: Documentação Sergipana (BICEN/UFS). 1996.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. **Casa e balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1930)**. Salvador: EDUFBA. 2009.

SANTOS, Wagner Emmanoel Menezes. **“O paraíso termina quando o trabalho começa”**: cotidiano operário e poder disciplinar na fábrica têxtil Confiança (Sergipe, 1943-1957). Orientadora: Profª Drª Célia Costa Cardoso. 2014. 181f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão, SE. 2014.

SILVA, Clodomir. **Álbum de Sergipe (1820-1920)**. Aracaju. Imprensa Oficial. 1920.

SILVA, Nelson do Valle.; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. População e estatísticas vitais. *in*: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro. 2006. ISBN 85-240-3894-2 (DVD). p. 29-57.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930. *in*: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**. (O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)). 8ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. **História econômica de Sergipe (1850-1930)**. Aracaju. Programa Editorial da UFS. 1987.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, V. 2, 1987, p. 09-39.

VILLAR, José Wellington Carvalho. **La expansión del área de consumo: la vieja y la nueva centralidad intraurbana** Aracaju (Brasil). Orientador: Juan Jesus Lara Valle. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia e Letras, Departamento de Geografia Humana da Universidade de Granada (Espanha). 2000.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1890). **Topoi**. Rio de Janeiro. v. 09. n. 16. p. 117-136. Jan./jun. 2008.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo e Filantropia. **Locus: Revista de História**. Juiz de Fora, MG. Vol. 10. n. 01. p. 99-113. Jan. 2004.